



**Universidade Federal do Ceará**  
**Centro de Ciências**  
**Departamento de Geografia**  
**Mestrado em Geografia**



*As políticas públicas do turismo e os  
espaços litorâneos na Região  
Metropolitana de Fortaleza*

**Enos Feitosa de Araújo**

**Fortaleza**  
**2012**

**ENOS FEITOSA DE ARAUJO**

**AS POLÍTICAS DO TURISMO E OS ESPAÇOS LITORÂNEOS  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica territorial e ambiental.

Orientador: Prof.Dr.Eustógio  
Wanderley Correia Dantas

FORTALEZA  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

- 
- A687p Araujo, Enos Feitosa de.  
As políticas do turismo e os espaços litorâneos na região metropolitana de Fortaleza / Enos Feitosa de Araujo – 2012.  
187 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.  
Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.  
Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.
1. Geografia do Turismo. 2. Litoral - Turismo. 3. Geografia Urbana. I. Título.

Aos meus pais e *minha* Alcione,



## AGRADECIMENTOS

Agradeço às possíveis forças indefinidas e (des) conhecidas do universo, em que provavelmente em algum tempo, me ajudaram diretamente e indiretamente,

Não posso esquecer obviamente, dos meus pais que me propiciaram a vida e que de seus jeitos peculiares, me auxiliaram a trilhar o meu caminho;

À minha *noiva, namorada e companheira* Alcione, que ilumina o meu ser há um tempo;

Ao meu orientador e Professor Eustógio Wanderley Correia Dantas, que através de sua particular orientação, paciência, tolerância e sabedoria, que me fez conhecer as pesquisas e compreender cada vez mais a ciência geográfica.

Ao amigo e Professor Alexandre Queiroz Pereira, do IFCE, pelos conselhos, discussões geográficas;

Ao professor Fransualdo de Azevedo, da UFRN, pelo aceite em participar de minha defesa, além de amplos e importantes conselhos e correções, em apenas algumas horas de convívio. Foi de grande estima, todas as sugestões.

Aos professores Christian Dennys Monteiro de Oliveira (UFC) e ao Jörn Seamann (URCA), que participaram de minha qualificação e ajudaram (e muito) na construção deste texto final.

Ao Professor José Borzacchiello da Silva, pelas discussões e aprofundamento teórico, principalmente na disciplina “Espaço, Território, Paisagem e Região”;

À Professora Clélia Lustosa, pelos conselhos, auxílios e sempre uma boa ideia nos momentos mais necessários;

Agradeço a todos os outros professores participantes no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional.

Agradeço a todos os professores da Universidade Federal do Ceará, em que me ajudaram ao Mestre em Geografia que serei.

À todos meus colegas do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, especialmente Eciane, Edson e Bruno. E agradeço à Geografia por me fazer pensar, compreender, coisas e processos que jamais imaginava estudá-los.

Agradeço todo o grupo do Observatório das Metrôpoles, CNPq, e, especialmente o Grupo Fortaleza, pelas discussões e o aprofundamento teórico, metodológico e estatístico.

Por fim, a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio à pesquisa.

*“O espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política (...) Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão social (...) E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio”*

**Doreen Massey**

## RESUMO

O turismo é uma atividade importante no Nordeste Brasileiro. A prática relaciona-se com as dinâmicas metropolitanas e a valorização dos espaços litorâneos, os quais ganharam importância devido a outros hábitos de lazer, tornando-se áreas principais para investimentos e fluxos turísticos. Assim, o litoral apresenta-se como o principal espaço turístico do século XXI, com infraestrutura consolidada, discursos políticos e imaginário que promovem um cenário positivo da região costeira. O trabalho *As políticas públicas do turismo e espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza* tem, pois, como objetivo geral compreender as conjugações socioespaciais do turismo nos espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza. Várias políticas públicas de diferenciadas escalas governamentais são implantadas no intuito de promover o crescimento do turismo e a ampliação dos seus recursos. Porém o PRODETUR/NE destaca-se com o aporte de investimentos e a articulação das ações turísticas, promovendo transformações profundas na produção espacial litorânea da Região Metropolitana de Fortaleza. Assim, a produção dos espaços litorâneos metropolitanos ocorre mediante as relações entre os agentes turísticos e as políticas públicas direcionadas ao turismo. Com base nessa lógica metropolitana e turística, este trabalho visa compreender os tipos de fluxos e empreendimentos em que os espaços são redefinidos. Assim, as tipologias espaciais — grandes empreendimentos, híbridos e fora do circuito turístico — promovem discussões sobre a diferenciação espacial produzida pela lógica das políticas públicas, pelos agentes turísticos e pela lógica litorânea metropolitana.

**Palavras-chave:** Espaços litorâneos. Região Metropolitana. Turismo litorâneo.

## ABSTRACT

Tourism is an important activity in the Northeast of Brazil. The practice relates itself with the metropolitan dynamics and the valuation of coastal spaces, which have gained importance due to other leisure habits, becoming main areas for investments and tourist flows. Thus, the seaside presents itself as the principal tourist space in the 21<sup>st</sup> century, with consolidated infrastructure, political discourses, and imaginarieness which promote a positive scenario of the coastal region. The dissertation *Tourism, public policies and coastal spaces in the Metropolitan Region of Fortaleza* aims to comprehend the sociospatial conjunctions of tourism in the coastal spaces of the Metropolitan Region of Fortaleza. Several public policies from different governmental levels are implemented in order to promote tourism growth and the expansion of its resources. However, PRODETUR/NE stands out with the allocation of investments and the articulation of tourist actions, promoting profound transformations in the coastal spatial production of the Metropolitan Region of Fortaleza. Therefore, the production of the metropolitan coastal spaces happens through the relations between tourist agents and the public policies directed towards tourism. Based on this touristy and metropolitan logic, this study aims to understand the types of flows and enterprises in which the spaces are redefined. Thus, the spatial typologies – major enterprises, hybrids, and off the tourist circuit – promote discussions about the spatial differentiation produced by the logic of the public policies, the tourist agents, and the metropolitan coastal logic.

**Keywords:** Coastal spaces. Metropolitan Region. Coastal tourism.



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Litoral da Região Metropolitana de Fortaleza	16
Mapa 2. Pólos turísticos do “Governo das Mudanças” em 1987	33
Mapa 3. Regiões turísticas do Prodeturis – 1989	46
Mapa 4. Região Metropolitana de Fortaleza – 1973 – 2012	55
Mapa 5. Municípios e espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza	58
Mapa 6. Investimentos do PRODETUR/NE I	67
Mapa 7. Investimentos do PRODETUR/NE II	75
Mapa 8. Investimentos e ações do PRODETUR NACIONAL	81
Mapa 9. Investimentos e ações indiretos do PAC no Ceará	97
Mapa 10. Principais destinos do turismo na RMF para os agentes turísticos	113
Mapa 11. Concentração de empreendimentos no litoral da RMF	115
Mapa 12. Agências turísticas em Fortaleza/CE	117
Mapa 13. Fluxos turísticos do litoral na RMF	121
Mapa 14. Áreas e concentração de empreendimentos turísticos em Fortaleza/CE	125
Mapa 15. Vias rodoviárias nas localidades de Cumbuco e Porto das Dunas	130
Mapa 16. Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades de Cumbuco e Porto das Dunas	139
Mapa 17. Espaços litorâneos com fluxos híbridos turísticos na RMF	144
Mapa 18. Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades turísticas híbridas do litoral oeste da RMF	158
Mapa 19. Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades turísticas híbridas do litoral leste da RMF	159
Mapa 20. Mapa rodoviário das “localidades fora do circuito turístico” da RMF	165
Mapa 21. Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades fora do circuito turístico da RMF	170

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ações dos governos estaduais e federais – Brasil e Ceará	29
Quadro 2. Análise das regiões turísticas do PRODETURIS	47
Quadro 3 Políticas Públicas no Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza	100
Quadro 4. Tipologias e características socioespaciais da RMF	172

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2 - Folders da EMCETUR no período entre 1970 (?) e 1980(?)	42
Figura 3 e 4 – Castelos em Cumbuco e Vila Galé Cumbuco	133
Figuras 5 e 6 – Beach Park Suites Resort e Aquiraz Riviera	134
Figuras 7 e 8 – Paisagem arquitetônica do Aquiraz Riviera e o Hotel Dom Pedro Laguna	134
Figuras 9 e 10 – Plano do Aquiraz Riviera e a suposta imagem do primeiro campo de golf do Aquiraz Riviera	135
Figuras 11 e 12 – Taíba Beach Resort e Hotel Vila Carola em Taíba	149
Figuras 13 e 14 – Pousadas Barão e Pousada em Taíba	150
Figuras 15 e 16 – Pousada Azumara, fechada, em Tabuba e Pousada Céu e Mar em Pecém	150
Figuras 17 e 18 – Localidades de Presídio (Aquiraz/CE) e Águas Belas (Cascavel/CE)	151
Figuras 19 e 20 – Obras de contenções marinhas e hotéis derrubados em Iparana	165
Figuras 21 e 22 – Localidades de Balbino (Cascavel/CE) e Iparana (Caucaia/CE)	166
Figuras 23 e 24 – Pousada Atlântica e Pousada Leblon Mar em Iparana	169
Figuras 25 e 26 – SESC Iparana e Hotel Iparana em Iparana	170

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana de Fortaleza – 1973	53
Tabela 2. Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – 2012	56
Tabela 3. Recursos do PRODETUR I/NE e dos Estados Nordestinos	62
Tabela 4. Recursos do PRODETUR I/NE – Ceará	63
Tabela 5. Recursos do PRODETUR II/NE e dos Estados Nordestinos	70
Tabela 6. Recursos do PRODETUR II/NE – Ceará	72
Tabela 7. Recursos do PAC – Ceará	97
Tabela 8. Agências turísticas – Nordeste Brasileiro – 2010	107
Tabela 9. Agências turísticas – RMF – 2011	108
Tabela 10. Principais operadoras turísticas em funcionamento – Fortaleza	109
Tabela 11. Síntese dos principais pacotes turísticos – RMF	111
Tabela 12. Meios de hospedagem em Fortaleza – 2011	119
Tabela 13. Licenciamentos no litoral da RMF	134
Tabela 14. Preços de imóveis (em média por m <sup>2</sup> ) em Aquiraz e Caucaia	135
Tabela 15. Empreendimentos turísticos em Cumbuco e Porto das Dunas	137
Tabela 16. Empreendimentos turísticos e licenciamentos nas espaços litorâneos “híbridas”	150
Tabela 17. Empreendimentos turísticos de Taíba e Pecém (São Gonçalo do Amarante)	151
Tabela 18. Empreendimentos turísticos de Tabuba e Icarai (Caucaia)	152
Tabela 19. Empreendimentos turísticos de Prainha, Barro Preto, Presídio e Iguape (Aquiraz)	153
Tabela 20. Empreendimentos turísticos de Caponga e Águas Belas (Cascavel)	153
Tabela 21. Meios de hospedagem das localidades litorâneas “fora do circuito turístico” da RMF	166

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BNB	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
CAF	CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
CEPIMA	CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO
CIC	CENTRO INDUSTRIAL DO CEARÁ
COMBRATUR	COMPANHIA BRASILEIRA DO TURISMO
CVC	CARLOS VICENTE CERCHARI
EMBRATUR	EMPRESA BRASILEIRA DO TURISMO
EMCETUR	EMPRESA CEARENSE DE TURISMO
FIFA	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPECE	INSTITUTO PESQUISA ECONOMICA DO CEARÁ
IPLANCE	INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONOMICA DO CEARÁ
MH	MEIO DE HOSPEDAGEM
MTUR	MINISTÉRIO DO TURISMO
OMT	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
RMF	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PDITC-CE	PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO CEARÁ
PLAGEC	PLANO DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PLAMEG	PLANO DE METAS GOVERNAMENTAIS
PLANECE	PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
PLANED	PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO
PRODETUR	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
PRODETUR/NE	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE
PRODETURIS	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ÁREAS PRIORITÁRIAS DO LITORAL CEARÁ
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO BRASILEIRO
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SEPLAG/CE	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CEARÁ
SETUR/CE	SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ
SINDUSCON/CE	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO CEARÁ
SUDENE	SUPERINTÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2. AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E A FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA</b>	<b>21</b>
2.1. As primeiras ações turísticas estatais no Ceará	26
2.2. O Governo das Mudanças: o turismo litorâneo em foco	31
2.3. A construção do imaginário turístico no Nordeste e Ceará	36
2.4. PRODETURIS: o programa pioneiro do Ceará	44
2.5. Turismo e RMF: os espaços constituintes	49
<b>3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS NO CEARÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA</b>	<b>59</b>
3.1. PRODETUR/NE: a política pública do turismo no Nordeste	60
3.1.1. PRODETUR I: o início das ações	60
3.1.2. PRODETUR II: a continuidade?	68
3.1.3. PRODETUR NACIONAL: a descentralização?	76
3.2. O Governo Estadual e PRODETUR/NE: paralelos, contradições e articulações	82
3.3. Políticas públicas indiretas do turismo	95
3.3.1. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II)	95
3.4. Políticas públicas do turismo: uma síntese na RMF	98
<b>4. OS ESPAÇOS DO TURISMO LITORÂNEO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA</b>	<b>103</b>
4.1. Os agentes turísticos e a produção dos espaços turísticos na Região Metropolitana de Fortaleza	105
4.2. Fortaleza: a ‘cidade-metrópole’	116
4.3. Os espaços turísticos de grandes fluxos: resorts e os grandes empreendimentos	127
4.4. Os espaços “híbridos”: contradições e estagnações	141
4.5. Os “espaços fora do circuito turístico”?	160
4.6. Espaços do turismo: uma síntese na RMF	171
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>174</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>177</b>





## **INTRODUÇÃO**

### **RAZÕES DE UMA PESQUISA**

Por que pesquisar o litoral? Por que o turismo? Por que a metrópole? Essas temáticas me foram apresentadas quando me tornei bolsista de iniciação científica do CNPq ainda em março de 2006, na Universidade Federal do Ceará, para estudar e analisar as transformações socioespaciais tomando como base o turismo litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza.

Esses temas tão relevantes e inter-relacionados apresentaram-se desafiadores, porém instigantes, ao meu estudo. A curiosidade e a profundidade da pesquisa me encantaram de tal forma que cada conceito e teoria estudada me faziam refletir sobre toda a dimensão da realidade dos espaços cearenses, reformulando-a e modificando-a continuamente.

Nos estudos sobre a Geografia e as relações com o turismo, percebeu-se um reducionismo analítico que coloca a prática<sup>1</sup> como uma mera atividade econômica, sem vínculo com outros elementos sociais ou culturais. Porém, na Geografia é notório o esforço de alguns pesquisadores em relacionar a prática às dinâmicas espaciais.

---

<sup>1</sup> Ao se falar de prática e atividade, considera-se que a “prática” está relacionada ao lazer e a um processo histórico-cultural. Ou seja, é um fenômeno social e cultural, sem ter, necessariamente, aspectos econômicos ou atrelados às lógicas comerciais. Quando se refere à “atividade”, designam-se as ações estatais e privadas que capturam a prática para eventuais planejamentos e desenvolvimentos econômicos. Em suma, considera-se a prática como a *forma de lazer*, e a atividade como a conjugação dessa prática à lógica econômica capitalista, relacionada a meios de hospedagem, infraestrutura, modelos, entre outros elementos.

Ao continuar a trajetória, em minha monografia, detectou-se a valorização dos espaços litorâneos no município de Caucaia e suas dinâmicas socioespaciais, enfocando a prática turística. No final do trabalho, foi percebido que para compreender a dinâmica turística de Caucaia era necessário entender o contexto metropolitano, além de estudar as relações com a metrópole, tendo em vista existirem elementos que precisavam ser analisados, discutidos e aprofundados.

Dessa forma, observou-se na pesquisa a *limitação* da análise local ou municipal, que não conseguia abranger todos os elementos analíticos da dinâmica em foco. Em outras palavras, a compreensão do espaço litorâneo de Caucaia estaria fortemente condicionada ao entendimento do espaço metropolitano de Fortaleza, percepções inseparáveis entre si, constituídas de relações econômicas, sociais, culturais e espaciais.

No projeto de mestrado, então, julgou-se que o estudo sobre os espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza avançava na análise para a compreensão da relação espacial entre turismo, litoral, maritimidade e metrópole. Este trabalho reflete, pois, essas discussões teóricas e metodológicas sobre o movimento do pensamento científico.

Desse modo, consolidar-se-ia a importante, porém nada fácil, relação “litoral-metrópole-turismo”, em que tais elementos analíticos possuem diferenciações e contextos diversos, mas que, na Região Metropolitana de Fortaleza, articulam-se entre si, promovendo a urbanização litorânea, importante fenômeno da sociedade urbana atual.

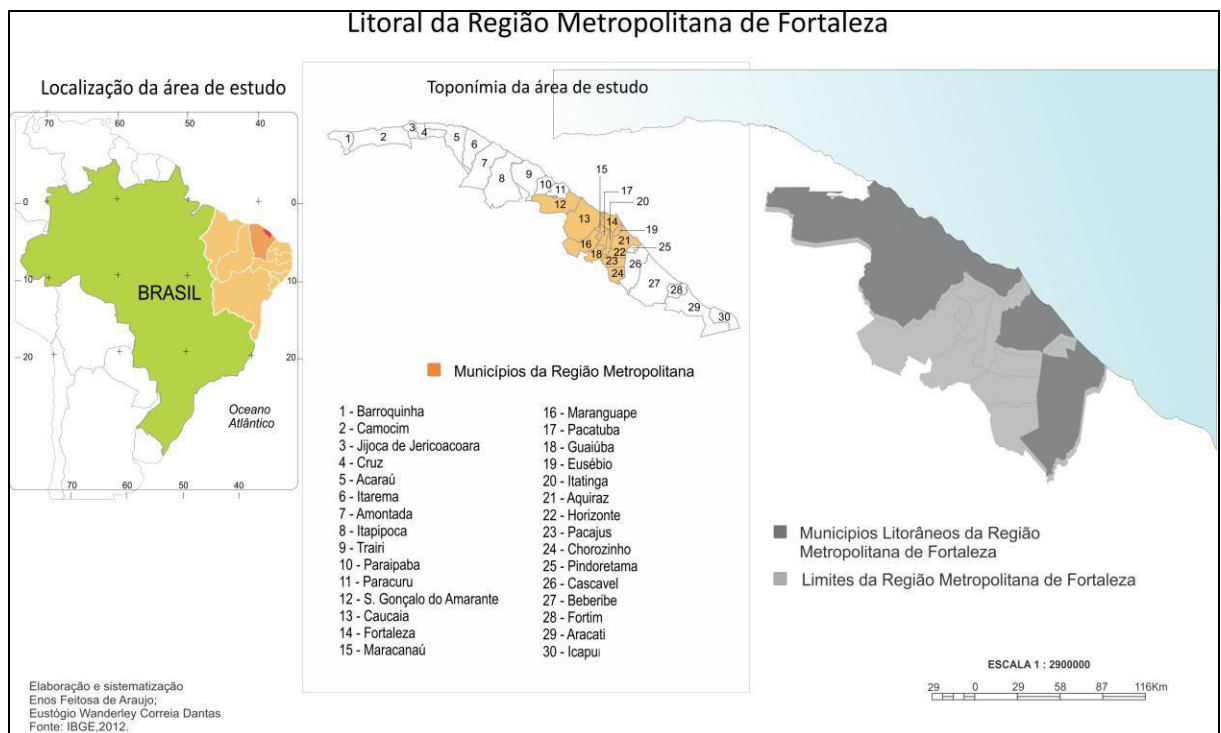
Assim, a reflexão procedida neste ensaio se deu à luz da compreensão dos espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) com suas diferenciações — sejam elas particulares locais ou articuladas — socioespaciais, no intuito de conhecer esse elemento espacial tão relevante na atualidade, chamada de “metrópole”.

## Aspectos introdutórios

As temáticas que promovem o pensamento da ciência humana originam-se com base na relação do homem com o espaço. Assim, nesta investigação apresentam-se a maritimidade (relação do homem com o mar), o turismo (relação do homem com o espaço por meio do lazer) e a metrópole (produção espacial mediante as diversas relações humanas).

Este trabalho, intitulado *As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza* (ver mapa 1), procura, pois, compreender a produção espacial litorânea com as teias de relações da prática turística, com as dinâmicas metropolitanas e a construção sociocultural da maritimidade em torno da sociedade hodierna.

### Mapa 1 – Litoral da Região Metropolitana de Fortaleza



Ao analisar as representações coletivas do mar e do marítimo, isto é, a maritimidade, percebe-se que as práticas relacionadas ao mar modificam-se, refuncionalizam-se ou são criadas e recriadas. À luz do século XXI, o litoral

apresenta-se como o espaço privilegiado natural, social e culturalmente, em que várias práticas humanas relacionam-se cada vez mais com o mar e o marítimo.

A maritimidade apresenta-se, portanto, como um elemento influenciador de práticas, atividades e produção espacial urbana. Compreender as cidades litorâneas significa compreender, concomitante, as mudanças da maritimidade na sociedade contemporânea, pois as cidades, e até as metrópoles, refletem o emaranhado de relações quanto à produção espacial.

Dessa forma, a metrópole apresenta-se como o locus da sociedade urbana contemporânea, que extrapola a lógica da cidade e do modo de vida urbano, e possui o papel fundamental na atração e efetivação de políticas públicas e das lógicas empresariais, principalmente, no cotidiano e no comando de ações envolvidas nas produções espaciais.

As principais dinâmicas realizam-se no seio da metrópole. No caso de Fortaleza, metrópole litorânea, a maritimidade concretiza-se nas práticas marítimas tradicionais e nas modernas no século XX, estas últimas resultantes de relações socioculturais recentes. Assim, ao se relacionar a maritimidade e sua influência na produção espacial urbana, vê-se a emergência das práticas marítimas modernas, que, além de possuírem em sua raiz os vínculos ao lazer, têm o turismo [litorâneo] como uma importante atividade econômica promotora de modificações socioespaciais em várias partes do mundo.

O turismo litorâneo, como uma das mais importantes práticas marítimas modernas, apresenta-se como um vetor de planejamento, organização, desenvolvimento e investimento econômico. Articulado com vários agentes sociais e diversas instituições públicas e privadas, a atividade é difundida em todo o mundo e facilmente capturada, adaptada e absorvida pela sociedade, principalmente pela mídia.

O turismo mostra-se no discurso midiático internacional e governamental como uma atividade prioritária de recursos e investimentos financeiros, no intuito de promover desenvolvimento e diminuir desigualdade de renda. Notam-se, porém, ao mesmo tempo, deturpações nessas finalidades, além de interesses de agentes privados vinculados às variadas escalas: internacionais, nacionais e até locais.

Nesse contexto, o litoral metropolitano apresenta-se como um importante espaço com dinâmicas diferenciadas na própria metrópole, devido à consolidação das práticas de lazer modernas, em que, no caso da RMF, o turismo apresenta-se como um elemento fundamental para compreender tanto a produção espacial metropolitana como o planejamento espacial dos governos no Ceará.

Assim, o objetivo principal do trabalho é conhecer a produção espacial litorânea da Região Metropolitana de Fortaleza com base nas políticas públicas do turismo.

### **Os questionamentos...**

Para a compreensão das redefinições socioespaciais do espaço litorâneo tomando como referência a prática turística, as políticas públicas e a dinâmica metropolitana de Fortaleza, algumas indagações norteiam as reflexões feitas neste trabalho:

- Como o turismo se relaciona com a formação socioespacial da Região Metropolitana de Fortaleza?
- Qual o papel das políticas públicas do turismo e como essas ações interferem na produção espacial litorânea da Região Metropolitana de Fortaleza?
- De que forma o turismo se espacializa no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza?

Essas três indagações formam nossa principal linha de investigação sobre o turismo litorâneo na RMF, pois a maritimidade, as políticas públicas e o turismo se articulam entre si, produzindo espaços turísticos resultantes dessa teia de relações existentes entre temáticas diferenciadas.

Na elaboração de objetivos, perguntas e argumentações, construiu-se uma trajetória de pesquisa para responder a essas principais indagações, considerando a



valorização dos espaços litorâneos e suas relações com a metrópole, induzidas pelas políticas públicas turísticas adotadas, sobretudo, após a década de 1980.

## **O percurso...**

As argumentações e questões a serem discutidas, além da introdução e das considerações finais, foram divididas em três capítulos: Capítulo 2, *As primeiras políticas públicas do turismo e a formação da Região Metropolitana de Fortaleza*; Capítulo 3, *As políticas públicas turísticas no Nordeste brasileiro e no Ceará*; Capítulo 4, *Os espaços do turismo litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza*.

No capítulo 2, analisaram-se as primeiras políticas públicas turísticas no Ceará para compreender a formação da Região Metropolitana de Fortaleza e as relações turísticas, a fim de entender a importância do Governo das Mudanças quanto ao planejamento turístico, com suas ações relacionadas? à construção do imaginário turístico do Nordeste e no Ceará, e, finalmente, conhecer a função do PRODETURIS, um dos documentos e planos importantes para os programas turísticos posteriores.

O capítulo 3 estabelece uma argumentação relacional entre a valorização dos espaços litorâneos, o turismo, a urbanização litorânea e as políticas públicas direcionadas ao turismo, no intuito de promover essa prática como um dos principais vetores econômicos do desenvolvimento cearense, evidenciando o papel estratégico do poder público na produção espacial.

Os planos turísticos como os programas Prodetur/NE I e II, e Prodetur Nacional promovem ações estatais em infraestrutura e norteiam o planejamento espacial, privilegiando os espaços litorâneos e promovendo modificações socioespaciais em quase toda a orla litorânea do Ceará, e ainda estabelecem relações litorâneas e metropolitanas cada vez mais intensas.

Procedeu-se a uma síntese das principais ações dos últimos governos estaduais para relacioná-la com as análises preliminares sobre os investimentos do Programa de Aceleração Econômica (PAC) I e II e a emergência dos investimentos

para a Copa do Mundo 2014. O principal objetivo foi inter-relacionar esses investimentos com a prática turística.

O capítulo 4 detalha as lógicas de fluxos e fixos turísticos nos espaços litorâneos da RMF. Para isso, analisaram-se os agentes turísticos que participam de toda a teia de relações socioespaciais negociadas e produzidas, as quais refletem diretamente no espaço, tratando de compreender as principais ações e estratégias.

A cidade de Fortaleza conforma-se como a principal área turística, pela sua importância econômica nacional e internacional. Também, as dinâmicas metropolitanas conseguem articular outros espaços adjacentes à cidade primaz, a expansão de fluxos e fixos turísticos, razão por que a compreensão da cidade é ponto inicial para o conhecimento da metrópole.

Consideram-se, pois, como espaços litorâneos turísticos da Região Metropolitana de Fortaleza, resultantes das práticas de lazer e da urbanização litorânea motivada pela relação metrópole e litoral: Taíba e Pecém, em São Gonçalo do Amarante; Cumbuco, Tabuba, Pacheco, Icaraí e Iparana, em Caucaia; Porto das Dunas, Prainha, Iguape e Barro Preto, em Aquiraz; Balbino, Caponga e Águas Belas, em Cascavel.

Ainda no capítulo 4, foram utilizados dados oriundos das Prefeituras Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Turismo (MTUR), da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE), da Câmara de Valores Imobiliários do Ceará, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (SINDUSCON/CE), e dados primários do georreferenciamento dos meios de hospedagem e suas tipologias no espaço litorâneo metropolitano de Fortaleza. As citadas localidades foram visitadas até cinco vezes, desde o início da dissertação, no intuito de compreender-lhes a dinâmica turística e a produção espacial.

Por fim, as considerações finais discorrem sobre a importância do Estado com suas ações — as políticas públicas — na produção espacial litorânea. Assim, percebe-se que o principal agente do turismo no contexto da RM de Fortaleza corporifica-se no Estado, que, em suas escalas governamentais e diversas políticas, produz espaços litorâneos vinculados à atividade turística.

# 2

## **AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E A FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

O turismo apresenta-se como uma atividade econômica com fluxos e fixos crescentes em todo o mundo, principalmente nas três últimas décadas. No Brasil, a tendência é comprovada, e o Nordeste brasileiro firmou-se como uma das principais regiões turísticas do País. Por que o Nordeste? Qual o principal vetor articulador entre o turismo e a produção espacial?

O governo propõe ações de articulação do turismo com a produção espacial: são as políticas públicas. Diferentemente de outros países, que tiveram grandes transformações decorrentes do turismo<sup>2</sup>, no Brasil (principalmente no Nordeste brasileiro) as políticas públicas apresentam-se como as principais medidas para o desenvolvimento turístico.

Mas o que seria política pública? Segundo Nóbrega (2007), o conceito de política pública é complexo, pois abrange várias questões da sociedade: econômicas, sociais, ambientais, de segurança, entre outras. Dessa forma, a política pública teria como principal objetivo propiciar o melhor nível de bem-estar social e econômico de toda a sociedade, segundo a Constituição Federal de 1988.

Gustin & Dias (2006) destacam que a política pública vai além do nível do bem-estar social, pois se articula com o planejamento, com o orçamento e com as

---

<sup>2</sup> Segundo estudos de Boullon (2003), Mullins (1991) e Telles (2005), as dinâmicas turísticas no mundo são originárias principalmente de investimentos privados, em que a iniciativa privada participa de todas as fases: planejamento, infraestrutura e consolidação. Nesse contexto, o Brasil se destaca diferentemente dessa tendência, posto que o Estado apresenta-se como o principal agente turístico em quase todas as fases, exceto na implantação de equipamentos turísticos.

normas jurídicas do Estado, possuindo um caráter mais abrangente. Nessa circunstância, reduzir as políticas públicas a meras ações dos governos esvaziaria o seu conceito, tornando-o indefinido ou confuso.

Sá (2009), em seus estudos sobre a Geografia do Direito, concordando com estudos de Correa (1989) sobre a importância do Estado no espaço urbano, promove discussões sobre o Estado como principal agente produtor espacial que norteia as políticas públicas e as formas socioespaciais.

As políticas públicas seriam, então, ações de planejamento das formas socioespaciais? Conforme Machado et al. (2007), as políticas públicas influenciam o cotidiano da vida dos cidadãos em suas mais variadas escalas. Afirmam que a política é a discussão de várias classes sociais, enquanto a política pública restringe-se ao Estado, à importância de sua implementação.

Em outras palavras, políticas públicas são ações decorrentes do planejamento governamental (nos âmbitos econômico, social, entre outros), com a aprovação das normas legislativas para as finalidades de bem-estar social, de desenvolvimento econômico e social, podendo assim (re)produzir formas socioespaciais.

Ao se analisarem as políticas públicas e seus principais objetivos — como o bem-estar social e as melhorias educacional, econômica e social —, vê-se que elas geralmente apresentam características de determinados governos que priorizam certas atividades ou ações, promovendo diferenciações e rumos diversos ao longo do tempo.

Assim, o poder público (em todas as suas esferas) promove políticas públicas destinadas a determinadas finalidades, dependendo de todo o sistema de relações públicas e privadas no contexto político-governamental. Dessa forma, algumas políticas públicas são prioritárias, se consideradas relevantes em cada contexto histórico e grupos sociais envolvidos, e é desse modo que o turismo vincula-se a elas.

Ou seja, as políticas públicas refletem as diretrizes públicas de determinado(s) governo(s), expressando suas principais finalidades. No caso nordestino, articulando a política à economia, enumeram-se três fases: a) até os

anos de 1940, a fase da agricultura; b) entre os anos de 1940 e 1950, o contexto da indústria como importante atividade; c) nas três últimas décadas, o turismo.

Ao enfatizar a importância do Estado como agente de produção espacial na sociedade capitalista, Becker (2001) aponta uma questão relacionada ao Estado e às atividades turísticas. A autora diz que enquanto se discute a tendência neoliberal do Estado no contexto mundial é preciso revisar tal expressão no caso brasileiro, pois foi o Estado que mais investiu no turismo, contrariando o Modelo de Cancun<sup>3</sup>, realizado no México.

Por outro lado, as políticas públicas não deixam de articular-se com outros contextos, como a globalização; as multinacionais; o financiamento econômico mundial; as elites locais, metropolitanas, estaduais e regionais; os empresários; os demais agentes da iniciativa privada. Conforme Massey (2009), a política pública é resultante das negociações entre os diversos agentes econômicos e espaciais.

Enfatizando o conceito de políticas públicas, compreende-se, então, que são ações e normas jurídicas que promovem modificações socioespaciais, diretamente relacionadas aos interesses de cada contexto político-econômico em suas diversas escalas (espaciais, sociais e hierárquicas).

É dessa maneira que serão analisadas as primeiras políticas públicas no Brasil e no Nordeste brasileiro antes dos programas restritos ao turismo nos anos de 1990, no intuito de se compreenderem as metamorfoses, no que tange às ações dessas políticas na transformação de um turismo coadjuvante para um turismo ativo e privilegiado pelo Estado e pela iniciativa privada.

As políticas públicas são resultantes de vários planos e planejamentos. Em outras palavras, são ações que decorrem de vários governos e prioridades, além de determinadas modificações ao longo do tempo. As políticas públicas do turismo não fogem à regra e, no caso brasileiro, são resultantes de várias ações e planejamentos diferenciados.

---

<sup>3</sup> Modelo de Cancun é um “termo” para o plano de turismo organizado em uma localidade litorânea pesqueira, com pequena população. Com organização de articulação público-privada, um plano sobre a localidade de Cancun fora construído, e o arquiteto argentino Boullon (2002) foi um dos pesquisadores envolvidos na análise do tal plano, que objetivava colocar Cancun como um dos destinos turísticos mais importantes do mundo.



Segundo Cruz (2000), existem três fases de políticas públicas turísticas no Brasil: a) pré-história jurídico-institucional (1938-66), em que o turismo é considerado como atividade, porém resume-se praticamente à divisão institucional; b) fase moderada (1966-1991), com vários planos e planejamentos, porém de forma discreta e desarticulada; c) ápice (a partir de 1991), com o PRODETUR/NE articulando principalmente o Nordeste brasileiro.

Se por um lado as primeiras organizações jurídicas relacionadas ao turismo decorrem ainda de 1939, com a Divisão de Turismo, do Departamento de Imprensa e Propaganda, a iniciativa privada não possui relações consideráveis, talvez devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial, que pulverizou, durante algum tempo, o pensamento sobre o turismo e sua articulação internacional.

Assim, as primeiras organizações de turismo no Brasil surgiram apenas nos anos de 1950, relacionadas a clubes oriundos dos EUA, na cidade de São Paulo. Consoante Trigo (2002), a primeira organização turística formou-se no ano de 1955, com o Skal Club São Paulo, que influenciou, de certa forma, na criação da Companhia Brasileira do Turismo (COMBRATUR) em 1958.

Desse modo, os governos estaduais são influenciados pela consideração do turismo como uma atividade econômica emergente. O pioneiro nessa causa foi o Amazonas, ao criar um departamento ou ministério relativo ao turismo. O então governador, Plínio Ramos Coelho, instituiu o Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda, subordinado ao gabinete do governador, em 1959.

Em 1966, surge a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), mediante Decreto-Lei nº 55, de 18/11/1966, do então marechal Castelo Branco. Concomitantemente à criação da empresa, são publicados vários decretos regulamentadores de agências e hotéis turísticos. Trigo (2004) acrescenta que o governo federal também financiou, ao longo dos anos de 1970, vários hotéis e outros empreendimentos.

Nessa conjuntura, os estados brasileiros colocam em seus planejamentos governamentais ações e políticas direcionadas ao turismo, porém de forma discreta. Coriolano (1988) destaca a Conferência de Estocolmo, em 1972, quanto às

atividades econômicas alternativas no contexto mundial, para conter as atividades poluidoras e promover o desenvolvimento sustentável.

Em 1973, com a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ações econômicas são direcionadas à área, principalmente vinculadas à indústria. Por outro lado, estratégias de desenvolvimento ligadas ao turismo são constituídas de forma a agregar o litoral e a metrópole, embora de modo coadjuvante ou secundária.

Apesar de alguns esforços para o desenvolvimento da atividade turística e para a implantação de infraestrutura na RMF nos anos 1980, é somente no Governo das Mudanças (1987-1990) que o turismo terá um papel importante no planejamento e no desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, promovendo significativas modificações socioespaciais e políticas.

Nesse governo, as ações estatais vão além daquelas direcionadas às infraestruturas para o desenvolvimento turístico, pois modificam-se as ideias e as imagens, e é inaugurado um novo discurso turístico no contexto do Nordeste brasileiro e no Ceará. Assim, a propaganda e o marketing apresentam-se como novos elementos do Estado perante o desenvolvimento turístico do Ceará.

Este capítulo estrutura-se em cinco tópicos, apresentando uma evolução histórica das ações turísticas no Estado:

- a) *As primeiras ações turísticas estatais no Ceará*: aqui serão entendidas de que maneira as ações pioneiras foram vinculadas ao turismo no contexto da prioridade industrial, para relacioná-las às políticas públicas posteriores.
- b) *O Governo das Mudanças: o turismo litorâneo em foco* – serão analisadas as estratégias e ações desse governo, que planeja o desenvolvimento turístico.
- c) *A construção do imaginário turístico no Nordeste e Ceará*: tratar-se-á das principais ideias e dos mais importantes discursos vinculados às atividades turísticas a partir da propaganda e do marketing do Estado e da iniciativa privada.

d) *PRODETURIS*, o programa pioneiro do Ceará: o primeiro programa turístico do Estado é finalizado em 1989, no intuito de nortear o desenvolvimento turístico do Estado.

e) *Turismo e RMF: os espaços constituintes*: serão examinados a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza e alguns dados, com o fim de conhecer a evolução metropolitana e os espaços formados mediante a relação políticas públicas-turismo-metrópole.

Destarte, analisou-se o papel das políticas públicas no planejamento turístico do Nordeste brasileiro e do Estado do Ceará, além das articulações com outros setores econômicos para, com essa base, compreender a produção espacial da Região Metropolitana de Fortaleza e os espaços decorrentes dessas dinâmicas, no contexto cearense e metropolitano.

## **2.1 As primeiras ações turísticas estatais no Ceará**

As políticas públicas relacionadas ao turismo no Ceará surgem principalmente nos anos de 1980. Em planos governamentais anteriores (nível estadual e federal), porém, a prática é apresentada de forma discreta e/ou coadjuvante, complementando outras atividades econômicas, embora reflita esforços em planejar o turismo no Ceará.

Nos anos de 1980, essa conjuntura modifica-se, e, nos anos de 1990, o turismo desponta como um dos vetores mais importantes da economia brasileira, sobretudo no Nordeste do País. Tais modificações são resultantes de políticas públicas e de outras ações que privilegiam investimentos e ações diretas e indiretas para o desenvolvimento do turismo.

No Estado do Ceará, as políticas públicas e os planejamentos econômicos eram ações desarticuladas e/ou inexistentes. O governador Virgílio Távora quem implantou o planejamento econômico do Ceará, em 1963, por meio do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG I).(BERNAL,2005)

Com a influência do planejamento espacial do governo federal, o governo estadual do Ceará acompanha a lógica de priorização da atividade industrial, já que considera a única capaz de promover o desenvolvimento econômico e a redução de desigualdade de renda e pobreza.

Desse modo, o PLAMEG I propõe várias ações de investimentos em indústria e agricultura, vinculados à SUDENE. Por outro lado, propõe áreas de concentração de investimentos, associando-se às ideias das Regiões Metropolitanas.

Na década de 1970, principalmente com a implementação do Modelo de Cancun, no México, os países sul-americanos — inclusive o Brasil — começam a voltar olhares para o turismo. Não é à toa que diversos estados brasileiros instituem vários órgãos diretos e vinculados que possam planejar e efetivar ações vinculadas à atividade.

No Ceará, a primeira ação estatal vinculada ao turismo foi, segundo Coriolano (1998), oriunda do governo César Cals, nos anos entre 1971 e 1974, por intermédio do Plano de Governo do Estado do Ceará (PLAGEC). A principal ação desse plano foi a instituição da Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), em 1973.

Outra das ações importantes do PLAGEC foi o diagnóstico turístico do Ceará, em que foram identificadas duas principais áreas propícias à atividade. De um lado, os espaços litorâneos — principalmente os metropolitanos — e, de outro, as serras de Baturité, Itapipoca, Uruburetama, Ubajara e Tianguá, preferencialmente áreas de proteção ambiental<sup>4</sup>.

Os espaços turísticos e/ou de lazer do Ceará eram, pois, as serras, locais de atração dos turistas pelo clima mais ameno, já que as temperaturas altas na predominância do espaço cearense era um fator negativo perante o discurso e a imagem de pobreza e semiaridez que se apresentava.

O governo de Aduino Bezerra (1975-78) avança na consideração do turismo como atividade econômica, planeja ações destinadas à infraestrutura, mas restringe

---

<sup>4</sup> Segundo Trigo (2002), as principais áreas escolhidas pelos governos brasileiros foram preferencialmente os parques nacionais. O autor vincula essas ações a certa preferência pelo molde norte-americano turístico, em que áreas de proteção ambiental são inseridas no contexto turístico, para torná-las lucrativas e/ou sustentáveis. No caso cearense, percebe-se essa influência, pois o Parque Nacional de Ubajara — instituído em 1959 — torna-se uma das áreas mais importantes no contexto turístico do PLAGEC.

ações principalmente em direção aos espaços serranos. Com a criação da Região Metropolitana de Fortaleza, esse plano complementa ações para a área metropolitana.

Já no segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982) e com o PLAMEG II, o turismo é visto como uma atividade de importante papel para o Ceará, e, assim, é criado o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará (PIDTC), em 1979, promovendo diretrizes e possíveis áreas turísticas, estando entre elas os espaços litorâneos.

Mas, ainda, o contexto da industrialização e a expansão da Região Metropolitana de Fortaleza faziam com que o turismo não se apresentasse como prioridade econômica do Ceará, e por isso o governo Virgílio Távora, considerado como um dos mais investidores, privilegiava a implantação de infraestrutura básica na RMF.

Bernal (2005) destaca o governo Virgílio Távora na promoção de várias ações na RMF, como a implantação do Distrito Industrial de Maracanaú (1981), a instituição do sistema de água Pacoti-Riachão-Gavião, no mesmo ano, além da linha de transmissão de energia de Paulo Afonso (1982).

Em outras palavras, esse governo visava uma maior integração metropolitana, sendo necessárias infraestruturas básicas. Mas como o turismo se inseria nessa lógica? Segundo o PLAMEG II, a cidade de Fortaleza apresentava-se como o “centro” de várias atividades econômicas, entre elas o turismo.

Assim, Fortaleza apresentava-se como o principal destino turístico do Ceará. Iniciam-se, então, mudanças perante o discurso, a imagem e as representações da cidade com o turismo. Vários hotéis e pousadas são construídas ao longo dos anos 1980, praticamente todas na Avenida Beira-Mar, considerada uma das mais importantes áreas de lazer.

Apesar de o turismo ser reconhecido como importante atividade econômica, várias ações decorridas nos governos supracitados foram suprimidas ou parcialmente realizadas por falta de recursos financeiros e substituídas por outras ações, principalmente as destinadas à lógica industrial. Tal fato vincula-se à

prioridade da SUDENE em consolidar áreas industriais em todo o Nordeste brasileiro.

No quadro a seguir, sintetizam-se as principais ações para o turismo, em diferentes escalas dos governos:

#### QUADRO 1 – AÇÕES DOS GOVERNOS ESTADUAIS E FEDERAL – BRASIL/CEARÁ

Anos	Governo Estadual do Ceará	Ações (Governo Estadual do Ceará)	Governo Federal	Ações (Governo Federal)
1971-1974	<b>Castelo Branco (PLAGEC)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação do potencial turístico do Ceará (litoral e serras)</li> <li>2. Criação da Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR)</li> </ol>	<b>Garrastazu Médici</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reinvestimento do Imposto de Renda no setor</li> <li>2. Criação dos fundos de turismo</li> <li>3. Criação de vários parques nacionais</li> </ol>
1975-1978	<b>Adauto Bezerra (PLANDECE)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhoria de infraestrutura</li> <li>2. Reconhecimento do turismo como atividade econômica</li> <li>3. Análises de planejamento turístico em diversas áreas</li> </ol>	<b>Ernesto Geisel</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Financiamento de hotéis e empreendimentos turísticos</li> <li>2. Criação de vários parques nacionais e reservas biológicas</li> </ol>
1979-1982	<b>Virgílio Távora (PLAMEG II)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação do primeiro plano turístico: Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará; (serras como principais espaços, e, depois, litoral).</li> </ol>	<b>João Figueiredo</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Classificação de hotéis (por estrelas)</li> <li>2. Redução de taxas para embarque e desembarque internacional</li> <li>3. Plano Nacional do Meio Ambiente</li> </ol>
1983-1986	<b>Gonzaga Mota (PLANED)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura ao mercado e turismo internacional</li> <li>2. Capacitação de mão de obra turística</li> <li>3. Atração de equipamentos turísticos</li> </ol>	<b>João Figueiredo e José Sarney</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Regulamentação de hotéis e atividades nos parques e nas reservas naturais e biológicas</li> <li>2. Plano Nacional do Meio Ambiente e regras do turismo</li> </ol>

FONTE: Coriolano (1988); TRIGO (2001, 2002); Planos governamentais do Ceará (IPECE, SEPLAG), 2011.

Assim, depreende-se que existem três principais fases dos primórdios das políticas públicas turísticas do Ceará;

a) A primeira fase caracteriza o “turismo” como atividade ainda a ser reconhecida e/ou avaliada por órgãos governamentais, em que o governo César Cals (1971-1974) apresenta o turismo como possível atividade, e, por isso, a “identificação” do potencial turístico e a criação da EMCETUR (1973) para ações vinculadas à atividade;

b) a segunda fase é caracterizada pelo reconhecimento e pelas primeiras ações de planejamento e de infraestrutura, marcada por Adauto Bezerra (1975-78), e pelos estudos sobre as áreas consideradas potencialmente turísticas;

c) a terceira fase é qualificada pelas relações entre o turismo e a Região Metropolitana de Fortaleza, além do reconhecimento do “espaço litorâneo” como espaço turístico e da necessidade de planos específicos para o turismo, iniciados pelo PLAMEG II, de Virgílio Távora (1979-1982), e pelo PLANED, de Gonzaga Mota (1983-1986).

Assim, percebem-se três palavras-chave para a compreensão dessas principais ações: reconhecimento, planejamento e integração. É somente na última fase que o turismo se integra ao contexto metropolitano e litorâneo. No governo Gonzaga Mota, o turismo é considerado como “atividade aberta” ao mercado internacional, já refletindo as mudanças sociais e políticas no Brasil, pelo final da ditadura militar, e a emergente volta à democracia.

Por outro lado, as ações do turismo no governo Gonzaga Mota refletem mais mudanças nos discursos políticos do que no planejamento e nas ações físicas efetivadas, devido à falta de recursos financeiros do governo federal e estadual e a consequente redução de investimentos da SUDENE. Mas tal cenário refletia mudanças significativas nas políticas públicas do turismo no Ceará.

Ao relacionar as políticas estaduais com as federais, nota-se que o governo federal, entre os anos de 1960 e 1980, apresenta o turismo como uma atividade econômica reconhecida, porém de forma secundária e/ou alternativa e, por essa razão, restringe-se a regulamentações de normas e legislações (leis, decretos e resoluções) e a determinados financiamentos e incentivos fiscais a

empreendimentos e empresas turísticas, como a construção de hotéis, resorts, pousadas, entre outros projetos.

Desse modo, percebe-se a evolução das políticas públicas por toda a teia de relações políticas, econômicas e midiáticas no Ceará, no Nordeste brasileiro e no governo federal. Observa-se que a “visão estatal” sobre o turismo reflete toda a teia de relações sobre a produção espacial. Os espaços turísticos, antes restringidos às serras, passam a ocupar principalmente os espaços litorâneos.

## **2.2. O Governo das Mudanças: o turismo litorâneo em foco**

Com várias transformações políticas e sociais nos meados da década de 1980, como o fim da ditadura militar, com a redemocratização do voto e com o Congresso Nacional, modificam-se as estruturas políticas nos estados brasileiros, são criados novos objetivos político-econômicos, e, conseqüentemente, novas políticas públicas são reformuladas.

No Ceará, os governos militares dominavam nos anos de 1960-80, conjuntamente com o intitulado modo político “clientelista e coronelista”, em que havia certas classes sociais movendo-se para mudanças na hierarquia política do Estado, nas quais se destacavam a Federação das Indústrias do Estado do Ceará e o Centro Industrial do Ceará.

É nesse contexto que no ano de 1987, com o slogan “Governo das Mudanças”, elege-se Tasso Jereissati, filho do Senador Carlos Jereissati, e ex-presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC), cujas diretrizes de plano governamental sugerem mudanças político-administrativas profundas no governo cearense.

Esse governo propõe medidas radicais e intervenções diretas em vários órgãos estaduais, como redução de despesas e incentivos fiscais, redução da despesa de pessoal e reformulação de ações nas atividades econômicas, ampliando o incentivo para a agricultura irrigada, a indústria e para novos polos na RMF, além do turismo e serviços.



Diferentemente de outros governos, o turismo nesse governo representa um vetor de desenvolvimento econômico e uma matriz de articulação de outras atividades econômicas. Continuando a tendência de planos turísticos anteriores, coloca a cidade de Fortaleza como o “centro” emissor, receptor, distribuidor e administrativo das dinâmicas turísticas do Ceará.

Tal contexto reflete a continuidade do planejamento espacial metropolitano e a conjugação da atividade turística à integração econômica. Outro destaque é a prioridade dada pelo governo a recursos e ações direcionados aos espaços litorâneos, o qual, influenciado pelo modelo de Cancun, escolhia “áreas” a serem planejadas turisticamente.

Segundo o Plano do Governo das Mudanças o espaço litorâneo é o foco de potencialidade turística:

Ao longo dos seus 573 km de costa, o Ceará apresenta três polos turísticos importantes: O Polo da Região Metropolitana de Fortaleza (Praia do Futuro, Prainha, Icaraí, Cumbuco, Taíba, Pecém); O Polo Litorâneo Leste (Praia das Fontes, Morro Branco, Majorlândia, Canoa Quebrada, Ponta Grossa) e o Polo Litorâneo Oeste (Caiupe, Bitupitá, Marinheiros, Jericoacoara, Almofala) (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1988, p. 133).

Ao considerar seus 573 km de litoral, o plano mostra as diretrizes do planejamento espacial. São propostos três polos turísticos a terem papel especial na atividade turística: a Região Metropolitana de Fortaleza, o intitulado polo litorâneo leste e o polo litorâneo oeste.

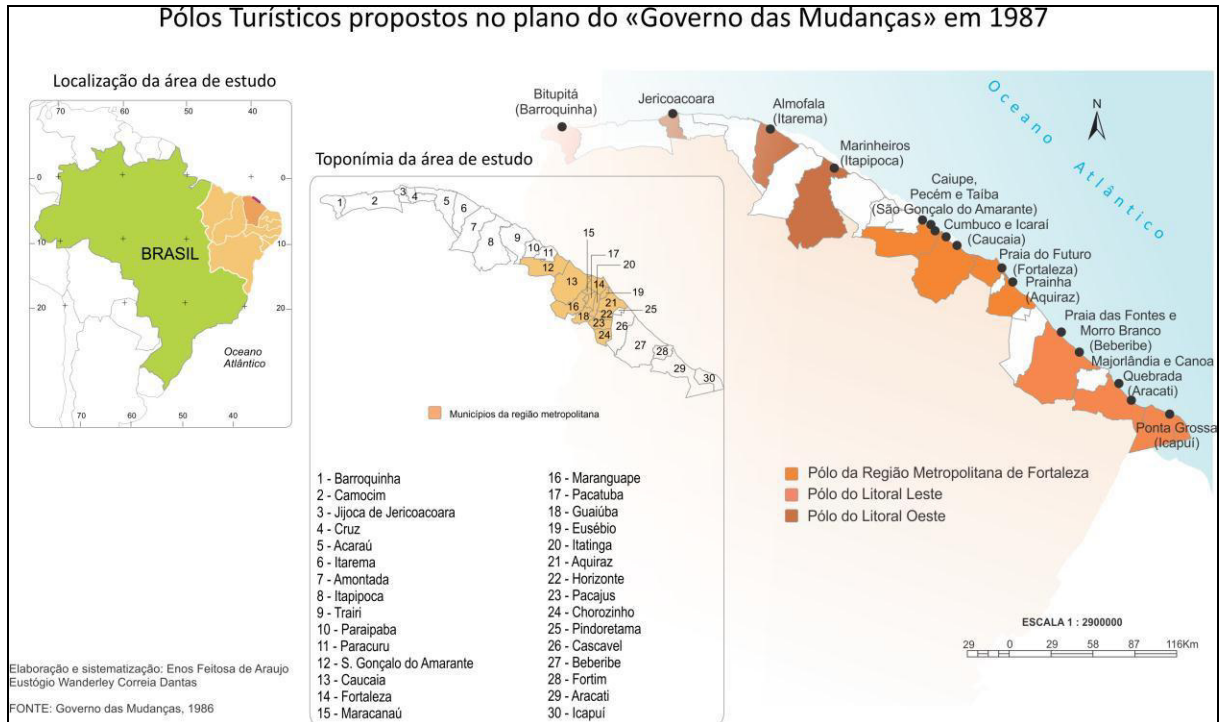
Esses três polos turísticos são constituídos somente de localidades litorâneas e foram delimitados com base em estudos realizados pelo plano do Governo das Mudanças e pela EMCETUR, em praias usualmente conhecidas por aldeias de pescadores, e em fluxos metropolitanos e inter-metropolitanos.

Apesar da referência a várias praias em todo o litoral cearense, o plano cita que a infraestrutura para o turismo é ineficiente: “Não há um sistema rodoviário pelo litoral às praias (...). Inexistem terminais de ônibus nas cidades praianas, com vistas à recepção do turismo de massa” (Ibidem, p. 133).

A proposta é a implantação de infraestrutura para a consolidação de fluxos turísticos de nível nacional e internacional (leia-se turismo de massa), e, para isso,

investimentos de origens diversas deveriam ser discutidos para a promulgação dessas novas ações nos espaços litorâneos.

## MAPA 2 – Polos turísticos do Governo das Mudanças em 1987



O mapa 2 representa a espacialização dos polos turísticos propostos pelo plano, definindo certos municípios prioritários:

- Região Metropolitana de Fortaleza: Fortaleza (Praia do Futuro); Caucaia (Icaraí e Cumbuco); Aquiraz (Prainha); São Gonçalo do Amarante (Pecém e Taíba).
- Polo Litorâneo Leste: Beberibe (Praia das Fontes e Morro Branco); Aracati (Majorlândia e Canoa Quebrada); Icapuí (Ponta Grossa).
- Polo Litorâneo Oeste: São Gonçalo do Amarante (Caiupe); Marinheiros (Itapipoca); Bitupitá (Barroquinha); Jericoacoara (Jijoca à época); Almofala (Itarema).

O planejamento não se restringia apenas a determinadas áreas, mas abrangia intervenções em todo o litoral cearense. A principal finalidade era consolidar o turismo litorâneo no Ceará. Por outro lado, a Região Metropolitana de Fortaleza apresentava um papel fundamental nesse planejamento, pois, capitaneada por Fortaleza, a área teria uma função de recepção, distribuição e concentração da infraestrutura e dos empreendimentos turísticos.

O turismo era considerado uma atividade econômica capaz de estancar outros setores econômicos decadentes — como a agricultura e a indústria — e de promover desenvolvimento econômico, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza, capitaneada pela cidade de Fortaleza, considerada como o principal centro turístico cearense.

O discurso de turismo na condição de “salvação” da economia é tão veemente que um dos principais objetivos do Governo é o *marketing turístico*, para promover mudanças quanto à imagem e às representações do Ceará no contexto regional, nacional e internacional. Aragão (2005) destaca a mudança das figuras e até dos formatos de propaganda após o Governo das Mudanças.

A visão empresarial do turismo é enfática no Plano de Governo, de modo que um dos principais objetivos é o desenvolvimento turístico em moldes empresariais para “[...] promover o adequado e eficiente aproveitamento do potencial turístico, no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Ceará” (Ibidem, p. 134).

Essa visão moderna sobre o turismo cearense considera cinco principais metas turísticas:

- a) Valorização e Preservação do patrimônio turístico do Ceará, principalmente em cidades históricas, como Fortaleza, Aracati e Aquiraz.
- b) Recuperação e ampliação da infraestrutura turística do Ceará.
- c) Programa de capacitação técnica e profissional voltada ao turismo.
- d) Programa de *marketing turístico*, objetivando mudança de imagens repulsivas, novos pacotes e roteiros turísticos, além da promoção de eventos turísticos das demais diversas vertentes.

- e) Promover a atração de complexos turísticos em todo o litoral cearense, como potencial do aproveitamento turístico.

Com base nessas diretrizes, o Governo das Mudanças, desde 1987, modifica o rumo da atividade turística no Ceará. Segundo Aragão (2005), vários folders e propagandas turísticas em revistas nacionais e internacionais são lançados no intuito de “vender” o Ceará, tanto para fins recreativos e de lazer como para investimentos imobiliários e outros atrativos.

Mas apesar de grandes inovações e novos rumos dados ao turismo, o Governo das Mudanças tem dificuldades em promover grandes investimentos, seja pela dívida pública de grandes proporções, seja pela própria gestão político-administrativa mais enxuta, voltada principalmente para investimentos privados, o que poderia ser chamada de tendências neoliberais.

Tais ações inovadoras são elogiadas por Tandler (1998), em sua pesquisa sobre o Governo das Mudanças (1987-90) e o governo Ciro Gomes (1991-94), que, segundo a autora, promoveu mudanças significativas no planejamento regional e local do Ceará, já que um Estado pobre e com dívidas passou a ser um Estado turístico, com superávit e renome internacional.

A autora considera que a diversificação das classes sociais perante o governo cearense promulgava uma democratização de ideias e políticas públicas. Por isso, o Governo das Mudanças é julgado um “bom governo nos trópicos”. A abertura econômica do Ceará e a diversificação de atividades econômicas foram soluções consideradas coerentes para o contexto fiscal em 1987.

Por outro lado, Benevides (1998) questiona esse planejamento econômico, pois os oligárquicos agrários e os grandes empresários — ligados à CIC e ao Pacto de Cooperação — gozavam de benefícios com a diversificação econômica e com a emergência da agricultura irrigada e das atividades turísticas.

Ainda segundo o autor, os empresários, sobretudo da capital cearense, teriam os grandes ganhos do turismo, restando à numerosa população apenas empregos intermitentes, de baixa escolaridade, e a falta de capacitação técnica, profissional e tecnológica voltada à área.

De qualquer forma, o Governo das Mudanças foi relevante na reestruturação socioespacial cearense, nas questões turística, industrial e agrícola, promovendo soluções econômicas para a falta de recursos. Por outro lado, a geração de empregos precarizados e intermitentes e o enxugamento excessivo de funcionários públicos foram problemas sérios em sua gestão.

Dessa forma, poder-se-ia depreender os três grandes objetivos do Governo das Mudanças em relação ao turismo:

- a) Consolidação do turismo com em uma teia de agentes sociais e espaciais;
- b) Planejamento espacial por meio de ações estruturais para o desenvolvimento turístico, e propostas para a aquisição de recursos financeiros;
- c) Ações de propaganda e *marketing* turístico para promover mudanças perante o discurso midiático e político do Ceará, buscando vincular o “sol e praia” a símbolos positivos;

Como o Governo Estadual não conseguia ter recursos suficientes para promover a implantação de infraestrutura em todo o litoral cearense, o marketing turístico aparecia como uma “arma” para a atração de investimentos privados para a construção de empreendimentos turísticos, além de investimentos vinculados à dinâmica imobiliária.

Dessa forma, articulam-se novas ideias em um novo imaginário turístico do Ceará, que se vinculam a uma nova região “Nordeste turística”, refletindo a importância das elites do Ceará no contexto regional, e, assim, promovendo mudanças político-econômicas nos estados nordestinos.

### **2.3. A construção do imaginário turístico no Nordeste e Ceará**

Esse marketing turístico em prol da construção de um novo Ceará ou de mudanças no “discurso e imagem” do Estado não se resume apenas ao Estado.

Perpassa por uma dinâmica espacial mais ampla, que abrange o discurso das elites com relação às ressignificações do Nordeste brasileiro, ou seja, com a “escala regional”.

Para compreender como o Nordeste brasileiro e o Ceará relacionam-se com o discurso turístico em ideários que refletem um “Nordeste turístico”, tem-se de analisar as ideias e os discursos anteriores que construíram vários “Nordestes”, ou seja, conhecer como o Nordeste ganha o papel ou discurso turístico nas últimas décadas.

A própria consciência ou o reconhecimento da “região Nordeste” tem sofrido mutações importantes no curso da história econômica e social nacional. É possível constatar, sem recuar muito no tempo, que o Nordeste como “região” tanto no sentido aqui proposto quanto no sentido mais corrente na literatura, na opinião pública e nas políticas e programas governamentais, somente é reconhecível a partir de meados do século XIX [...] Há, pois, na história regional, “regiões” dentro do que hoje é o Nordeste (OLIVEIRA, 1993, p. 32).

Oliveira (1993) destaca que a “invenção” do Nordeste brasileiro parte da necessidade da construção pelas classes mais abastadas. A consolidação de um discurso político e regional seria relevante para a manutenção das lógicas econômicas, como por exemplo, a produção da cana-de-açúcar e do café, e a pecuária extensiva.

Mas, segundo Haesbaert (2010), o conceito de região não pode apenas limitar-se à lógica econômica ou ao discurso político, visto que o Nordeste, apesar de influenciado pela predominância de certas lógicas das classes mais ricas, é uma construção material e imaterial, duas dimensões intrínsecas.

Assim, considera-se que o Nordeste como região não é somente uma criação, mas também uma articulação entre produção de vários processos sociais, espaciais, econômicos e culturais e agentes espaciais. O Estado, por exemplo — por meio das políticas públicas —, apresenta-se como um dos principais agentes que promovem mudanças socioespaciais.

Haesbaert (2010) enfatiza o conceito de região a partir de três supostos teóricos: a) produto-produtora dos processos de diferenciação espacial; b) produto-produtora de dinâmicas da globalização e fragmentação; c) construtora da atuação

de diferentes sujeitos sociais. O autor, dessa forma, considera a região como um arte-fato<sup>5</sup>.

Ainda segundo o autor, região, com base na análise desses supostos, apresenta-se como realidade material e imaterial mediante a multiplicidade e a complexidade de processos socioespaciais, agentes espaciais e arranjos espaciais. Assim, região não é compreendida somente pelo discurso (imaterialidade), mas por formas, processos e ações (materialidade).

Partindo do princípio de que região é uma construção múltipla, que se modifica perante os períodos temporais, as técnicas, as tecnologias, os agentes espaciais e as políticas públicas envolvidas, o Nordeste brasileiro é um exemplo dessa articulação, pois os discursos e as materialidades são diferenciados no contexto espaço-temporal.

Apesar de a discussão conceitual sobre região não ser foco do trabalho, ela é necessária para a compreensão das relações das escalas espaço-temporais, ou seja, a região, o espaço e a metrópole, por intermédio das atividades turísticas. Assim, ao perceber a construção da Região Nordeste, entende-se como se constrói o “Nordeste turístico”.

A Região Nordeste, até o século XX, era caracterizada pelo clima semiárido de vegetações caducifólias, de monoculturas agroexportadoras — como a cana-de-açúcar, o café, o algodão —, além da pecuária extensiva para uma demanda mais local. Em suma, o Nordeste seria agrícola, pobre, com alta concentração fundiária e de renda (ANDRADE, 1979).

Por outro lado, as características naturais vinculadas à região não eram fatores determinantes de eventuais crises econômicas. Apesar de toda a caracterização ambiental desfavorável, outros fatores econômicos, sociais e culturais influenciavam mais os problemas naturais supracitados, beneficiando principalmente as elites (ANDRADE, 1979).

---

<sup>5</sup> Para Haesbaert (2010), o conceito de região baseia-se num “arte-fato”, pois rompe quanto à dualidade das dimensões materiais-funcionais e as de natureza ideal-simbólicas, significando um “constructo” dessas citadas dimensões.

A ocupação desordenada do território e o desejo do lucro rápido têm contribuído para agravar as condições da área e a intensificar a degradação dos solos, pobres em matéria orgânica, muitas vezes pouco espessos, e quase sempre em grande declive (ANDRADE, 2005, p. 19).

Apesar da limitação das técnicas e das tecnologias da época, a região pobre do semiárido era mais um discurso consolidado pelas elites para atrair mais investimentos do governo federal e para manter o domínio sobre a área, reforçando as oligarquias locais em todos os estados nordestinos.

Na relação da sociedade local com a natureza, compõe-se, portanto, conjunto de representações que norteiam as ações no espaço e a seu turno fundamentam as representações que as motivaram. Com a consubstanciação da região problema (o Nordeste), a elite política local obtém subsídios do governo central para o desenvolvimento regional, pautado: a) no reforço da estrutura fundiária e manutenção de lógica agroexportadora (inicialmente a cana-de-açúcar, na zona da mata, e, posteriormente, o algodão no Sertão), nos meados do século XIX aos anos 1950 do século XX; b) em implementação de política de industrialização direcionada pela SUDENE, dos anos 1960 aos anos 1980 (DANTAS, 2005, p. 23).

Com esse “Nordeste semiárido”, algumas políticas públicas do governo federal foram efetivadas para promover planejamento e desenvolvimento econômico, com destaque para a SUDENE. Por meio da regionalização e industrialização, o Nordeste brasileiro conseguiria prover as deficiências econômicas existentes.

Criada em 1959, a SUDENE não visava apenas planejar e desenvolver o Nordeste brasileiro, mas também implantar algumas ações sociais dirigidas à população mais pobre, como as referentes a gêneros alimentícios e assistência sanitária, além de obras contra as secas, geração de empregos e outras emergências de sua alçada (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Buscava-se, então, promover o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro com a SUDENE, e nos anos entre 1960 e 1970 a atividade econômica privilegiada pelos investimentos foi a industrialização, que, influenciada pela política



federal incentivada por Juscelino Kubitschek, tornou-se o principal agente de desenvolvimento no Brasil e no Nordeste brasileiro.

Essa industrialização acarreta transformações mais profundas no Nordeste brasileiro, pois promove uma mudança tanto no discurso como no contexto da economia: passa da condição de região com base natural para região de representação e fundamentação econômica, ou seja, passa da agropecuária para a indústria (SILVA, 1999).

Dessa forma, geram-se novas imagens do Nordeste brasileiro, promovendo mudanças significativas quanto à imagem e às representações da região:

Atualmente a região não dispõe de caráter hostil. Encoberta por novo imaginário socioeconômico, veicula-se, através da mídia, uma imagem positiva externadora das virtualidades do semiárido nordestino. Aproveitando-se deste novo cenário, vinculado às parcelas reduzidas do território nordestino, aponta-se para a constituição de políticas de desenvolvimento econômico associadas, principalmente, ao turismo litorâneo e à agricultura irrigada, complementadas pela aquicultura, produção de flores, produção de grãos (soja), artesanato, etc. Têm-se, assim, panoramas diferenciadores e complementadores do novo imaginário social nordestino. Nesse novo panorama, é notável uma fragmentação da Região, uma vez que o direcionamento econômico privilegia parcelas do espaço (DANTAS, et al., 2005, p. 23).

A região, vista como produtora de elementos agropecuários para exportação, transforma-se numa região com panoramas positivos, vinculados às várias atividades econômicas, como a modernização de técnicas agrícolas para a agropecuária, e uma atividade recente no Brasil, porém antiga e relevante na Europa: o turismo.

A atividade turística passa a ser um instrumento poderoso de poder argumentativo e econômico para solucionar as crises econômicas, e o Estado do Ceará apresentou-se como um paradigma, empregando políticas públicas inovadoras, como o PRODETURIS, e valorizando as zonas de praia como espaços turísticos (DANTAS, 2002a).

Segundo Benevides (1998), desde a década de 1980 havia uma articulação política dos estados nordestinos em prol de investimentos estaduais e principalmente federais para o turismo. Segundo o mesmo autor, O Ceará e o Rio

Grande do Norte dão um passo à frente dos outros estados, especialmente por já terem projetos preliminares.

Esses projetos constituem-se de ações para consolidar um planejamento turístico. No caso do Ceará, é o PRODETURIS (discutido no próximo tópico). Entre outras ações, a propaganda e o marketing turístico destacavam-se, principalmente no contexto internacional, pois o Nordeste e o próprio Estado do Ceará eram desconhecidos pelo intitulado *trade* internacional.

Nesse contexto, Aragão (2005) construiu uma dissertação sobre a nova elaboração da imagem turística de Fortaleza/CE. No ensaio, o autor faz várias análises da imagem turística, veiculada por folders e outros documentos que representavam os elementos imagéticos os quais o governo estadual queria consolidar e sobre os quais pretendia refletir.

O autor questiona que no período entre 1970 e 1980 o litoral não tinha forte representatividade quanto ao discurso político e turístico. Até nos folders e em outros documentos o litoral apresentava-se como elemento coadjuvante nas imagens. A EMCETUR era o principal órgão da época a promover a propaganda e o marketing do Ceará.

Segundo esses documentos e essas imagens geradas pela EMCETUR, percebe-se que o “sol e praia” — elementos marítimos — passam a ser os principais símbolos da representação turística, notadamente modificadas a partir dos anos 1980, com o Governo das Mudanças.

**Figuras 1 e 2** – Folders da EMCETUR no período entre 1970(?) e 1980(?)



FONTE: Aragão (2005).

Analisando as figuras dos folders, como fez Aragão (Ibidem 2005), depreende-se que na Figura 1 os destaques são pontos históricos da cidade de Fortaleza, enquanto na Figura 2 o litoral é destacado em todas as imagens, refletindo a cultura e a paisagem litorânea, além da jangada e do pescador, ou seja, uma imagem meramente litorânea.

Nesse cenário, realizam-se novas formas de representar a região ou a cidade, pois, com a abertura econômica do Brasil nos anos entre 1980 e 1990 (e conseqüentemente a dos estados), o alvo principal passa a ser o nível internacional, diferentemente dos contextos anteriores, que valorizavam os níveis regional e nacional.

O turismo tornou-se a “vitrine” da imagem socioeconômica do Estado, relacionando-se com os contextos regionais e locais. Não se pretendia uma atividade para desenvolver e planejar e isolar a região Nordeste; buscavam-se articulações e teias de relações que conseguissem construir um cenário nacional e internacional.

Santos (2009) esclarece essas novas lógicas relacionadas a globalização, técnica e tecnologias, novos comportamentos globalizados, mas as relações sociais — apesar de modificadas — permanecem locais, pois nem todas as pessoas relacionam-se com a nova lógica intitulada globalizadora ou com a turística.

Assim, constrói-se uma imagem do Estado voltada a símbolos mais paradisíacos, conforme Oliveira (2006) discute: “[...] pela valorização externa dos lugares “paradisíacos”, criando imagens motivacionais para efetivar-se no fazer turístico, prioritariamente internacionalizado”. As praias do Ceará e de Fortaleza seriam uma visão do paraíso internacional, concordante com outras imagens, como as de Cancun e as de outras praias da América Central.

Por outro lado, mesmo que as imagens sejam internacionalizadas ou globalizadas, Massey (2006) atenta para as particularidades, embora tenham uma tendência homogênea de atividades, fixos, fluxos e principalmente lugares que se tornam relevantes para compreender as diferenciações e as teias de relações que se constroem naquele local.

Se as imagens refletem os discursos criados e intrinsecamente os espaços, as imagens estão em contínua modificação, pois “[...] el espacio está sempre bajo construcción, es decir, nunca es una cosa acabada, siempre hay relaciones que queden por hacerse (o no hacerse)” (MASSEY, 2006). Assim, precisa-se (re)criar várias imagens ou representações.

Fazendo uma analogia com a cidade de Fortaleza, percebem-se essas mudanças de imagens. A cidade já foi “capital do vento”, “capital do Sertão”, e, nos últimos anos, “capital do turismo”. Relacionando-se com o discurso turístico, intitulou-se a “cidade do sol”, talvez uma das representações mais fortes que vinculam as características naturais da cidade às atividades turísticas.

Dessa forma, outras imagens foram construídas ao longo desse discurso turístico consolidado desde os anos de 1990. Foi proposto desde 1998 o título para Fortaleza de “Capital do Atlântico”, voltado a uma nova imagem da capital cearense como uma das cidades referenciais no turismo litorâneo em contextos internacionais.

Como as imagens e seus significados modificam-se ao longo do tempo, conforme os interesses, os agentes envolvidos e principalmente a teia de relações construídas, a suposição de nova imagem de Fortaleza vinculada a uma lógica quase que exclusivamente marítima nada mais é que um reforço de propaganda e marketing para promover cada vez mais fluxos e investimentos para o Ceará.

Paiva (2010) avalia que esse projeto foi parcialmente consolidado, pois, nessa “Fortaleza atlântica”, o Centro seria um dos principais lugares a serem beneficiados. Mas não se conseguiu efetivar essas ações na área central da cidade e, assim, privilegiaram-se os espaços litorâneos dos bairros Aldeota e Meireles, além da Praia do Futuro e outras praias fortalezenses.

Dessa forma, a ideia de região, de cidade e de metrópole consegue ter uma ruptura em relação às ideias dos anos de 1980, em que o Nordeste e as cidades tinham um imaginário relacional, promovendo uma interação entre estas últimas e os estados, e criando uma espécie de rede turística ao relacionar todos os estados e as principais cidades como potencialmente turísticos.

Firma-se, pois, uma imagem diferente da de outrora — em que as cidades apresentavam suas representações, porém sempre atreladas à imagem da Região

Nordeste, considerada uma região turística, como uma imagem metropolitana na qual as metrópoles passam a ter um papel fundamental na consolidação da imagem turística do Estado.

Com essas transformações nos espaços litorâneos por causa da articulação de práticas turísticas, delineia-se um novo cenário imagético, mas principalmente de urbanização e de lazer. A partir daí, surge o contexto da urbanização litorânea:

Em suma, entender a valorização dos espaços litorâneos perpassa para a compreensão de transformações ocorridas nos trópicos, de caráter socioeconômico, tecnológico e simbólico, que suscitam fluxos em escala local e regional e evidenciam ou reforçam a incorporação das zonas de praia, com urbanização crescente de espaços anteriormente associados às práticas marítimas tradicionais (...). As representações favorecem o gerenciamento do litoral e a urbanização da orla marítima das cidades de acordo com uma demanda majoritariamente turística, aquela originária de um turismo balneário nascido do turismo de massa dos países desenvolvidos (DANTAS, 2009, p.19; 22).

A urbanização litorânea relacionada com as atividades turísticas inicia-se principalmente nos espaços metropolitanos, norteadas pelas cidades primazes. Então, constrói-se uma nova lógica de ocupação litorânea, influenciada pelas práticas marítimas modernas.

Assim, as ações governamentais buscam constituir-se de um “ambiente e ambiência” litorânea, em que o PRODETURIS torna-se o plano norteador dessa urbanização planejada nos espaços litorâneos do Ceará, desde as ações de propaganda e marketing até as ações de infraestrutura e de zonas de empreendimentos turísticos.

#### **2.4. PRODETURIS: o programa pioneiro do Ceará**

Em 1989, o Governo das Mudanças propõe o principal documento e/ou programa turístico que reflete as ações fundamentais de planejamento turístico governamental nos espaços litorâneos do Ceará. O documento, de autoria da arquiteta Anya Ribeiro, é articulado a um consórcio de empresas de cunho cartográfico e estatístico.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense (PRODETURIS) é instituído em 1989 pelo governo estadual e, segundo Benevides (2003), é uma série de documentos resultantes de viagens e estudos de campo, com mapeamento e regionalização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais de todo o litoral cearense.

Um dos principais objetivos do PRODETURIS era a atração de investimentos privados, conforme aconteceu em Cancun, na década de 1970. Por outro lado, o programa propõe investimentos públicos. Diferentemente do Plano do Governo das Mudanças (1987), a divisão de áreas litorâneas para planejamento é municipal e insere praticamente todos os municípios litorâneos do Ceará.

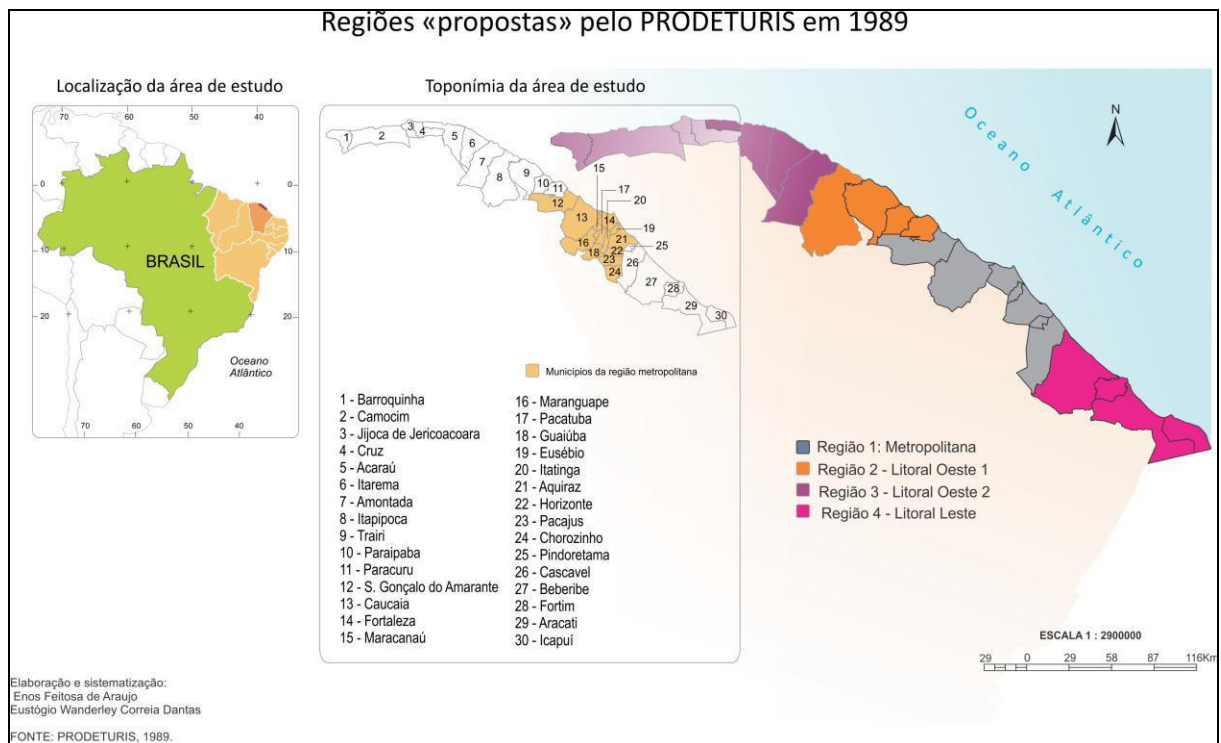
Conforme relatório do BANCO DO NORDESTE (2005), o litoral cearense foi dividido em quatro regiões turísticas:

- a) Região 1: Fortaleza, Aquiraz e Caucaia.
- b) Região 2: Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Itapipoca.
- c) Região 3: Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí.
- d) Região 4: Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Camocim e Barroquinha.

Pode-se inferir que a região 1 é formada por Fortaleza, Aquiraz e Caucaia, de características similares, e capitaneada pela capital Fortaleza; a região 2 situa-se no litoral oeste mais próximo à Fortaleza; a região 3, no litoral leste: Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí; a região 4, no litoral oeste, mais longínquo de Fortaleza, formada por Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Camocim e Barroquinha. (ver mapa 3)

O PRODETURIS transforma-se no primeiro plano específico do turismo, em que diferencia o litoral cearense a partir de regiões com características similares, propõe infraestruturas (vias rodoviárias, saneamento básico, energia elétrica, entre outras), além de atração de investimentos privados nacionais e internacionais.

### MAPA 3 – Regiões turísticas do PRODETURIS – 1989



Nesse quesito, depreende-se que, apesar de ser um plano turístico, a finalidade do programa era a intervenção estatal na produção espacial do Ceará. O turismo tornava-se um elemento econômico constituinte desse planejamento. Por isso, o plano refletia sobre como o Governo das Mudanças propunha modificações, além da questão político-administrativa, nas dinâmicas socioespaciais.

Apesar da discussão teórica sobre o fato de a maioria das políticas públicas não ter um cunho epistemológico, a mudança de “conceito” espacial no planejamento turístico reflete um amadurecimento nas ideias propostas. Enquanto o Governo das Mudanças refere-se a “polos turísticos”, no PRODETURIS, o principal programa, o conceito torna-se “regiões turísticas”.

Destarte, o litoral cearense, antes descrito no Governo das Mudanças por praias ou localidades litorâneas ou polos turísticos, passa a ser visto com outro conceito: o de região. E tais regiões seriam o locus das principais ações turísticas a serem implementadas pelo programa.

Pode-se deduzir que as ações a serem implementadas pelo PRODETURIS teve uma discussão no mínimo demográfica, urbanística e/ou estatística. Afinal, o



programa é resultante de levantamentos de vários dados de quase todo o litoral do Ceará, mas apresentou modificações perante o plano original do Governo das Mudanças.

Dessa forma, essas “regiões turísticas” foram determinadas por alguns fatores analíticos, entre eles a ocupação da terra, os tipos de propriedades, a regularidade fundiária, a distância em relação à capital cearense, os meios de hospedagem, a infraestrutura urbana, a taxa de crescimento populacional, a urbanização. Essas informações estão resumidas no quadro exposto a seguir.

## QUADRO 2 – ANÁLISE DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO PRODETURIS (1989)

INDICADORES	ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL – ADR LITORAL			
	Região Turística I (Inclui Fortaleza)	Região Turística II	Região Turística III	Região Turística IV
Taxa de Urbanização (1980–1990)	10,87	65,06	62,50	44,65
Nº sedes municipais	3	6	5	6
Municípios com população acima de 20.000 hab.	Todos	Todos	Todos. Exceção: Icapui	Todos. Exceção: Barroquinha
Distância/Tempo Fortaleza (medida da RT)	20 Km 1/2 hora viagem	40 Km 1,5 hora/viagem	50 Km 1,0 hora/viagem	100 Km 3,0 horas/viagem
Meios de Hospedagem	70	54	59	46
Nº de UH's	1.044	554	510	439
Ocupação de terra	Loteada e ocupada	Loteamentos e ocupações espontâneas	Predomina loteamentos regulares	Questões Fundiárias
Extensão das Propriedades	Pequenas Propriedades	Grandes, médias e pequenas	Predomina grandes propriedades	Extensas propriedades
Regularidade da Terra	Própria com registro	Parte própria e parte ocupação sem registro	Própria com registro	Ocupações, posses e questões fundiárias
Valores Imóveis (CR\$/ha)	Mais alto valor	Valor intermediário muito estável	Valor intermediário estável	Menor valor

(Fonte: IPLANCE, ARC Consultoria)

Com a divisão turística do litoral, percebem-se algumas características dessas regiões e diferenciações entre elas:

- a) A Região I, definida como Fortaleza, Aquiraz e Caucaia, possuía uma integração metropolitana, além da urbanização litorânea promovida pela vilegiatura, já com infraestruturas básicas para o turismo. É, pois, uma área prioritária, mas não de infraestrutura.
- b) A Região II, definida como Caucaia (oeste), São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Itapipoca, localidades urbanizadas e relativamente



próximas à Região Metropolitana, constituindo um corredor a oeste da RMF. Por outro lado, tem infraestrutura incipiente e precária, por isso é uma área prioritária de infraestrutura.

- c) A Região III, definida como Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí, municípios localizados a leste da RMF e do Ceará, é uma área que possui consideráveis fluxos turísticos, com infraestrutura relativa. No caso de Aquiraz, é a expansão urbana da cidade de Fortaleza.
- d) A Região IV, definida como Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Camocim e Barroquinha, localizados no extremo oeste do Ceará, é um espaço com pequenos índices de urbanização e infraestrutura, sendo uma das áreas mais prioritárias. Pela distância da metrópole, porém, os municípios comportar-se-iam como terras de reserva e/ou expansão.

Em outros termos, o litoral cearense fora planejado em ações e características, não acarretando transformações socioespaciais imediatas e efetivas. Podem-se citar como exceções e exemplos o complexo turístico Beach Park,<sup>6</sup> construído em 1988 como principal empreendimento turístico do Ceará, e a tentativa de construção do Resort Saint Tropez, em Cumbuco, no mesmo ano, obra paralisada por falta de recursos.

Dessa forma, após os anos de 1990, com as eleições presidenciais diretas, segundo Benevides (1998), houve uma forte pressão de vários governadores nordestinos em prol de investimentos para o turismo, especialmente no Nordeste brasileiro. Tal conjuntura fez com que o Ceará — com um projeto já definido — saísse na frente com referência a recebimento de eventuais recursos.

O Governo das Mudanças não vê a contemplação de seus objetivos, mas vê em seu aliado da época, Ciro Gomes, eleito em 1991, a consolidação de programas turísticos e recursos financeiros, oriundos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), assinado no mesmo ano, com recursos para diversos estados nordestinos.

---

<sup>6</sup> O Beach Park é um dos principais empreendimentos turísticos no Ceará, porém o seu patrimônio, avaliado em R\$ 789 milhões, segundo a Folha de São Paulo (2006), tem dados controversos. Conforme o Jornal Estado de São Paulo (2009), os fundadores do complexo são Arialdo de Melo Pinho e João Eduardo Guinle Gentil. Porém, de acordo com informações do Jornal O Povo (2011), o ex-governador Tasso Jereissati é, atualmente, o acionista majoritário do empreendimento, assim como o próprio jornal que citou a notícia.

## 2.5 O turismo e a RMF: os espaços constituintes

As políticas públicas do turismo surgem antes da formação metropolitana de Fortaleza, porém a vinculação da atividade ao Ceará esteve presente na cidade de Fortaleza, sobretudo pela infraestrutura existente (notadamente o Aeroporto Pinto Martins e os hotéis e serviços). Mas com a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza o turismo é vinculado ao planejamento metropolitano.

Como se percebe pela análise anterior dos planos governamentais e da importância do turismo em cada um deles, a atividade ganha papel representativo no desenvolvimento econômico da RMF e no Ceará. Vincula-se ao contexto de integração econômica e metropolitana.

As dinâmicas turísticas, ao serem planejadas e norteadas pelas ações estatais, passam a possuir várias teias de relações socioespaciais, principalmente metropolitanas. Então, longe de fazer uma epistemologia sobre metrópole e Região Metropolitana, é notório compreender a diferenciação conceitual entre ambas.

Apesar de apresentar aspectos similares, metrópole difere de Região Metropolitana: a primeira possui características de cidade que se agiganta perante as suas relações, ampliando seu relevante papel espacial, econômico, entre outros aspectos, enquanto a segunda é caracterizada por limites, regência, ou seja, pela articulação de municípios guiados por um planejamento ou pela regência estatal.

Apesar das diferenciações, ambas fazem parte de um cenário único: o metropolitano. É nele que se realizam as teias de relações socioespaciais, sendo difícil compreender as diferenciações existentes e conseguir, de fato, conceituar o vocábulo “metropolitano” e distinguir as características singulares que ele encerra.

O conceito de “metrópole” nasce com o de “cidade-mãe”, do século XIX, pelos significados que tentam explicar as várias mudanças ocorridas por conta das novas técnicas e tecnologias. Vários cientistas da época questionam a relação urbano-metropolitana: se é complementar ou se é concorrente. Assim, trocam-se os laços de significados metropolitanos de quantitativos para qualitativos (FRESCA, 2011).

Com o passar do tempo, Fresca (2011) analisa as diferentes vertentes de análise da metrópole, principalmente as guiadas pelo seu papel econômico nas

regiões e nos países. Mas no período entre 1960 e 1970 o “metropolitano” é discutido com mais ênfase, pela urbanização mais intensa na maioria dos países, inclusive nos menos abastados.

Assim, Carlos (2005) é enfática ao dizer que o contexto metropolitano é uma das últimas lógicas econômicas capitalistas mundiais, que mostra o avanço do urbano perante a sociedade, tornando-se, assim, a principal forma de articulação das pequenas, médias e grandes cidades no circuito econômico global. Em suma, a metrópole se destaca perante a cidade.

Santos (2009) salienta que essas mudanças abruptas na sociedade (leia-se contexto de metropolização) tornaram as definições de “cidade”, “metrópole”, entre outras, conceitos geográficos insuficientes para as novas dinâmicas. Assim, propõe que os geógrafos consigam avançar para reconceituar, reconstruir novos conceitos, principalmente os de metrópole.

Fresca (2011), por outro lado, é mais amena quanto às críticas sobre os conceitos de metrópole. Segundo a autora, o grande paradigma é o caráter polissêmico do conceito. Enfatiza que novos elementos técnicos e tecnológicos fazem a sociedade moderna tornar-se mais rápida e, por isso, o conceito muitas das vezes poderia ser contraditório.

A autora faz uma epistemologia sobre os aspectos metropolitanos. Entre eles estaria sempre o caráter funcional, destacando-se nas análises a escola de Chicago de Geografia; outro aspecto seria o caráter articulador econômico mundial, um dos nós da economia mundial, em virtude da estrutura que a metrópole compõe para articular-se com os fluxos mundiais.

Outros aspectos relevantes são as estruturas urbanas, as intraurbanas, em que se analisa o comportamento da metrópole na produção de seu próprio tecido, ou seja, a análise intrametropolitana. Na condição de nó de várias articulações socioespaciais, a metrópole reflete, concomitantemente, “dispersão, agregação e segregação”, sendo contraditória por natureza (LEFEBVRE, 1999).

Cunningham (2006), ao fazer uma epistemologia sobre vários autores que estudavam a metrópole, propõe que, apesar das relações com a cidade, ela extrapola a noção cidadina e, assim, reveste-se de uma nova lógica espacial e

produtiva moderna, resultante de uma construção material e imaterial e da explosão das velhas formas urbanas.

Nessa perspectiva, um dos significados ou conceitos de metrópole seria a formação espacial das correlações espaciais com base na articulação dos setores econômicos e sociais, obedecendo a certas características moldadas em um modelo “abstrato-material” universal. Mas o autor mostra cautela perante um *fechamento* do conceito, pois existem diferenciações em cada lugar, apesar de características similares entre eles.

Harvey (2005) constata essa ideia de diferenciação entre cidades e metrópoles pelo processo que ele intitula “desenvolvimento geográfico desigual”, resultante de toda a articulação política e econômica dos agentes espaciais e econômicos hegemônicos para promover certas diferenciações que promulguem interesses deles.

Assim, as metrópoles apresentam-se como espaços articulados socioeconomicamente, porém desiguais e contraditórios, com modo de vida restritamente urbano que estabelecem relações com vários agentes sociais, espaciais e econômicos, em níveis cada vez mais intensos e de grandes escalas espaciais, e que produzem aspectos materiais e subjetivos perante os seus significados.

Cunningham (2006) cita Karl Scheffler em uma de suas frases sobre a metrópole, enfatizando que, se as características do modo de vida urbano são opostas às da área rural e do campo, o metropolitano extrapolaria o urbano e caracterizar-se-ia pelo que ele denominou “o espírito da metrópole”, pois as dinâmicas sociais, culturais, econômicas diferenciam-se diante desse “espírito”.

Dispersão e concentração dão-se, uma vez mais, de modo dialético, de modo complementar e contraditório. (...) Agora a metrópole está presente em toda parte e no mesmo momento. A definição do lugar é cada vez mais, no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo (...). A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas (SANTOS, 2005, p. 101).

Milton Santos, ao destacar a onipresença da metrópole, sugere a visão da sua vinculação à globalização. Se a metrópole é a forma espacial mais adaptada às novas dinâmicas capitalistas, além de possuir características de um novo modo de vida urbano mais avançado, Santos (2005) completa: o “tempo da metrópole também é o tempo da globalização”, ou seja, é o tempo de toda a teia de articulação dos agentes capitalistas.

Dessa forma, as metrópoles em todo o mundo articulam-se umas com as outras, produzindo uma teia de várias relações em toda a humanidade, promovendo novas dinâmicas socioespaciais mais técnicas, novas tecnologias, rápidas e mais lucrativas, mas promovem desigualdades sociais cada vez mais intensas (SANTOS, 2000).

É assim que a metrópole de Fortaleza, recente em sua plenitude, comporta-se em relação ao Nordeste brasileiro, ao Brasil e ao mundo: articulada entre as várias teias de relações capitalistas dos contextos globais, nacionais, regionais e locais. E como o turismo apresenta-se nesse contexto metropolitano? É, de fato, um fator de urbanização e/ou de metropolização?

Paiva (2010), ao analisar o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza, afirma que a metrópole de Fortaleza é híbrida, caracterizada por várias dinâmicas espaciais (indústria, turismo, comércio, serviços, habitação, imóveis, entre outras), e mostra que apenas um processo não é capaz de prover toda a metropolização contemporânea de Fortaleza.

Assim, a metrópole é híbrida porque o espaço é híbrido. Por mais que as dinâmicas metropolitanas sejam relevantes na atualidade, a sua (i)materialidade é relacionada com o espaço, com simultaneidades dinâmicas, constantemente modificadas pelas novas relações geradas pelas multiplicidades de agentes e ações (MASSEY, 2008).

É desse modo que se compreendem a dinâmica litoral-metrópole-turismo e, logicamente, as dinâmicas espaciais decorrentes. Não como uma relação fechada ou definitiva, mas como uma construção analítica da realidade com base nos elementos que a constituem e com as dinâmicas relacionadas.

Nesse contexto de urbanização litorânea supracitado é instituída a Região Metropolitana de Fortaleza, em 1973, pela Lei Complementar 14/73, conjuntamente com outras sete RMs, as quais constituem as primeiras oito regiões metropolitanas do Brasil (ver Tabela 1): Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A metrópole de Fortaleza constituía-se de cinco municípios: a capital do Ceará e principal município, Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Pacatuba e Maranguape. À época, Fortaleza, como principal município do Ceará, tinha indicadores socioeconômicos maiores que os dos demais municípios, chegando à beira dos 50% de toda a economia cearense.

Esses aspectos concentradores da capital Fortaleza marcam certo tipo de macrocefalia, devido à sua infraestrutura, a mais moderna do Estado, além da recente industrialização nos espaços adjacentes à capital, do comércio e dos serviços amplos e relativamente consolidados. O espaço metropolitano da metrópole tornava-se dispersivo, agregado e segregado.

**Tabela 1 – Indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana – 1973**

Município	População/hab. (1970)	PIB (em mi R\$)	Localidades litorâneas existentes <sup>7</sup>
Fortaleza	857.980	1.800	-
Caucaia	54.724	33,06	Iparana, Icarai, Pacheco
Maranguape	43.917	68,07	-
Aquiraz	32.507	21, 13	Prainha, Iguape
Pacatuba	11.546	17,53	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.674</b>	<b>1939,79</b>	<b>5 localidades</b>
<b>TOTAL CE</b>	<b>4.361.603</b>	<b>3555,51</b>	-

(\*) Pelos estudos de Reis, Org. (2000), e Reis et al. (2005), por meio de cálculos econômicos estatísticos, pode-se chegar às estimativas dos PIBs municipais desde 1970.

FONTE: IBGE, 1970.

<sup>7</sup> Segundo o IBGE e o IPECE, a cidade de Fortaleza não tem localidades, mas bairros que possuem vínculo com a dinâmica e a expansão urbana e com a habitação cidadina. As localidades litorâneas, por sua vez, constituem povoados/comunidades singulares, não “diretamente” ligados à divisão político-administrativa do município.

Pelos dados expostos na tabela 1, observa-se a importância da recente Região Metropolitana de Fortaleza — capitaneada pela capital — quanto aos números econômicos, pois 55% de todo o PIB cearense concentrar-se-ia em cinco municípios, mas a população marca cerca de 23% do Estado, sendo Fortaleza responsável por 20% de toda a população cearense.

Tal contexto leva à reflexão de Silva (2005):

A cidade cresceu muito. Seu poder urbano como polo de atividades e possibilidades atraiu milhares de trabalhadores, estudantes, idosos, exigindo, em curto prazo, a adoção de políticas regionais capazes de instaurar um processo dinâmico (...). O peso da centralidade exercida pela capital é evidente, denunciando o descompasso entre Fortaleza e os demais municípios integrantes do espaço metropolitano, onde se destaca a necessidade de instalação das infraestruturas capazes de atender às demandas da população (SILVA, 2005, p. 46).

A centralidade de Fortaleza não abrange apenas a região metropolitana nem a do contexto estadual, mas a de muitos municípios da Região Nordeste, inclusive as capitais de Natal (RN) e Teresina (PI). A cidade, com relevante abrangência comercial, revela-se uma metrópole em crescimento, com importância cada vez maior nas esferas estadual e regional.

Mas nesse contexto de centralidade, crescimento e desenvolvimento econômico a urbanização litorânea tem um papel fundamental na difusão de fluxos metropolitanos. Conforme Dantas (2002b), os movimentos de várias pessoas às zonas de praia marcam uma nova dinâmica de extrapolação da cidade, consolidando a lógica metropolitana.

Com várias ações estatais — principalmente de infraestrutura — para o espaço metropolitano de Fortaleza, dois eram os vetores principais de expansão urbana e fluxo metropolitano: a industrialização em vários eixos da metrópole e a urbanização litorânea, que integrava os espaços litorâneos à lógica da metrópole, mormente por meio da vilegiatura marítima.

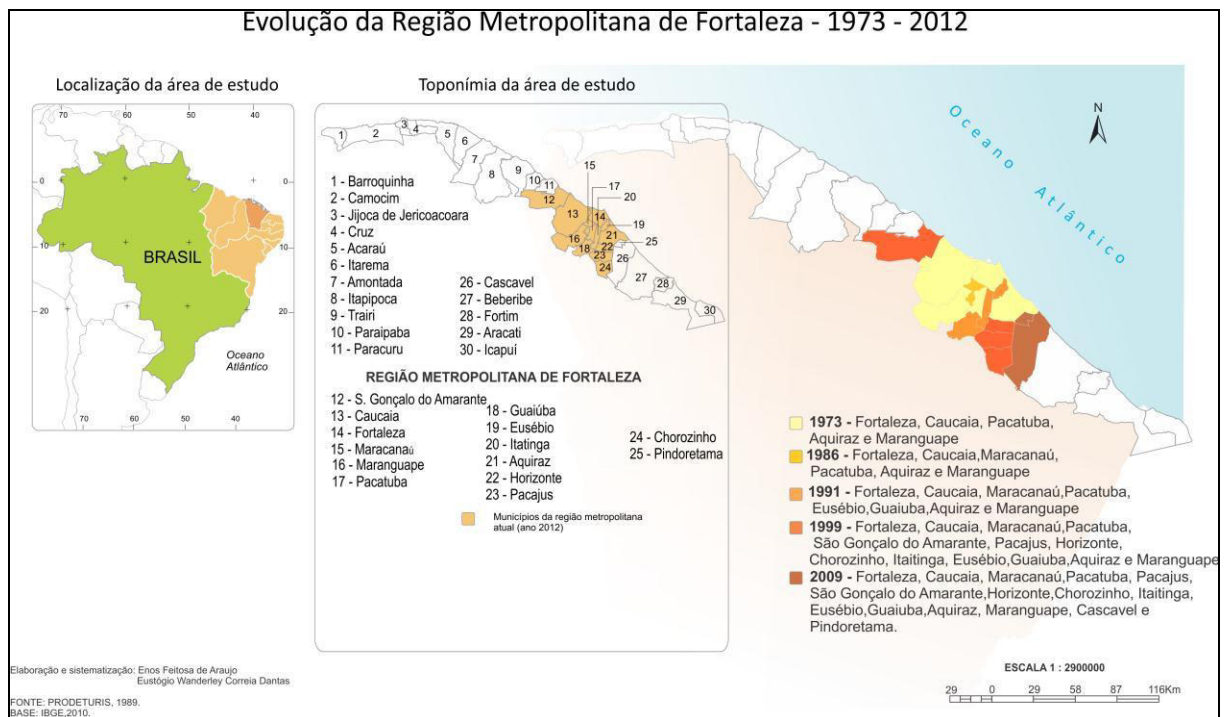
Segundo Parente (2000), essas infraestruturas marcavam a prioridade pela indústria, considerada como vetor de urbanização e metropolização, que se

vinculava à modernização, mostrando, conforme o autor, certas características de uma elite conservadora e mais tradicional.

Nos anos de 1990 — a década do turismo cearense — são realizadas modificações tanto nas políticas públicas como na articulação de agentes sociais e na produção espacial. A Região Metropolitana de Fortaleza firma-se, agrega mais espaços, produz localidades, promove fluxos e fixos mais diversificados e mais articulados.

Assim, o espaço metropolitano de Fortaleza passa dos cinco para quinze municípios, ou seja, o triplo, em quase 40 anos de existência. A cidade consolida-se como a quinta maior metrópole do Brasil, fazendo parte, segundo a ONU (2009), dos 125 maiores aglomerados urbanos do mundo. Em suma, a metrópole Fortaleza consolida-se com seus fluxos e dinâmicas.

#### Mapa 4 – Evolução da Região Metropolitana de Fortaleza – 1973 – 2012



Percebe-se, pelo mapa, a ampliação da Região Metropolitana de Fortaleza, desde sua origem, em 1973, até suas adições de municípios em 1986, 1991, 1999 e 2009. Depois de 1988, com a Constituição Federal, a área metropolitana é regida



pelo Governo Estadual, e por essa razão há uma sucessão de adições de municípios à Região Metropolitana de Fortaleza.

Enquanto a metrópole crescia, os espaços litorâneos também ampliavam suas dinâmicas e suas localidades litorâneas. Apesar de a maioria das localidades litorâneas ser derivada de aldeia de pescadores, houve um *frenesi* na questão imobiliária dessas áreas para a urbanização, em prol do turismo litorâneo, desde os anos 1990.

Compreender a urbanização litorânea é também compreender a expansão da metrópole Fortaleza, pois as dinâmicas possuem relações relevantes entre si. Os municípios de Caucaia e Aquiraz destacam-se como os grandes empreendimentos turísticos e fluxos da vilegiatura marítima, e São Gonçalo do Amarante e Cascavel também possuem consideráveis fluxos (ver cap. 4).

**Tabela 2 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – 2012**

Município	População/hab	Pib (em mi R\$ <sup>2</sup> )	Inserção na RMF	Localidades Litorâneas
Fortaleza	2.452.185	31.789,18	1973	-
Caucaia	325.441	2.192,43	1973	Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco
Maracanaú	209.057	3.534,38	1986	-
Maranguape	113.561	643,60	1973	-
Aquiraz	72.628	603,47	1973	Porto das Dunas, Prainha, Iguape, Barro Preto e Balbino
Pacatuba	72.299	479,29	1973	-
Cascavel	66.142	388,96	2009	Caponga e Águas Belas
Pacajus	61.838	464,25	1999	-
Horizonte	55.187	1.067,82	1999	-
Eusébio	46.033	1.081,12	1991	-
São Gonçalo do Amarante	43.890	659,61	1999	Taíba e Pecém
Itaitinga	35.817	159,71	1999	-
Chorozinho	18.915	78,03	1999	-
Guaiuba	18.877	82,03	1991	-
Pindoretama	18.683	76,97	2009	-
<b>TOTAL RMF</b>	<b>3.610.553</b>	<b>43.301,00</b>	-	<b>14 localidades litorâneas</b>
<b>TOTAL CE</b>	<b>8.452.381</b>	<b>65.703,76</b>	-	<b>Entre 140 e 150 localidades litorâneas<sup>1</sup></b>

Fonte: IBGE, 2012.

<sup>1</sup> Segundo dados do microdados do IBGE (2011)

<sup>2</sup> Segundo dados do IBGE (2009)

Segundo os dados expostos na Tabela 2, nota-se que os 15 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza concentram quase dois terços de toda a riqueza do Ceará, ou seja, 66% do PIB Estadual, enquanto a população cearense concentra-se em percentagem de 42,71% na área metropolitana de Fortaleza.

O município de Fortaleza ainda tem uma grande participação populacional e econômica ao concentrar 48,9% do PIB estadual e 29,1% da população, números que em comparação à data de formação da RMF (1973) são diferentes, pois àquela época os números eram 50,62% e 19,85%, respectivamente.

Assim, os dados populacionais de Fortaleza cresceram significativamente, de 858 mil habitantes para 2,45 milhões, ou seja, um crescimento de 285% no período temporal de quase 40 anos, significando um aumento populacional médio de 7,13% ao ano, e 71% em cada década. Apesar dos números alarmantes, o crescimento populacional tem menores taxas nos últimos 15 anos devido à maior interação com outros municípios metropolitanos.

Dessa forma, os discursos políticos e as políticas públicas privilegiam a RMF por causa desse considerável contingente populacional, e, por isso, algumas atividades, entre elas o turismo, aparecem como “salvação” ou como prioridade pública, que poderiam gerar benefícios com empregos e renda.

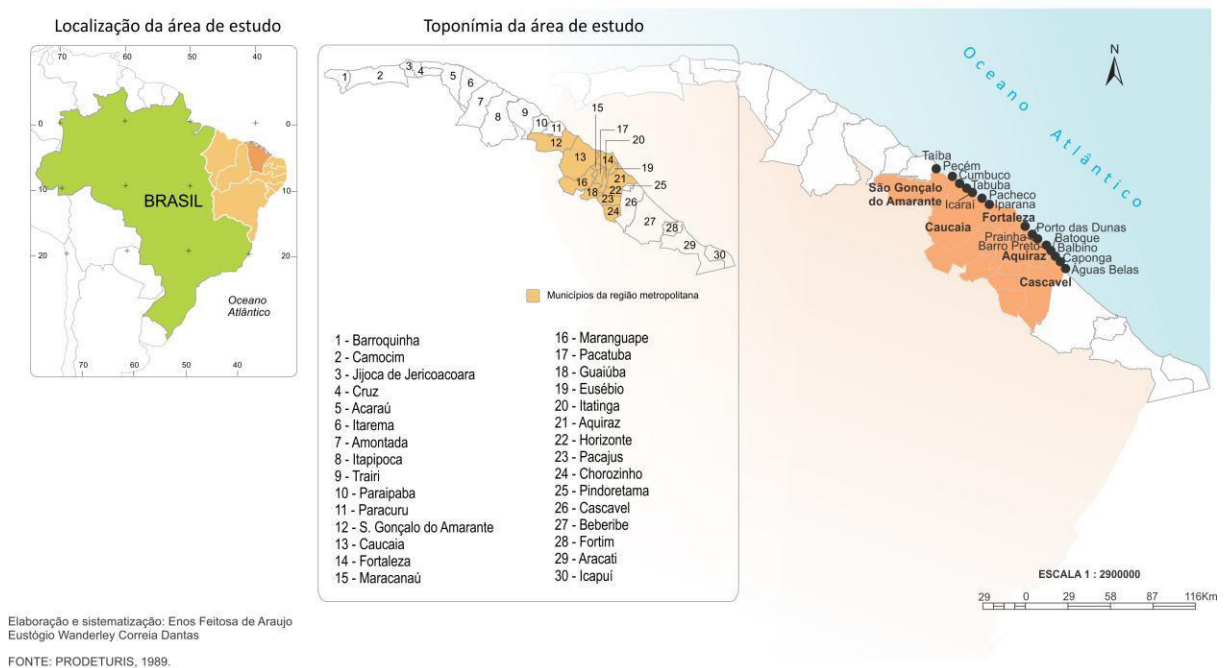
O turismo apresenta-se como uma atividade econômica de forte viés metropolitano, que poderia colocar a capital cearense no rol dos maiores destinos turísticos do mundo, além de articular vários setores econômicos e promover distribuição de renda às comunidades litorâneas, oferecendo possíveis alternativas econômicas a essas populações mais pobres.

Nesse contexto, as localidades litorâneas são cada vez mais interligadas entre si e com a cidade de Fortaleza no intuito de promover cada vez mais fluxos turísticos. Várias localidades são criadas mediante empreendimentos turísticos, como o Porto das Dunas, que se desenvolveu em torno do Beach Park, ainda no final dos anos de 1980.

Assim, a produção espacial turística é relevante na Região Metropolitana de Fortaleza. Conforme Tabela 2, tem-se 14 localidades litorâneas entre cerca de 150 localidades litorâneas em todo o Ceará. A transformação de aldeia de pescadores em locais turísticos é um *continuum* na paisagem litorânea cearense, destacando-se os exibidos no mapa 5.

## Mapa 5 – Municípios e espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza

Espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza - 2012



A incorporação de municípios litorâneos à Região Metropolitana de Fortaleza reforça o papel das atividades turísticas nesses locais. Desde os anos 2000, privilegiam-se empreendimentos turísticos que possam desenvolver os locais, principalmente resorts e complexos turísticos, que investem milhões e até bilhões de dólares.

Mas essas novas dinâmicas turísticas, com a incorporação das zonas de praias, reforçam o papel da metrópole Fortaleza quanto aos fluxos e investimentos. A dispersão e a concentração metropolitana agregam novos espaços à sua lógica, mas beneficiam principalmente as lógicas da cidade primaz, promovendo o “desenvolvimento desigual”.



## **AS POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS NO CEARÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

As políticas públicas do turismo no Nordeste Brasileiro apontam nos anos 1980 com iniciativas dos governos estaduais, em que o Estado do Ceará destaca-se como um dos pioneiros quanto ao planejamento turístico. Porém, as políticas públicas relacionadas ao turismo ampliam-se em escalas governamentais. Conjugam-se agora, a relação das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

Neste contexto, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) consolida como a principal política pública da Região Nordeste, baseada principalmente através de outros programas estaduais já consolidados e outros que foram constituídos.

O PRODETUR constitui-se de três fases de seus investimentos (PRODETUR I, II e NACIONAL) e apresentam diferenciações político-administrativas, desde a centralização administrativa no Banco do Nordeste (BNB) até o comando pelo Ministério do Turismo (MTUR). Analisaremos as mudanças das ações baseados nas escalas federal e estadual para tentativas de descentralização para as escalas municipais.

Desta forma, este capítulo estrutura-se a partir da análise e compreensão das ações das políticas públicas:

a) *PRODETUR/NE I: o início das ações*, baseados principalmente em planos estaduais, no caso do Ceará, o PRODETURIS;

b) *PRODETUR/NE II: a continuidade?* reflete algumas mudanças ocorridas em investimentos e gestão municipal;

c) *PRODETUR NACIONAL: a descentralização?* discute a fase atual do programa, que dá mais poderes administrativos ao município, buscando uma integração ou articulação política;

d) *O Governo Estadual e PRODETUR/NE: paralelos, articulações e contradições* relaciona as ações meramente estaduais, no intuito de complementar as ações oriundas do governo federal;

e) *As políticas indiretas do turismo, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II)* que também complementa indiretamente ações turísticas, e promove uma articulação e integração de planejamento turístico;

### 3.1. PRODETUR NE I: a política pública do turismo no Nordeste brasileiro

#### 3.1.1. PRODETUR I: o início das ações

O PRODETUR I é criado em 29 de novembro de 1991, mediante Portaria conjunta 1, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e EMBRATUR, para financiar vários investimentos de infraestrutura básica em diversos estados, predominantemente litorâneos. Segundo Benevides (1998), o PRODETUR I só se concretizou pelas pressões políticas, principalmente dos estados nordestinos.

De acordo com o BANCO DO NORDESTE (2005), o PRODETUR I foi estruturado em sete componentes<sup>8</sup> de investimentos, sendo eles:

a) **Desenvolvimento institucional**, referente à ampliação das capacidades das entidades beneficiárias de executar as principais funções relativas ao turismo, como a reestruturação organizacional, o apoio administrativo, os treinamentos, entre outras.

b) **Saneamento**, relacionado a projetos de redes de água e esgoto.

---

<sup>8</sup> Para o PRODETUR I, “componentes” são as áreas a serem investidas, porém muitas temáticas poderão estar inseridas em um único componente. Por exemplo, “transportes” pode se referir à construção de rodovias, como também à sua ampliação ou reforma, a exemplo da construção de viadutos, calçadas e similares.

c) **Proteção e recuperação ambiental**, ligado a atividades de estudos, educação ambiental, manejo e preservação, e recuperação de áreas ambientais.

d) **Transporte**, vinculado à construção, reforma e ampliação de vias urbanas (rodovias estaduais, ruas, avenidas, estradas e similares).

e) **Recuperação de Patrimônio Histórico**, referente à recuperação de áreas coloniais, à articulação com a iniciativa privada e ao espaço urbano.

f) **Melhoramento de Aeroportos**, associado com a construção e a ampliação de aeroportos;

g) **Elaboração de estudos e projetos**, relacionado a estudos relativos ao planejamento e a programas de turismo.

Assim, o PRODETUR I tem como principais objetivos: a) propiciar uma estrutura física adequada para o desenvolvimento do turismo sustentável; b) melhorar as condições ambientais e o saneamento das áreas turísticas; c) facilitar os deslocamentos dentro da Região Nordeste como um todo; d) melhorar e diversificar os produtos turísticos da região, por meio da recuperação, e da proteção ambiental e histórica.

O objetivo básico do Programa é reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional. O Programa proverá infraestrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística. Tais investimentos beneficiarão principalmente a população de baixa renda das áreas selecionadas, aumentando a capacidade do Estado de acompanhar a demanda por serviços básicos. Ao melhorar as condições dessas áreas, o Programa procura também atrair as atividades turísticas privadas adicionais e melhorar o padrão, gerando assim oportunidades de emprego, melhoramento dos níveis de renda e aumento de receitas públicas (BANCO DO NORDESTE, ANEXO I, p. 5).

Por intermédio dos planejamentos e das ações estaduais, e da relação com o PRODETUR I pelos componentes acima, todos os estados nordestinos receberam investimentos do programa, sobretudo direcionados ao transporte (construção, ampliação e reforma de rodovias) e melhoramento de aeroportos (construção, ampliação e reforma).

Dessa forma, os investimentos do PRODETUR/NE, da ordem de US\$ 800 milhões, foram distribuídos entre os nove estados nordestinos e em outros estados como Minas Gerais e Espírito Santo. Com recursos definidos desde 1994, desde sua assinatura, em 1993, só em 1997 as ações puderam ser efetivadas em sua plenitude.

Pela tabela abaixo revelam-se os valores do PRODETUR I e a relação com a extensão do litoral dos estados nordestinos:

**TABELA 3 – RECURSOS DO PRODETUR I E LITORAL DOS ESTADOS NORDESTINOS**

Estado	Recursos em milhões US\$	Total dos recursos (%) no NE	Extensão do Litoral (em kms)	Média de Recursos por km de litoral
Bahia	215,01	34,33%	932	230.697,00
Ceará	142,26	22,72%	573	248.280,00
Sergipe	50,75	8,10%	163	311.390,00
Alagoas	43,36	6,90%	229	189.380,00
Pernambuco	41,97	6,70%	187	224.460,00
Maranhão	40,94	6,53%	640	63.980,00
Rio Grande do Norte	38,24	6,10%	410	93.270,00
Paraíba	32,78	5,24%	117	280.190,00
Piauí	21,12	3,38%	66	320.040,00
<b>TOTAL:</b>	<b>626.47</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.317</b>	<b>189.000,00</b>

Fonte: IBGE e BNB, 2011.

Analisando os dados do programa, nota-se que os principais estados nordestinos a receberem recursos financeiros do PRODETUR I/NE foram a Bahia (34,33% do total) e o Ceará (22,72% do total), que, juntos, perfazem 57,05% do total, enquanto os demais sete estados totalizam 42,95%.

Desse modo, a seguinte indagação é inevitável: por que os estados nordestinos receberam recursos distintos? Segundo Benevides (1998), a divisão dos recursos foi motivada por forças políticas e organizacionais, e também pela extensão litorânea. Cruz (1997) reforça o papel dos programas estaduais anteriores ao PRODETUR para os privilégios de maiores investimentos.

Nesse contexto, Cruz (1996) enfatiza que o turismo reforça a diferenciação socioeconômica existente no Nordeste brasileiro, privilegiando os estados com maiores economias (Bahia, Ceará e Pernambuco), que já tinham razoável infraestrutura, além de maiores populações. Ou seja, a questão política alia-se à força econômica.

Conforme discutido no tópico anterior, a consolidação de uma política turística já nos anos de 1980 e o PRODETURIS como o plano norteador do desenvolvimento turístico do Ceará, além da força da elite política e empresarial no contexto regional e nacional, são ações relevantes para a afirmação de um Ceará turístico e politicamente forte.

Com uma quantia de US\$ 142 milhões destinados ao Ceará, indaga-se: quais foram os locais que receberam tais recursos? Por quê? Quais obras e ações foram prioritárias? De acordo com Benevides (1998), as ações do PRODETUR I seguiram basicamente o planejamento do PRODETURIS e, assim, o litoral oeste e a cidade de Fortaleza foram os principais municípios.

A tabela abaixo cita os dados de investimentos totais em cada município contemplado

**TABELA 4 – INVESTIMENTOS DO PRODETUR I – CEARÁ**

<b>Município</b>	<b>Localização</b>	<b>US\$ (milhões)<sup>1</sup></b>
Fortaleza	Fortaleza	74, 302
Itapipoca	Litoral Oeste	17, 678
Caucaia	Litoral Oeste	16, 148
São Gonçalo do Amarante	Litoral Oeste	10, 288
Paraipaba	Litoral Oeste	6, 829
Trairi	Litoral Oeste	5, 915
Paracuru	Litoral Oeste	5, 628
<b>TOTAL:</b>		<b>137, 191 milhões</b>

**FONTE: BNB, 2005.**

<sup>1</sup> O valor total de investimentos é de US\$ 142 milhões, sendo US\$ 5 milhões para ações vinculadas à gestão de planos e planejamentos (diretamente ao Estado) e US\$ 137,2 milhões para ações e obras nos municípios.

Conforme dados do PRODETUR I, os municípios que receberam tais recursos foram Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Trairi, Itapipoca e Paracuru (litoral oeste) e Fortaleza. Por que esses municípios foram escolhidos como prioritários nos investimentos do PRODETUR?



Conforme já discutido no tópico anterior, o PRODETURIS embasou as diretrizes do PRODETUR, que, em seus diagnósticos, enfatizou a necessidade do desenvolvimento turístico no litoral oeste, principalmente nos municípios não metropolitanos e nos demais próximos à franja da Região Metropolitana de Fortaleza.

Benevides (1998) explicita alguns motivos que levam à priorização dos investimentos nesses municípios:

- a) a lógica fundiária da área é de pequenos e médios imóveis, sem grandes concentrações na área litorânea;
- b) a falta de infraestrutura nessas áreas torna inviável fluxos turísticos;
- c) novos lugares a incorporar na lógica turística;

Apesar da priorização de investimentos no litoral oeste do Ceará, a cidade de Fortaleza recebe 54,6% de todos os recursos com a reforma do Aeroporto Internacional Pinto Martins. Assim, pode-se compreender que a série de investimentos reforça o papel metropolitano e a articulação com as demais áreas turísticas.

Dessa forma, os principais componentes de investimentos do PRODETUR I/CE foram: a) reforma do Aeroporto Pinto Martins; b) construção e a ampliação de vias rodoviárias; c) rede de água e saneamento básico. Também houve investimentos em recuperação do patrimônio ambiental, principalmente com a criação de Áreas de Proteção Ambiental.

Os recursos foram distribuídos da seguinte forma: a construção e reforma do Aeroporto Pinto Martins foi estimada em US\$ 73,2 milhões; as redes de água e saneamento básico no montante de US\$ 31,6 milhões; as vias rodoviárias em cerca de US\$ 23,1 milhões, e a Recuperação Ambiental em aproximadamente US\$ 5 milhões.

Dados do BNB confirmam a importância da infraestrutura básica para o turismo, de forma que apenas para o Aeroporto Internacional Pinto Martins é investido 47% do total; o saneamento básico constituiu 24% dos investimentos, e,

logo depois, os transportes com porcentagem de 17%, além da recuperação ambiental, com cerca de 5%.

Assim, o saneamento básico é priorizado em municípios litorâneos que teoricamente não possuem infraestrutura básica para o turismo, como o Trairi (US\$ 23 mi), Caucaia (US\$ 10,4 mi), Itapipoca (US\$ 9,84 mi), S. G. Amarante (US\$ 4 mi), Paraipaba (US\$ 3,41 mi), Paracuru (US\$ 3,29 mi), principalmente nos espaços litorâneos desses municípios.

No quesito transporte, a CE-085 é a principal ação do litoral oeste, abrangendo vários municípios: Itapipoca (US\$ 7,18 mi), Trairi (US\$ 4,3 mi), S. G. Amarante (US\$ 4,0 mi), Caucaia (US\$ 3,47 mi), Paraipaba (US\$ 2,84 mi) e Paracuru (US\$ 1,30 mi).

Mas partindo do litoral oeste em direção à área metropolitana, como essas ações interagem com a lógica metropolitana do turismo? Indica-se que os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante tiveram ações de transporte significativas para a produção do espaço litorâneo turístico, pois outras estradas articuladoras foram construídas.

O acesso da CE-085 (Via Estruturante) às localidades litorâneas metropolitanas promoveram mudanças significativas na lógica comercial e turística, ampliando os fluxos de investimentos em empreendimentos turísticos (hotéis, resorts, entre outros) como de turistas e até pessoas para fixarem nestas localidades. Tal assunto será melhor discutido no último capítulo, referente às dinâmicas turísticas metropolitanas.

Dessa maneira, o PRODETUR/NE I prioriza os investimentos em infraestrutura básica. O programa turístico nada mais é, pois, que um dos pilares do planejamento espacial realizado pelo Estado em suas diversas esferas. Com recursos financeiros de vários órgãos e do próprio Tesouro, o Estado firma-se como principal agente interventor do espaço.

Esses recursos financeiros são direcionados aos espaços litorâneos, reforçando o papel desses espaços no contexto socioeconômico do Brasil e a relevância deles na atualidade. Conforme Moraes (2005), os espaços litorâneos apresentam-se como locais de excelência para atividades de lazer, além das questões portuárias e de defesa.

Assim, o papel da urbanização litorânea é promovido pela ocupação primária e pelas práticas de lazer ao longo do Nordeste brasileiro. O turismo apresenta-se concomitantemente como um dos eixos de expansão e de desenvolvimento da urbanização litorânea, e de novas articulações econômicas, principalmente pela atração de fluxos internacionais (DANTAS, 2010).

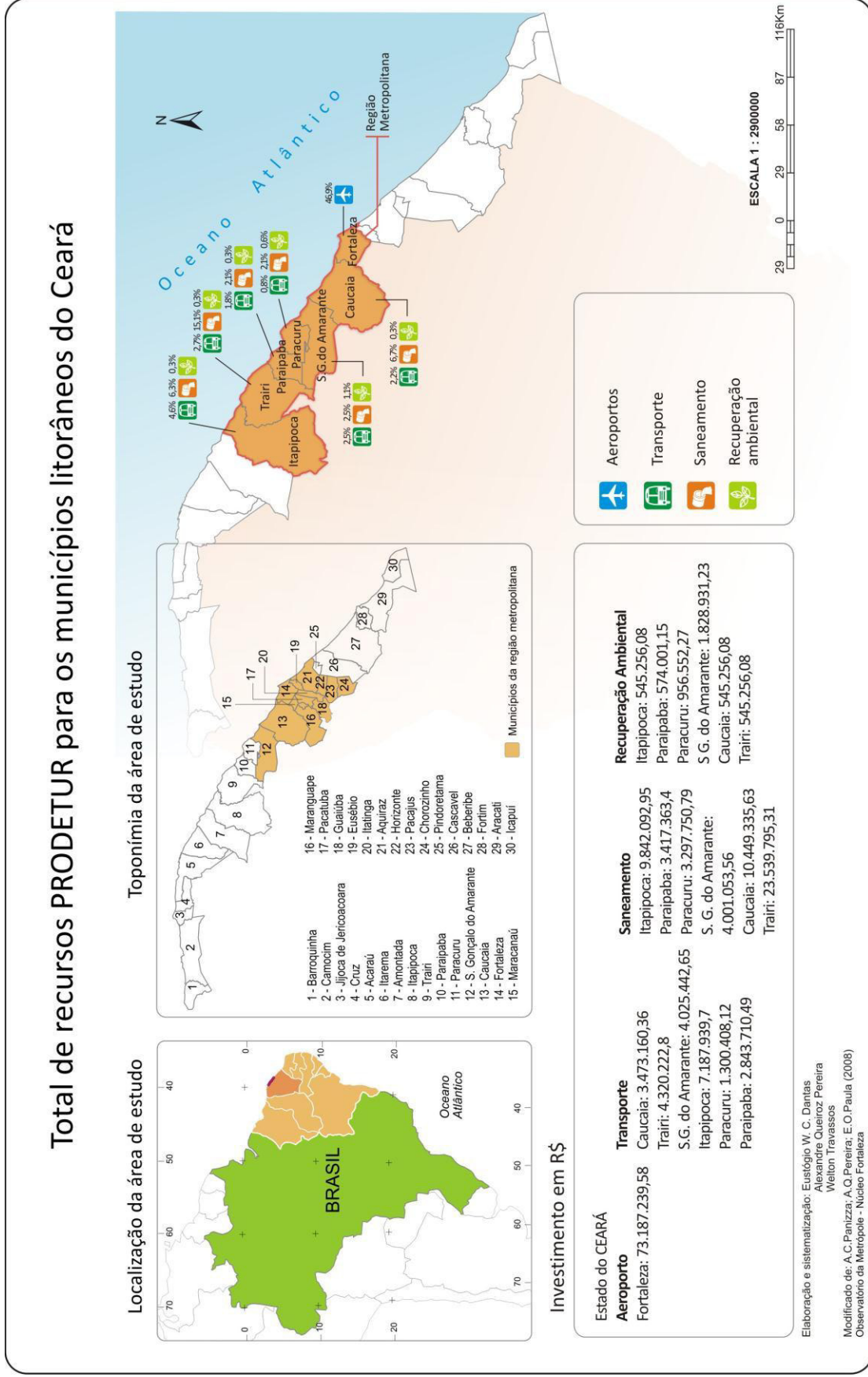
O turismo, assim, é um vetor econômico de articulação e reformulações de fixos e fluxos em contexto regional-nacional-mundial. No Ceará, há transformações socioespaciais de grande amplitude porque a infraestrutura implantada reforçou não somente o turismo litorâneo, mas também a articulação da metrópole Fortaleza com todos os demais municípios litorâneos metropolitanos e também com outros municípios litorâneos não metropolitanos.

O PRODETUR I caracteriza-se como o divisor de águas no que concerne às políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística em escala regional. Com ações marcantes no domínio logístico, alavanca transformações importantes no ordenamento territorial da Região Nordeste, com ênfase na sua zona costeira. (...) As capitais nordestinas em foco se aperfeiçoam como pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico litorâneo, dado resultante da implantação, nessas capitais, dos aeroportos, portões de entrada dos turistas (DANTAS, 2010, p. 49; 55).

Assim, o PRODETUR I destaca-se como o programa turístico que define o Nordeste brasileiro e estabelece o Ceará como um dos Estados de importância no contexto turístico. Além dos investimentos públicos de infraestrutura, a iniciativa privada, estimulada por essas novas configurações políticas, reforça investimentos turísticos em quase todo o litoral cearense e nordestino.

Esse contexto de valorização turística nos anos entre 1990 e 2000 é de tal monta que outras fases do PRODETUR (PRODETUR II e Nacional) são aprovadas posteriormente, no intuito de reforçar o papel do Estado para o desenvolvimento turístico e conseguir atrair cada vez mais fluxos e investimentos turísticos. Esses assuntos serão temas dos próximos tópicos

Mapa 6 – Investimentos do PRODETUR/NE I



Elaboração e sistematização: Eustógio W. C. Dantas  
Alexandre Queiroz Pereira  
Wellton Travassos  
Modificado de: A. C. Panizza; A. Q. Pereira; E. O. Paula (2008)  
Observatório da Metrópole - Núcleo Fortaleza

### 3.1.2 PRODETUR NE II: A continuidade

Seguindo a lógica do PRODETUR/NE I, é criada a nova fase do PRODETUR/NE, o intitulado PRODETUR II, que se inicia em 2000, porém somente em 2003 é iniciada a maioria de suas ações (obras), não estando todas elas completamente terminadas, nos Estados do Nordeste brasileiro, até março de 2012.

Diferentemente do PRODETUR I, apenas seis estados foram contemplados pela continuidade do programa: Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Segundo o Banco do Nordeste (2007), essa restrição deveu-se à não observância<sup>9</sup> dos objetivos, das metas ou das ações do programa, de modo que três estados não foram contemplados: Maranhão, Sergipe e Paraíba.

Apesar da diferenciação do PRODETUR I e PRODETUR II quanto aos componentes, a tendência dessa segunda fase é dar continuidade ao PRODETUR I quanto à complementação da infraestrutura, mas promove modificações do papel político da decisão das ações: o planejamento passa do âmbito do governo estadual para o governo municipal. Porém, as decisões de ações (obras) continuam sendo do governo estadual.

Os componentes agora são agrupados em frentes de investimentos:

**a) Fortalecimento de Capacidade municipal** – inclui as gestões administrativa, municipal e de resíduos sólidos; a proteção e a preservação de recursos naturais; a proteção e a conservação de recursos e de patrimônios históricos; a urbanização de área turística.

**b) Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura** – engloba o planejamento e os projetos estratégicos; as campanhas de conscientização ambiental e/ou turística; o treinamento profissional de mão de obra; o saneamento básico; o transporte (vias rodoviárias).

---

<sup>9</sup> Segundo o Relatório Preliminar do PRODETUR II, a restrição a alguns estados (sem citar os nomes) deve-se à não observância das metas, dos objetivos e das ações. Ou seja, atrasos em obras, licitações, não uso do dinheiro, irregularidades, ente outros fatores.

**c) Apoio Privado** – abrange os seminários e os cursos de treinamento de assuntos empresariais e turísticos, e os serviços de consultoria das temáticas relacionadas ao turismo e aos demais planos;

Dessa forma, percebem-se duas grandes diferenciações entre o PRODETUR II e o PRODETUR I: a) tentativa de descentralização e gestão do governo estadual para o governo municipal; b) articulação do poder público com a iniciativa privada, por meio de cursos, seminários, treinamentos, e da capacitação profissional. Nessas circunstâncias, o principal objetivo do programa seria

[...] a melhoria da qualidade de vida da população residente nos polos turísticos situados nos estados participantes do Programa, que viria através do aumento das receitas provenientes da atividade turística e da melhoria da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos estados e municípios (BANCO DO NORDESTE, 2009).

Todavia o que se vê é a continuidade de investimentos em infraestrutura básica, principalmente em ações ampliadas do PRODETUR I, em várias cidades e/ou localidades beneficiadas, que se consolidam como importantes destinos turísticos. Então, as principais consequências de descentralização turística e de melhoria de renda passam à consolidação dos fluxos turísticos.

Mas as ações públicas (ou políticas públicas) são determinadas por vários fatores, entre os quais, já destacados, a prioridade de cada respectivo governo, a teia política de cada estado, ou município, e a dimensão socioeconômica de cada lugar, pois,

A dimensão política nos remete às relações de força por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os sujeitos sociais, bem como à formação de identidades sociais e práticas de gestão. Na prática política, há normalmente um desequilíbrio nas relações de poder, onde alguns atores o exercem, enquanto outros a eles se subordinam (RODRIGUES, 2006, p. 311).

Em outras palavras, a dimensão política é um quesito importante para a produção espacial. Por meio do Estado e/ou da iniciativa privada a política direciona o rumo da atividade turística. Ou seja, os lugares turísticos podem revelar também a dimensão política e econômica, já que existem vários fatores que concretizam a produção do lugar.

Nesse contexto, na consolidação do PRODETUR/NE II, além de recursos voltados à iniciativa privada, da capacitação profissional e da descentralização para a gestão municipal, a porção de investimentos mudou significativamente. Por outro lado, refletiu uma hegemonia de quatro principais estados: Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que se destacam em relação às outras destinações turísticas nordestinas (DANTAS,2010).

**Tabela 5 – Recursos do PRODETUR II e dos Estados nordestinos**

Estado	Recursos em mi R\$	Total dos recursos do NE (%)	Extensão do litoral (em km)	Média de recursos por km de litoral
Pernambuco	293, 71	37,78%	187	1.570.654,94
Bahia	173,95	22,37%	932	186.646,20
Ceará	141,15	18,16%	573	246.335,50
Rio Grande do Norte	80,21	10,32%	410	195.643,44
Piauí	59,45	7,65%	66	900.863,23
Alagoas	28,82	3,72%	229	125. 885,43
<b>TOTAL:</b>	<b>777,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.317</b>	<b>324. 286,82</b>

Fonte: IBGE e BNB, 2011.

A dimensão política e econômica é relevante na distribuição de recursos financeiros do PRODETUR I e II, mas as extensões litorâneas não se relacionam diretamente com os investimentos. Nesse caso, os Estados que possuem os maiores litorais (Bahia, Ceará e Maranhão) não são os que recebem maiores investimentos.

Isso deve-se principalmente à duas questões. Uma, são os Estados nordestinos que usaram recursos devidamente e possuíam planejamentos coerentes, e de outro, são os Estados que receberam recursos e não utilizaram, como o caso de Pernambuco e Alagoas. Por isto, o PRODETUR II reflete cenário diferenciado de sua fase anterior.

Assim, depreende-se que há modificações quanto à distribuição de recursos: Pernambuco é o Estado com maior quantia, de R\$ 293,71 milhões; em segundo lugar vem o Estado da Bahia, com cerca de 174 milhões, e o Ceará e o Rio

Grande do Norte são os próximos da lista, com recursos de R\$ 141,15 milhões e R\$ 80,21 milhões, respectivamente.

No caso cearense, houve ampliação dos municípios contemplados do PRODETUR I para o PRODETUR II: enquanto o primeiro tinha apenas sete municípios, o segundo chegou ao número de 18. As ações refletem ainda as principais ações do PRODETURIS, como, por exemplo, reforçar a infraestrutura do litoral oeste do Ceará.

Segundo Dantas (2009), as ações que privilegiam o litoral oeste não apenas acompanhavam a linha de raciocínio inicial do PRODETURIS, mas eram reflexo de outras ações posteriores, como a integração dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, e, do outro lado, no litoral leste, a integração Ceará–Rio Grande do Norte, além das questões recentes da Copa de 2014, em que Fortaleza e Natal foram escolhidas como subsedes.

Desta forma, percebemos que o PRODETUR II reflete as diretrizes do PRODETURIS em promover um desenvolvimento por regiões e em todo o litoral cearense, a ponto de que, houvesse condições estruturais, além de político-econômicas para promover a integração regional, em que a cidade de Fortaleza como destaque.

Ou seja, tem-se uma articulação de interesses locais, estaduais e regionais, pois a implantação de recursos no litoral oeste do Ceará não somente acarretará dinâmicas turísticas estaduais, mas tornar-se-á elemento fundamental para a integração do Estado com outros estados nordestinos, no caso Piauí e Maranhão.

O Projeto CEPIMA (Ceará, Piauí, Maranhão) nasce da parceria entre as unidades locais do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) as prefeituras e os governos estaduais, no intuito de propor novas alternativas turísticas à Região Nordeste. Segundo MTUR (2011) o investimento inicial somente no plano foi de R\$ 11,9 milhões, e as obras de outras políticas públicas complementariam a consolidação do projeto.

Iniciado praticamente como um “roteiro turístico”, porém com as obras de infraestrutura básica do PRODETUR I e II, as discussões sobre transformar-se em plano ou política turística, está chegando mais próximo da realidade. Segundo o



MTUR (2011) o Projeto CEPIMA que era um roteiro, torna-se um consórcio entre vários agentes turísticos ainda no ano de 2008.

Com um roteiro iniciado em Fortaleza e chegando até São Luís, passando por cidades em Camocim (CE), Parnaíba (PI) e Barreirinhas (MA), a Região Nordeste ganha outro fôlego perante à novos roteiros e destinos turísticos e concomitantemente, a integração dos Estados de Piauí e Maranhão, que possuem fluxos menores que os demais. (MINISTÉRIO DO TURISMO,2011)

Assim, os municípios situados no extremo oeste do Estado recebem a maioria dos recursos (vide Tabela 6).

**Tabela 6 – Recursos do PRODETUR II – Ceará**

Município	Localização	R\$ (milhões)
1 Amontada	Litoral Oeste	R\$ 45.646.897,63
2 Granja	Litoral Oeste	R\$ 29.548.582,63
3 Viçosa do Ceará	Litoral Oeste	R\$ 15.220.963,96
4 Itarema	Litoral Oeste	R\$ 12.872.670,85
5 Fortaleza	Litoral Oeste	R\$ 9.469.387,17
6 Jijoca de Jericoacoara	Litoral Oeste	R\$ 8.682.031,47
7 Itapipoca	Litoral Oeste	R\$ 6.042.677,38
8 São Gonçalo do Amarante	Litoral Oeste	R\$ 4.413.046,57
9 Aquiraz	Litoral Oeste	R\$ 1.812.012,73
10 Camocim	Litoral Oeste	R\$ 1.141.130,73
11 Trairi	Litoral Oeste	R\$ 952.242,73
12 Paraipaba	Litoral Oeste	R\$ 952.242,73
13 Paracuru	Litoral Oeste	R\$ 952.242,73
14 Cruz	Litoral Oeste	R\$ 952.242,73
15 Caucaia	Litoral Oeste	R\$ 952.242,73
16 Acaraú	Litoral Oeste	R\$ 524.714,97
17 Chaval	Litoral Oeste	R\$ 507.455,22
18 Barroquinha	Litoral Oeste	R\$ 507.455,22
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 141.150.240,18</b>

Fonte: BNB, 2008.

Os municípios que receberam mais recursos no PRODETUR II foram Amontada (R\$ 45,64 mi) e Granja (R\$ 29,54 mi), localizados no extremo oeste do Ceará. Por que esses municípios receberam mais recursos? Por causa da prioridade de recursos para a construção e ampliação da CE-085, construída ainda no PRODETUR I, porém até o município de Itapipoca, sem chegar ao extremo oeste cearense.

A CE-085 (litoral oeste), ao lado da CE-040 (litoral leste), são as principais rodovias articuladoras do turismo, da economia e da indústria da Região Metropolitana de Fortaleza e adjacências. Ao contrário da CE-040 (construída em grande parte com recursos do governo estadual), a CE-085 fora construída sobretudo com recursos federais oriundos do PRODETUR, promovendo a construção de outras estradas secundárias vinculadas.

Conforme dados do PRODETUR II, a construção e ampliação de vias rodoviárias foram responsáveis por quase 79% de todos os investimentos, principalmente na CE-085, seguida da gestão municipal (8,83%); da recuperação de patrimônio histórico (7,25%); da capacitação profissional (6,11%); da urbanização de orlas litorâneas (3,46%); do fortalecimento institucional (2,51%); do apoio privado (1,85%); dos planos diretores (0,39%)

Dessa forma, são notórios os esforços em consolidar uma via de contato entre a Região Metropolitana de Fortaleza e os municípios litorâneos do Litoral Oeste do Ceará, já que esse litoral é maior em extensão e tem um número maior de municípios: enquanto o litoral leste tem sete municípios o Oeste possui 15.

Praticamente todos os municípios do litoral Oeste do Ceará recebem investimentos em fortalecimento e gestão municipal, destacando Fortaleza (R\$ 2,477 mi), Aquiraz (1,548 mi), enquanto os demais recebem entre R\$ 934 mil e R\$ 952 mil. Apesar de serem recursos de pequeno porte para cada município, o percentual geral é significativo.

Apesar de se concordar que o PRODETUR II continue em ações de infraestrutura básica — principalmente as iniciadas pelo PRODETUR I — os investimentos direcionados à descentralização municipal são significativos, mesmo que não ocorram grandes transformações, devido principalmente à desarticulação política e administrativa estadual-municipal.

Por outro lado, a Região Metropolitana de Fortaleza não recebe a maior parte dos recursos do PRODETUR II. Como receberam recursos do PRODETUR I, apenas quatro municípios receberam recursos do PRODETUR II (Aquiraz, Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza) e apenas os municípios de Aquiraz, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza recebem recursos para obras.

Os municípios de Fortaleza e Aquiraz recebem recursos para a recuperação de patrimônio histórico, principalmente no Centro Histórico, enquanto São Gonçalo do Amarante recebe recursos para a urbanização de orlas marítimas. O mapa a seguir demonstra os recursos financeiros em todo o Ceará.

No caso cearense, os municípios que receberam mais investimentos no PRODETUR II foram os que não estavam inseridos no PRODETUR I, localizados principalmente no litoral oeste do Ceará. Tais ações reforçam a difusão da urbanização litorânea no Ceará e a articulação com outros estados vizinhos, como os já citados Piauí e Maranhão.

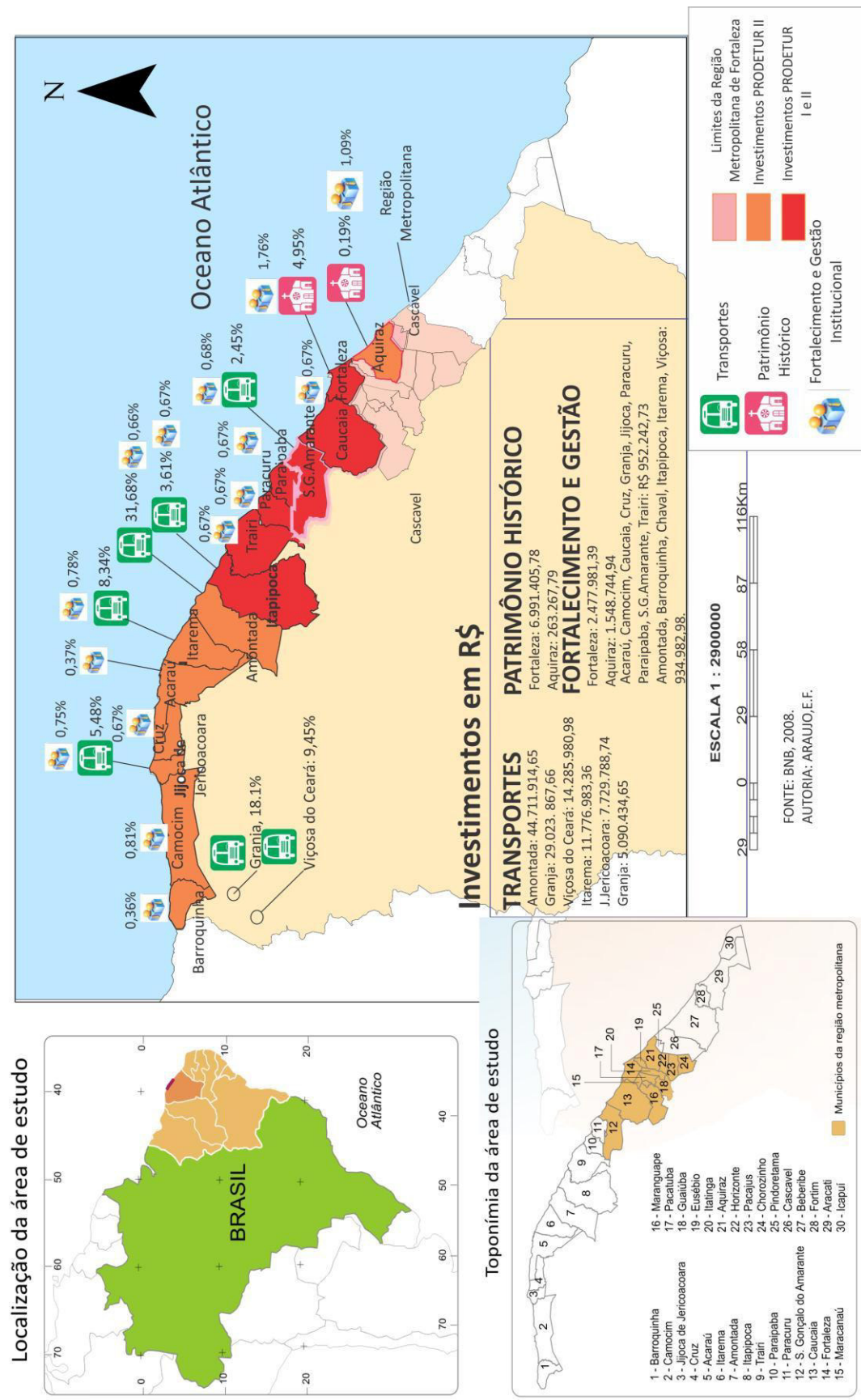
Os municípios de Amontada, Granja, Itarema, Viçosa do Ceará, Jijoca de Jericoacoara, Itapipoca e São Gonçalo do Amarante recebem respectivamente 31,68%, 20,56%, 10,12%, 8,34%, 5,48%, 3,61% e 2,45% dos recursos financeiros totais, principalmente, como já exposto, pela construção e ampliação da principal via do PRODETUR-NE: A CE-085 (Via Estruturante).

Apesar dos avanços financeiros, o PRODETUR/NE II recebe, inicialmente, críticas em sua implantação devido à demora das ações, pois ao ser criado, ainda em 2001, as primeiras ações (obras) começaram somente em 2003 e até março de 2012 não estão totalmente concluídas, como já foi dito. Segundo dados do BNB, as ações estão em fase de 83% de conclusão.

Paralelo ao PRODETUR II é criada outra fase do PRODETUR, intitulada PRODETUR NACIONAL, de caráter político-administrativo diferenciado em relação às demais fases, com uma gestão desvinculada do BNB e agora ligada ao próprio MTUR. Outras mudanças significativas no rumo das políticas públicas do turismo são consolidadas no intuito de promover maior rapidez nas ações.

Esse programa será analisado no próximo tópico, para se compreenderem as últimas dinâmicas relacionadas às políticas públicas, como ocorreram as mudanças em gestão, e por que os investimentos são realizados, e também para se entender a relação desse programa com outros contextos, principalmente vinculados às lógicas metropolitanas e de desenvolvimento econômico

**Mapa 7 – Investimentos do PRODETUR/NE II  
Total de recursos PRODETUR I e II para os municípios litorâneos do Estado do Ceará**



### 3.1.3 PRODETUR NACIONAL: o poder da municipalidade?

O governo federal instituiu, em 2009, a nova fase do PRODETUR, que promulga novas diretrizes para a consolidação de investimentos destinados ao planejamento turístico. Diferentemente das outras fases do PRODETUR (I e II), essa nova fase lida com diferentes parceiros de financiamentos e com algumas regras diferenciadas para os planos de turismo.

Quanto aos parceiros de financiamentos, há mudanças significativas. Nas duas primeiras fases do PRODETUR, os principais agentes financiadores são o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).<sup>10</sup> No PRODETUR NACIONAL, o Ministério do Turismo (MTUR) consegue recursos próprios, o BID continua parceiro, sendo inserido mais um agente financeiro — o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).<sup>11</sup>

Dessa forma, os recursos são estimados em torno de US\$ 2 bilhões para todo o Brasil, com recursos do BID, MTUR, CAF, além de contrapartidas de cada estado ou município, sendo o principal objetivo do programa a ampliação e democratização do acesso aos recursos para todos os estados e municípios do Brasil.

Numa correlação com o Nordeste Brasileiro, os municípios — antes considerados coadjuvantes no planejamento turístico — passam a ter um papel mais protagonista nas ações vinculadas à atividade turística. Por outro lado, o regulamento do programa, que contempla apenas os municípios acima de 1 milhão de habitantes, reforça o papel das capitais estaduais, entre elas as principais metrópoles.

Com referência à lógica de componentes de investimentos, o PRODETUR NACIONAL procura enxugar a série de divisões, compartimentando as várias ações em cinco grandes grupos. Segundo o MINISTÉRIO DO TURISMO (2010), o

---

<sup>10</sup> O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é fundado em 1959 e atualmente possui 48 membros (países) entre os quais estão muitos países da América do Sul e o Caribe. Tem como principal finalidade o “desenvolvimento de forma sustentável” e redutora de pobreza.

<sup>11</sup> O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) foi fundado em 1970, com sede em Caracas (Venezuela), por meio de articulações do Pacto Andino (Declaração de Bogotá em 1967), sendo atualmente administrado pelo economista boliviano Enrique Garcia Rodrigues. Entre seus principais objetivos destacam-se as operações de crédito e os subsídios para projetos de setores públicos e privados.

PRODETUR estrutura-se diferentemente das outras fases, porém cria novos tipos de componentes:

a) **Estratégia de produto turístico** – inclui urbanização de espaços; capacitação empresarial/profissional; estudos de viabilidade técnica; construção de equipamentos turísticos.

b) **Estratégia de comercialização** – abrange planos de marketing; ações inovadoras de promoção e comercialização, que constituem um dos componentes mais inovadores do Prodetur Nacional.

c) **Fortalecimento institucional** – engloba investimentos direcionados às gestões municipal e estadual, à elaboração de planos e a projetos e sistemas que favoreçam a atividade turística.

d) **Infraestrutura e serviços** – trata de recursos tradicionais, como saneamento básico; transporte (vias rodoviárias e urbanas); sinalização turística; construção/melhoria de terminais de passageiros.

e) **Gestão ambiental** – refere-se a recursos para proteção e recuperação de patrimônio histórico e ambiental, e também a planos e projetos que envolvam a gestão ambiental.

Nessa nova reformulação estrutural de investimentos, uma questão político-administrativa modifica-se. Enquanto o governo estadual dominava praticamente todas as fases dos investimentos do programa, no PRODETUR NACIONAL os municípios acima de 1 milhão/hab. recebem recursos para investimentos institucionais e podem promover ações mais independentes.

Essa modificação é a que mais se destaca quanto à gestão turística no Brasil. As implantações dos recursos financeiros estavam sob a ordem do governo estadual e, em muitos casos, a gestão municipal não participava de quase nenhum processo de escolha, licitação ou projeto das ações. Mas será que essa medida realmente mudará o cenário político-administrativo turístico?

Apesar da descentralização político-administrativa, a medida poderá não mudar radicalmente o cenário turístico brasileiro. Por quê? Apesar de ter muitas cidades acima de 1 milhão de habitantes, as capitais estaduais (e em sua maioria metrópoles) possuem força político-econômica superior às demais e, desse modo,

reforçam cada vez mais a importância da metrópole e do Estado no contexto turístico.

No caso nordestino, as capitais estaduais se destacam como os principais polos turísticos de seus respectivos estados, e possuem uma economia diversificada e relativamente desenvolvida. Quanto ao turismo, quatro capitais se sobressaem, como Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Natal (RN), possuindo as três primeiras as economias mais desenvolvidas da Região.

Segundo Benevides (1998), as cidades de Fortaleza e Natal possuíam projetos similares quanto ao PRODETUR I, porém a cidade cearense distinguia-se pela facilidade e agilidade no que diz respeito aos projetos e às questões político-jurídicas. A convergência político-econômica das classes abastadas referente à prática turística facilitava quaisquer ações relativas ao seu desenvolvimento.

Por outro lado, o Ceará se destaca mais que o Rio Grande do Norte, pela maior articulação política e econômica e, assim, consegue investimentos diretos e indiretos para o turismo, além de possuir políticas estaduais mais agressivas, com o uso de recursos do Tesouro Estadual, principalmente no litoral leste, como a ampliação da CE-040 de Fortaleza até Icapuí (extremo leste do Estado).

Nesse contexto de investimentos, o PRODETUR NACIONAL ganha um papel relevante, pois, com a aprovação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, o turismo passa a ser prioridade econômica, além de que das 12 subsedes 4 são capitais nordestinas (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador), as quais já têm destaque turístico internacional.

Veja-se o curioso caso do Ceará, que receberá recursos financeiros do PRODETUR NACIONAL, o maior aporte de recursos até agora do Nordeste brasileiro. O valor até o ano de 2009 era de US\$ 200 milhões, mas, com a aprovação de subsede da Copa do Mundo, o valor estipulado saltou para cerca de US\$ 350 milhões.

Desse total de investimentos, US\$ 250 milhões são para o Estado, e US\$ 100 milhões diretamente para a cidade de Fortaleza. Percebe-se que a cidade de Fortaleza já usufrui a nova regra de possuir o próprio plano turístico (por ter mais de 1 milhão de habitantes) e já tem aprovado tais recursos.

Desenha-se, pois, o cenário cearense: apesar de os municípios litorâneos possuírem consideráveis fluxos e investimentos, Fortaleza também recebe recursos e se destaca na questão política, administrativa e econômica, uma vez que sua infraestrutura e articulação socioeconômica são superiores às demais, tornando-se o locus da decisão, recepção, distribuição e centralização de fluxos e mercadorias.

Passando para os investimentos, o Ceará é o Estado com maior recursos R\$ 350 milhões (R\$ 250 milhões do Estado e R\$ 100 milhões de Fortaleza), seguido de Rio Grande do Norte (R\$ 150 milhões), Pernambuco (R\$ 125 milhões), Sergipe (R\$ 100 milhões), Bahia (R\$ 82 milhões), Alagoas (R\$ 75 milhões), Piauí (R\$ 50 milhões), Maranhão (R\$ 40 milhões) e Paraíba (R\$ 38 milhões) (vide mapa 8)

A metrópole de Fortaleza se sobressai, portanto, com um dos principais destinos turísticos do Nordeste brasileiro. E com investimentos de US\$ 100 milhões do PRODETUR NACIONAL, procura cada vez mais articular os espaços urbanos e litorâneos em prol da prática turística, recebendo em 2014 um evento relevante no turismo internacional: A Copa do Mundo.

Nesse contexto, as principais ações do PRODETUR NACIONAL na cidade de Fortaleza privilegiam principalmente os espaços litorâneos, com destaque para:

- a) recuperação e ampliação do sistema viário entre a Praia do Futuro (sudoeste da cidade) e a Beira-Mar (norte e principal área turística da cidade);
- b) requalificação da Avenida Beira-Mar com calçadas e vias mais largas, reforçando a infraestrutura da área;
- c) capacitação de profissionais e empresários do setor turístico;
- d) obras de contenção e aterramento de áreas litorâneas;
- e) sinalização turística;
- f) plano de marketing vinculado à gestão ambiental.

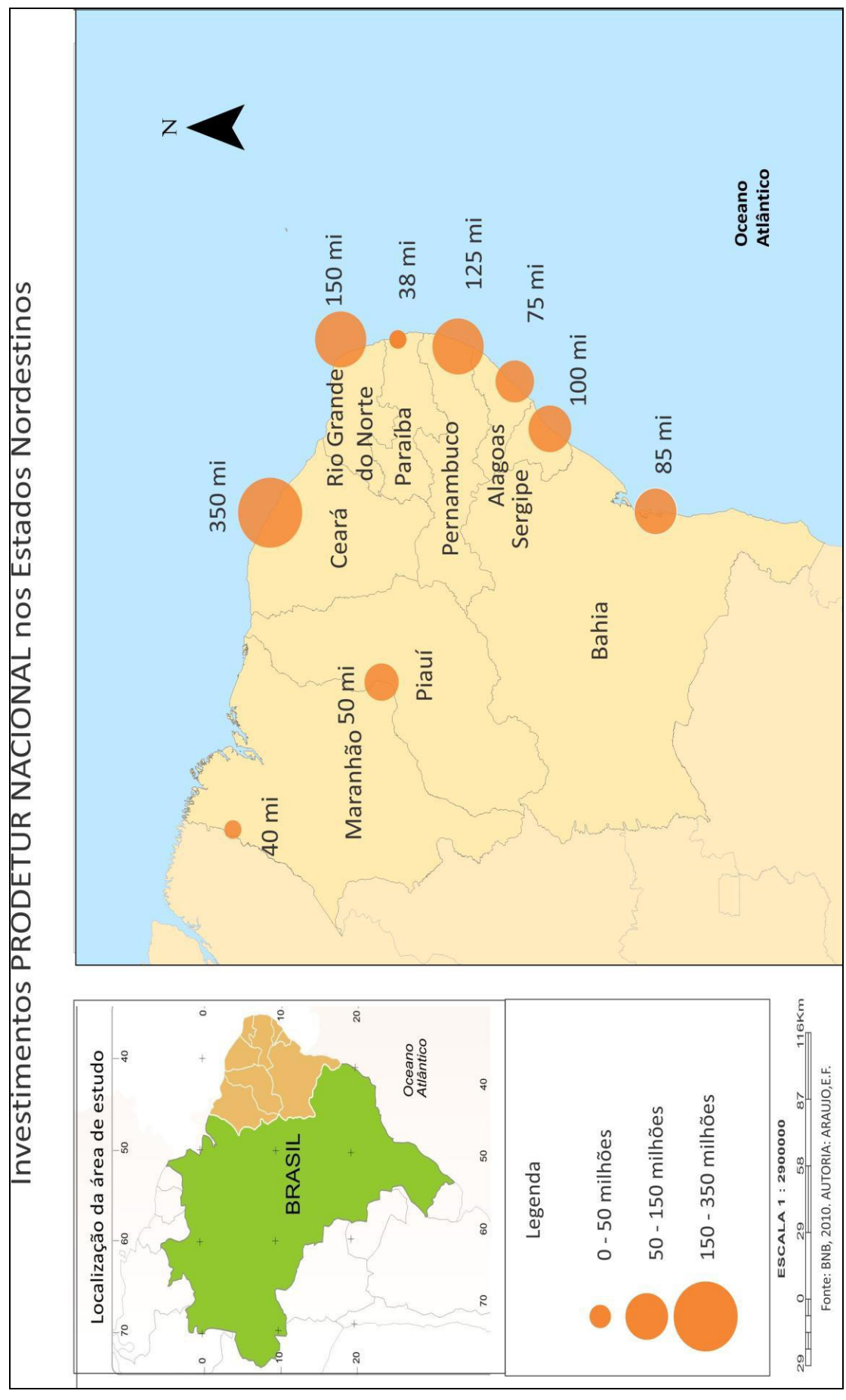
Nota-se que os espaços litorâneos na cidade de Fortaleza são considerados os mais importantes no contexto turístico do Ceará. A principal área turística, a Beira-Mar, é privilegiada pela expansão da própria cidade, coincidindo



com uma área (Meireles, Aldeota e Praia de Iracema) habitacional de classes mais abastadas e de interesse turístico.

Fortaleza recebe mais recursos de outras políticas públicas indiretas do turismo (PAC e Copa do Mundo) pela sua relevância no contexto espacial e econômico da Região Nordeste. A relação metropolitano-turística favorece o desenvolvimento e ampliação de infraestrutura, os serviços, os empreendimentos e os fluxos turísticos.

Mapa 8 – Investimentos e ações do PRODETUR NACIONAL



### 3.2. O Governo Estadual e PRODETUR/NE: paralelos, contradições e articulações

Apesar de o PRODETUR/NE ser o principal programa de turismo do Nordeste Brasileiro e do Ceará, o governo estadual tem um papel relevante na implantação de políticas públicas, já que o programa exige contrapartida do Estado. Mas o governo estadual destaca-se principalmente na *propaganda* e no *marketing* positivo do Ceará com referência à atividade turística.

A articulação político-econômico-administrativa tenta colocar o Ceará com privilégios perante essa guerra dos lugares turísticos. Nesse contexto, Santos (2008) diz que

Os lugares se distinguiram pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). (...) É desse modo que os lugares se tornam competitivos (SANTOS, 2008, p. 247–248).

Compreende-se, portanto, que perante essa referida guerra o Estado cearense e a metrópole de Fortaleza destacam-se pela capacidade de oferecer maior rentabilidade, competitividade, além de rapidez nos fluxos econômicos, pela infraestrutura e pela importância econômica nas articulações de várias esferas sociais.

No caso do turismo do Nordeste brasileiro, pois, o Ceará destaca-se entre os Estados e podem-se relacionar os recursos financeiros dos programas turísticos com essa rentabilidade e infraestrutura, já que os recursos se concentram principalmente em cidades e Estados que já possuem fluxos e dinâmicas desenvolvidas.

Dessa forma, depreende-se a seguinte linha de raciocínio: a) o governo federal apresenta-se como o principal agente estatal de investimentos e diretrizes; b) o governo estadual apresenta-se como o principal agente estatal de *marketing* e *propaganda*, com poder de articulação política-administrativa de atrair recursos estatais e privados.

Nessas circunstâncias, questiona-se: como o governo estadual apresentou-se em suas ações no mesmo período da atuação do PRODETUR/NE? Para compreender tais ações, recorre-se a gestões posteriores ao Governo das Mudanças que tiveram como governadores: Ciro Gomes (1991–1994), Tasso Jereissati (1995–2002), Lúcio Alcântara (2003–2006), Cid Gomes (2007–atual).

### **CIRO GOMES (1991–1994)**

O governador Ciro Gomes, então do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB), ganha as eleições em 1991, reforça o governo anterior — Governo das Mudanças —, na visão de transformar o Ceará. Ainda com estigmas de diferenciação do governo dos militares, o governo Ciro continua o *legado* do governo Tasso, ligado ao enxugamento estatal e à modernização do Ceará.

No começo do governo Ciro, em 1991, verificaram-se vários problemas quanto aos investimentos turísticos, pois os já aprovados no PRODETUR-NE, assinados ainda em 1991, foram bloqueados e barrados pela crise econômica, e, em 1992, por causa do *impeachment* do então presidente Collor, continuavam bloqueados.

Apesar de o turismo ser um importante eixo econômico do desenvolvimento do governo, questões mais graves e emergentes no governo Ciro forçaram várias medidas e obras de infraestrutura em outros setores no Ceará, como o Canal do Trabalhador, pela falta de oferta de abastecimento de água na Região Metropolitana de Fortaleza (DIÁRIO DO NORDESTE, 2006).

As estratégias de tornar o Ceará um importante destino turístico foram barradas pela falta de recursos do governo federal, além dos problemas estruturais no próprio Estado. Mas, mesmo assim, o governo Ciro Gomes, por intermédio da Diretoria de Turismo (na pessoa de Bismark Maia, que também é o atual secretário de turismo) promovia várias ações de propaganda e *marketing*.

Dessa forma, as ações turísticas do governo Ciro acompanham a lógica do Governo das Mudanças, principalmente quanto à construção de uma nova imagem turística do Ceará. Mas como essas ações de propaganda e *marketing*

poderiam modificar a imagem turística do Ceará? Que ação no Estado poderia se destacar de outras ações em outros destinos turísticos?

Várias ações foram planejadas para que o turismo cearense se consolidasse. O governo propôs várias estratégias de marketing de turismo no País e principalmente no exterior, literalmente vendendo a imagem do turismo cearense, com ênfase no período da alta estação, para assim concretizar a estabilidade de fluxos turísticos para o Ceará (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1991, p.175).

Para o governo Ciro Gomes, o turismo devia articular-se principalmente com a indústria e o comércio, de forma integrada, para gerar empregos. E em várias páginas do plano de governo (p.169-174) o artesanato entra como alternativa para os núcleos pesqueiros do litoral cearense, e outros que pudessem participar do círculo turístico.

O plano propõe cinco principais diretrizes: a) capacitação turística; b) valorização do patrimônio histórico e natural; c) estímulo à atração de grandes equipamentos hoteleiros; d) programa de marketing turístico; e) planos de apoio à prática do artesanato. Coincidentemente, a maioria dessas ações são estimuladas no PRODETUR I (Ibidem, p.177-182).

Em 1994, o governo Ciro Gomes dá um passo à frente para a construção da imagem turística do Ceará, quando consegue a articulação da gravação da novela *Tropicaliente*, da Rede Globo, em Cumbuco (Caucaia/CE), depois de um leilão de estados nordestinos dando propostas tentadoras, a exemplo de incentivos fiscais, privilégios (JORNAL O POVO, 1994, p. 44).

Desde esse evento, em que as atrizes e os atores globais ficaram em Fortaleza durante quase oito meses, a cidade de Fortaleza e o Estado do Ceará ficam conhecidos em nível nacional e internacional. Segundo o Jornal O Povo (1995), os hotéis de Fortaleza tiveram níveis elevados em até 40%, devido a toda essa divulgação do Ceará.

Dessa forma, as praias do Ceará — principalmente as de Fortaleza — e seus espaços litorâneos metropolitanos são considerados como os “paraísos litorâneos”. Com temperaturas amenas, preços acessíveis e consideráveis hotéis e pousadas, o Ceará, por intermédio do olhar *midiativo* da novela, tornava-se uma materialidade de um paraíso perfeito.

As praias metropolitanas ficaram conhecidas nacional e internacionalmente, sobretudo as representadas por Cumbuco (Caucaia) e Porto das Dunas (Aquiraz), como lugares turísticos de destaque, com infraestruturas turísticas, como o Beach Park (Porto das Dunas) — principal empreendimento turístico à época — e demais hotéis, pousadas e parques temáticos.

Apesar de o próprio plano citar o Saint Tropez, em Cumbuco/CE, com obras iniciadas em 1988, o empreendimento teve problemas financeiros que ocasionaram seu fechamento, ainda em 1991, frustrando o dipolo turístico: Cumbuco (Caucaia-CE, no litoral oeste da RMF) e Porto das Dunas (Aquiraz-CE) com o Beach Park.

Assim, o governo Ciro Gomes consolida a imagem positiva do Ceará em nível internacional, mas não consegue investimentos em infraestrutura, tampouco estruturar efeitos positivos para a população das localidades litorâneas, tendo também problemas com a falta de investimentos do PRODETUR/NE I, os quais, mesmo aprovados, foram efetivados somente no governo posterior.

### **TASSO JEREISSATI (1995–2002)**

O governador Tasso Jereissati, que assumiu o governo nos anos entre 1986 e 1989, com o Governo das Mudanças, consegue ganhar novamente a eleição em 1995 e ser reeleito em 1999. Definitivamente é a continuidade do Governo das Mudanças, pois uma das primeiras ações dessa nova etapa foi a criação da Secretaria de Turismo do Ceará no ano de 1995.

O plano de governo Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998) é enfático quando fala do turismo:

Turismo (...) uma atividade econômica estruturadora, situando-se, em termos de potencialidade, no mesmo nível de prioridade governamental conferida à indústria convencional; atividade de grande efeito multiplicador na economia estadual, justificando plenamente a alocação de recursos públicos para investimento, em uma postura de governo pioneira e indutora (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1995, p. 79).

Considerado em termo de igualdades com a indústria, o turismo é priorizado em todos os aspectos pelo governo Jereissati, reiterando todos os esforços feitos pelo Governo das Mudanças por meio do PRODETURIS. Com os recursos aprovados ainda no governo Cid Gomes, o PRODETUR I conseguiu deslançar apenas no segundo governo de Tasso.

Com a criação de uma secretaria específica do turismo (SETUR/CE), a articulação dos investimentos do PRODETUR I foi mais rápida, pois enquanto a maioria das obras foram iniciadas em 1997, a do Ceará já implantava certas obras em 1996, dada a contrarresposta do Estado, como a construção da CE-085, a intitulada Via Estruturante (ligando Fortaleza ao oeste da RMF).

Com recursos do Tesouro Estadual, efetiva-se a ampliação da Avenida Washington Soares e a CE-040 como a principal via do litoral oeste. Além da facilidade de acesso a vários municípios, as duas vias eram essenciais para a circulação das áreas recentemente valorizadas (Água Fria, Lagoa Redonda, Seis Bocas, entre outros bairros adjacentes).

Desse modo, o Governo Tasso Jereissati em seus dois mandatos consolida seus planos iniciais de promover várias obras de infraestrutura na Região Metropolitana de Fortaleza — destaque para os municípios litorâneos do oeste — e no litoral oeste cearense, nos municípios adjacentes: Trairi, Paraipaba, Itapipoca e Paracuru, com o PRODETUR I (conforme discutido no item 3.2)

Outra obra considerada importante para a expansão turística do Ceará foi a ampliação do Aeroporto Pinto Martins; as obras iniciaram-se em 1996, num montante de US\$ 73 milhões, para tornar o empreendimento digno de ser considerado internacional — oficialmente foi classificado como tal desde 1997, quase um ano antes de sua própria inauguração — , permitindo o atendimento a 2,5 milhões de passageiros/ano.

Dessa forma, o Aeroporto Internacional Pinto Martins consolida-se como o 12º maior aeroporto do Brasil, que, segundo a INFRAERO, consegue ter fluxos de quase 5,7 milhões de passageiros/ano, dos quais 2,6 milhões seriam turistas, de acordo com a SETUR. Ou seja, a cidade de Fortaleza ganha cada vez mais um papel de destaque no cenário nacional e internacional.

Além de todos esses investimentos, Tasso Jereissati, conforme Bonfim (2004), firmou uma abertura de Fortaleza à atração de capitais internacionais, de incentivos fiscais e de políticas que facilitavam qualquer tipo de atividade empresarial, desde a indústria até o turismo. Os investimentos dados à atividade eram para justificar um desenvolvimento sustentável.

O discurso sobre o turismo continua tão enfático no plano de governo (1999–2003) como pilar da economia, conforme já citado; o turismo começa a ser citado como redutor de pobreza:

As políticas de crescimento econômico se pautarão no estímulo às atividades produtivas (...) agroindústria, *turismo*, infraestrutura econômica e tecnológica. (...) As diretrizes econômicas dos setores econômicos e de lógica intersectorial que integra (...) o turismo (...) como a grande prioridade que pode fazer a diferença para a redução da pobreza (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2000, p. 31–33).

Concomitantemente a um discurso econômico positivo sobre o potencial turístico que o Ceará teria a possuir, a implantação de obras de infraestrutura em espaços — notadamente litorâneos — promove mudanças sobre essa imagem do Ceará, tanto para as pessoas que moram no Estado como para a mídia (impulsionada pelas redes de televisão);

A imagem do turismo no Ceará durante esse período vincula-se a um governador empresário, atuante e modernista. Segundo Gondim (2004), esse *place marketing*<sup>12</sup> realizado pelo governo foi essencial para a consolidação do Tasso Jereissati como o principal político do Ceará, e o turismo apresentou-se como um dos fatores para essa mudança de imagem.

Assim, simultaneamente ao fortalecimento dos discursos idealistas e midiáticos do turismo, a produção material era produzida, tornando complexa a compreensão da relação discurso e realidade.

O período de governo de Tasso Jereissati é acompanhado de uma expansiva retórica, que atravessa os meios de comunicação, saindo do âmbito local para projetar-se de forma nacional. (...) A evidência de um

---

<sup>12</sup> O termo *place marketing* é muito utilizado no vocabulário de Bolsa de Valores, de “mercado” e de negócios, e significa “principal referência” ou, em outros significados, “marketing do lugar”. Em outras palavras, e relacionando ao turismo, é a consolidação de um “lugar” como uma referência a determinada atuação, a um certo significado. Citam-se como exemplo: Nova York (lugar dos negócios, por Wall Street), Washington D.C. (lugar do governo norte-americano), Cancun (lugar do turismo litorâneo e mexicano).



imaginário político pontua, sobretudo, colocações que são feitas fora da região cearense. Entretanto, se considerarmos que a própria produção discursiva faz parte dessa nova forma de governar, saímos da concepção de que o discurso é mera aparência da prática. Além do mais, é importante considerar que todo imaginário político precisa de bases objetivas para subsidiar sua credibilidade (BARREIRA, 1995, p. 4).

Não é à toa que é nesse governo que há o maior aporte de investimentos — especialmente de infraestrutura — nos municípios litorâneos, que, segundo o governador, era o grande entrave do desenvolvimento dos fluxos turísticos. Ou seja, o material reforçando o ‘ideal’, o ‘abstrato’ e/ou o subjetivo e vice-versa.

Esses investimentos ocorrem em vários municípios, mas percebe-se uma nítida concentração de recursos na cidade de Fortaleza, igualmente como no PRODETUR I. Uma das metas do governo Tasso Jereissati é taxativa: Especificamente para Fortaleza assumiu-se o desafio de inseri-la entre as cidades modernas e equipadas do País a partir da concepção do Projeto Fortaleza Atlântica (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2000, p. 40).

Ou seja, o planejamento turístico do Ceará era notadamente *metropolitano*, em que Fortaleza era o centro emissor e distribuidor turístico, com ampla infraestrutura, com uma imagem moderna e estruturada a ponto de ser considerada, segundo Gondim (2004), uma “cidade-global”. Tal contexto reflete as classes políticas envolvidas desde 1986, de maneira especial os empresários do CIC, da cidade.

Destarte, a cidade de Fortaleza, nos anos entre 1995 e 2002, tem um incremento significativo no número de turistas, além de investimentos privados em empreendimentos turísticos, ou seja, a principal meta do Governo Jereissati era alcançada: o Ceará, principalmente por intermédio da cidade de Fortaleza, seria um dos destinos turísticos mais importantes e conhecidos do Brasil e do mundo.

Por outro lado, o turismo reforça a desigualdade cearense, sobretudo a concentração de poder e capital nas mãos das classes mais abastadas:

Os donos do poder não se limitaram, porém, a um patrimonialismo mais ou menos visível e um autoritarismo mais ou menos abrandado. Sempre foram exímios em fazer ‘projetos de futuro’ em que prometiam ora a ‘grandeza nacional’ ora o paraíso na terra às populações marginalizadas cuja única saída de sobrevivência tem sido, até hoje, uma extraordinária mobilidade

espacial. A participação nos frutos da acumulação e do progresso (...) fica sempre adiada (...) (TAVARES, 1999,p.265)

Em outras palavras, a imagem do Ceará e a sua vinculação às atividades turísticas não inseriu as populações menos abastadas na distribuição de emprego e renda. Dessa forma, as transformações ocorridas no Ceará decorrem de uma abertura do Estado aos capitais notadamente estrangeiros, de forma quase empresarial, daí o termo cidade-empresa<sup>13</sup>.

Desse modo, o Governo Jereissati se torna dicotômico e/ou ambíguo, conforme Bonfim (2004) afirma sobre as imagens do Ceará: “um moderno e um atrasado”. Assim, o turismo se torna uma atividade econômica importante no contexto cearense, mas sem grandes benefícios às comunidades notadamente litorâneas.

É com essas discussões que o segundo governo Jereissati termina: um governo empresarial? Neoliberal? Ou um governo modernizador, que consegue trazer alternativas econômicas? De qualquer forma, o objetivo “central” do Governo das Mudanças foi alcançado: “O Ceará possuiu um papel turístico inovador no contexto regional e também nacional” (BONFIM, 2004)

### **LÚCIO ALCANTARA (2003-2006)**

O governo Lúcio Alcântara (2003-2006), também do PSDB, continua a série de governos desse partido, no poder desde 1986. Mas algumas metas são modificadas, pelo menos no discurso que se consolidava nesse governo. Teoricamente, o Plano Plurianual (PPA) de Lúcio Alcântara foi o primeiro a ser compartilhado entre as comunidades civis, ou seja, teria sido feito com base em reivindicações de discussões da sociedade civil.

---

<sup>13</sup> Vainer (2000) discute sobre as transformações políticas e econômicas dos últimos anos, em que o comando das cidades (leia-se os governos municipais) apresentam características políticas similares à de empresas, em que há investimentos e principalmente a preocupação com a propaganda e *marketing* pela promoção da cidade, modificando assim, as principais ações do governo (infra-estrutura, política pública, educação, entre outros). Porém, apesar de tal discussão ser veemente no contexto internacional mundial, o caso brasileiro, percebe-se um Estado atuante em suas mais diversificadas escalas.

Apesar de temática relevante e instigante, não é objetivo do trabalho discutir o processo da construção desse plano, mas analisar como o turismo é tratado no plano, que, apesar de incluir inovações, não traz mudanças significativas. Assim mesmo alguns conceitos são modificados: enquanto os governos anteriores citam desenvolvimento sustentável<sup>14</sup>, o governo Lúcio cita a inclusão social.

São notórias algumas diferenças quanto ao discurso utilizado no governo Lúcio, ao se analisar os eixos de estratégias: Ceará Empreendedor; Ceará Vida Melhor; Ceará Integração, e Ceará a Serviço do Cidadão. Apesar do aspecto empresarial, o governo Lúcio instiga algumas outras questões: uma já citada, a inclusão social, e outra, embora utilizada em outros planos, de sentido diferente: a integração.

Como se podem relacionar os governos quanto ao turismo? Enquanto em planos anteriores a cidade de Fortaleza é vista como o portal de entrada do turismo e se consolida como o principal destino turístico, no governo Lúcio o discurso se estabelece como “(...) preparar o Ceará como destino preferencial do turismo” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004, p. 14).

O discurso de integração quanto ao turismo parte de que o Ceará possui uma imagem turística positiva, segue a produção de mais destinos turísticos, mas o litoral metropolitano de Fortaleza continua como uma das principais áreas preferenciais para as atividades turísticas, além de todo o litoral oeste — que recebeu recursos do PRODETUR — e do litoral leste.

Com essas novas metas, a interiorização do turismo é proposta, mas o turismo litorâneo é confirmado como a prática preferencial do Ceará. A imagem turística outrora cidadina passa agora a imagem metropolitana e/ ou regional. Não se procura apenas a imagem de Fortaleza, mas sim a imagem do Ceará, ou seja, o paraíso do Ceará.

Esse novo discurso ou discurso remodelado sobre a cidade de Fortaleza e o Estado do Ceará parte de mudanças também de âmbito federal (como discutido

---

<sup>14</sup> Segundo Miranda (1993) no livro *Planejando o Desenvolvimento Sustentável: a experiência recente do Nordeste do Brasil*, o termo “desenvolvimento sustentável” não se diferencia do “desenvolvimento”, mas é um termo político que tem maior impacto, pois se relaciona principalmente com a defesa do meio ambiente nos últimos anos.

no PRODETUR II) de certa descentralização, buscando o turismo como novas alternativas aos demais municípios — litorâneos, em especial — e àqueles que receberam e recebem recursos do PRODETUR.

Apesar dessa descentralização institucional sobre o turismo, fortalece-se um discurso regionalista, tanto vinculado ao regional como ao metropolitano, ou seja, à metrópole. Nessa dialética, a imagem do Estado do Ceará e a da principal cidade, Fortaleza, são concomitantemente fortalecidas.

Em outras palavras, o discurso enfático de outros governos quanto ao turismo vincula-se principalmente à cidade de Fortaleza e, secundariamente, a outros espaços adjacentes, e passa a ser um discurso integrador da metrópole, dos seus espaços metropolitanos, além dos espaços litorâneos cearenses, em uma imagem turística do Ceará.

Em um discurso na III Conferência “Investe Nordeste Brasil Nordeste”, no ano de 2004, o então governador Lúcio Alcântara afirma que o “turismo” é uma das maiores forças da economia cearense pelos seus “potenciais turísticos” e que para o desenvolvimento turístico é necessário parceiros comerciais e institucionais, ou seja, a “integração turística”.

A ênfase que os “principais destinos turísticos” devem ser priorizados, pela sua infraestrutura consolidada, além da “liquidez<sup>15</sup>” produzida, e da atração de recursos privados, como empreendimentos turísticos (resorts, hotéis, pousadas, entre outros), e assim, a Região Metropolitana de Fortaleza é uma destas áreas propícias.

Grosso modo, o governo Lúcio Alcântara não se diferencia drasticamente dos outros governos, pois trata o turismo como um dos pilares econômicos do Estado, mas sugere um discurso “integrador e mais regionalista”, agregando a Região Metropolitana de Fortaleza como a principal área a ser priorizada pelos investimentos turísticos.

---

<sup>15</sup> Segundo Marques (2009), Liquidez é um conceito da Economia, que se refere à propriedade financeira de um bem, objeto ou quaisquer outro elemento que possa ser comercializado diretamente ou indiretamente. Desta forma, o “nível de liquidez” é mensurado pela facilidade ou dificuldade da comercialização, monetarização do referido objeto. Em outras palavras, é a mensuração do valor e de venda de um objeto, ou seja, o seu “valor à longo, médio e curto prazo”.

## **CID GOMES (2007-2012)**

O governo Cid Gomes, iniciado em 2007 e reeleito em 2010, é o atual governo do Ceará. O governador do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e aliado a partidos intitulados de esquerda aparece como a ruptura de cinco governos seguidos do PSDB no Estado do Ceará desde 1986, com o Governo das Mudanças, por Tasso Jereissati.

O atual governo, por suas ações, não apresenta grandes mudanças em relação aos governos anteriores, pois mantém esforços em implantar infraestruturas em quase todo o litoral do Ceará. Talvez as principais diferenças sejam o aporte de parcelas relevantes do Tesouro Estadual nas atividades turísticas e o contexto “propício ao turismo”, por sediar a Copa do Mundo de 2014.

“Copa do Mundo 2014” é um dos principais “slogans” do Governo Cid Gomes, pois foi criada até uma secretaria especial da Copa, atualmente regida por Ferrúcio Feitosa, que se apresenta como um dos embaixadores da Copa do Mundo de 2014 na cidade de Fortaleza e mantém discursos positivos sobre infraestrutura e benefícios desse evento:

Afinal, a Copa do Mundo é uma oportunidade de se fazer um grande investimento. É antecipar em cinco anos o que estaria, talvez, previsto em 30 anos (...). A estimativa é que a Capital receba de R\$ 3,5 a 4 bilhões em investimentos para a realização da Copa (SECRETARIA DO ESPORTE, 2009).

A citação do secretário, “30 anos em 5 anos”, lembra muito a citação do presidente Juscelino Kubitschek 1955, quando propôs o desenvolvimento do Brasil e seu célebre slogan: 50 anos em 5. O que se percebe é que o discurso turístico alia-se à velha caracterização do Ceará atrasado ou subdesenvolvido, ou seja, a modernidade deve ser o principal objetivo.

Segundo Steinberger (2004), esse discurso e a política de “modernidade” são legitimados não somente pelo Estado, mas pelos meios midiáticos, por empresários de todas as esferas, e pelo próprio povo, que, convencido pelos discursos positivos e vinculados a transformações socioespaciais significativas — principalmente com relação à renda —, apoiam discursos “modernistas”.

Dessa forma, o discurso e a política turística passam por uma nova fase. Enquanto no Governo das Mudanças vê-se a “construção” de uma imagem do Ceará/Fortaleza com base no desgaste da imagem de um “Ceará pobre, semiárido”, notam-se, atualmente, tentativas de consolidar definitivamente o Ceará como um “grande destino turístico internacional”, tal como cidades do Rio de Janeiro, Nova York, Paris, para citar algumas.

A proposta do primeiro plano do governo Cid Gomes (2008-2011), promulgado na Lei 14.053/08, volta ao velho slogan dos governos anteriores: “Desenvolvimento Justo e Solidário: novo jeito de fazer”, propondo várias medidas sobre o turismo no Estado do Ceará. Assim como no principal slogan do plano, outras medidas são repetidas, principalmente baseadas no Governo das Mudanças.

O turismo é tratado como uma atividade “sustentável” que precisa consolidar-se como um destino turístico internacional, visto a concorrência dos Estados e municípios brasileiros. Por outro lado, reforça medidas também do Governo das Mudanças, que não foram realçadas devido à falta de consolidação de infraestrutura e de atração internacional: os “eventos turísticos”.

O Governo Cid Gomes prioriza os eventos relacionados a esportes náuticos (*surf*, *kitsurf*, entre outros) e os considerados tradicionais (vôlei, futsal, atletismo, jogos esportivos de colégios, agremiações, por exemplo), e negócios turísticos, principalmente baseados nas empresas instaladas em Fortaleza. Dessa forma, são escolhidas várias praias para esses eventos, destacando-se a Praia de Iracema, o Porto das Dunas e Cumbuco (Ibidem, p. 102).

Na atual gestão (2011-2014), o governo Cid Gomes propõe o Planejamento Participativo e Regionalizado (Oficinas Regionais 2012–2015), em que o Ceará é dividido em oito regiões: RMF, Baturité, Cariri, Ibiapaba, Inhamuns, Jaguaribe, Litoral Oeste e Sertão Central. Interessante perceber que a discussão regionalista é enfocada, sem deixar de lado os enfoques metropolitanos.

Assim, apenas analisa-se o contexto de ações a serem “preparadas” para os próximos 4 anos na Região Metropolitana de Fortaleza. O plano plurianual 2012–2015 segue uma sequência de diretrizes — ou objetivos — principais a serem alcançados nessa gestão das quais algumas se destacam, quanto ao turismo.

Inicialmente, põe-se em destaque as principais temáticas: a) ações de infraestrutura para fortalecer os eventos de esporte náutico; b) instalação de médios e pequenos empreendimentos turísticos; c) estímulo às pousadas de “charme”<sup>16</sup>; d) “sensibilização da população” perante a importância do turismo; e) capacitação de profissionais “turísticos”; f) combate ao turismo sexual (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012).

Com a apresentação dessas temáticas, salienta-se uma, “exclusiva” desse governo: a instalação de médios e pequenos empreendimentos turísticos, pois nos outros governos anteriores as principais medidas propostas eram para atrair empreendimentos de grande porte, como resorts, grandes hotéis. Desse modo, observa-se que o turismo do Ceará esteja se abrindo para novos fluxos.

Tal diretriz é assim complementada (Ibidem p. 43): “Planejar meios que incentivem a instalação de equipamentos que estimulem a atração de turistas de médio e baixo poderes aquisitivos, como forma de fortalecer a cadeia produtiva do turismo”. Seriam, de fato, medidas para inserir a população mais carente na cadeia turística?

Esses objetivos são ambíguos quanto aos pequenos e médios empreendimentos. Por exemplo, segundo diretrizes da FIFA (2012), os hotéis que podem receber seleções de futebol da Copa do Mundo precisam ter uma relevante infraestrutura: salão de jogos, campo de futebol com medidas oficiais, salão de eventos e mídia, além de 55 leitos e restaurante incluso, entre outras exigências, o que exclui grande parte dos empreendimentos turísticos.

Como podem ser inseridos os pequenos empreendimentos? Fortaleza, com expectativas de quase 800 mil turistas a mais no ano de 2014, anima os agentes turísticos, principalmente os grandes empreendimentos, com número significativo de leitos, que, articulados com o Estado, além da Fifa — entidade que organiza o evento — devem ser os grandes beneficiários dessa atração de fluxos e pessoas.

---

<sup>16</sup> Pousada de charme é um termo utilizado no ramo imobiliário e pelas atividades turística. Segundo o Guia de Roteiros de Charme (2008) é um conceito subjetivo que significa a união entre “bom gosto, atenção com a arquitetura e outros detalhes”. Em suma, as pousadas e hotéis de charme são para públicos de alta renda, tendo as maiores diárias do Brasil, segundo o MTUR em 2011, com média de R\$ 800 à R\$ 1.600. Ou seja, são “invenções termológicas” para promover fluxos para públicos diferenciados, especialmente de alta renda.

Além dessa expectativa da Copa do Mundo e dos investimentos do PRODETUR I, II, NACIONAL, e do Tesouro Estadual, que outros investimentos podem ser vinculados à atividade turística? O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) entra como uma “política pública indireta” do turismo, ou seja, uma política que promove objetivos diferenciados, mas, por determinados motivos, investe em obras e/ou ações turísticas.

### **3.3 Políticas públicas indiretas do turismo**

Os investimentos turísticos não se resumem apenas aos programas específicos, como o já citado PRODETUR/NE. Outros tipos de programas de desenvolvimento econômico também investem em determinadas áreas e obras, no intuito de complementar determinadas ações e planejamentos. O principal programa no Ceará é o PAC.

No caso cearense, em que os recursos do PRODETUR/NE não são apenas investidos na RMF, mas em todo o litoral cearense, os programas indiretos do turismo conseguem promover ações que privilegiam a Região Metropolitana de Fortaleza, em obras e ações não alcançadas por programas anteriores, além da melhoria de articulação viária, de infraestrutura, por exemplo.

Como o PAC possui como principal objetivo o crescimento econômico, o turismo é abastecido por investimentos devido ser considerado um dos vetores econômicos. Dessa forma, a Região Metropolitana de Fortaleza destaca-se como uma das áreas que recebem mais investimentos desse programa, privilegiando os fluxos turísticos.

#### **3.3.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II)**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), lançado em 2007, no governo Lula, promove desenvolvimento e crescimento econômico no Brasil, no intuito de estancar possíveis crises econômicas oriundas de contextos mundiais negativos. As ações basicamente são investimentos em infraestrutura e em projetos que possam beneficiar o desenvolvimento econômico.



No Brasil e no Nordeste brasileiro, vários investimentos são concentrados em logística (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias), energética (levantamentos, parques de refino, suprimento de gás natural, energia, entre outros) e questões sociais e urbanas (a exemplo da malha de energia elétrica, do esgotamento sanitário, da ampliação de água e esgoto).

No Ceará, vários investimentos em mobilidade urbana, em geração de energia elétrica — principalmente para suprir a grande demanda do Complexo Portuário e Industrial do Pecém — em desenvolvimento e produção de petróleo, e em melhores condições socioambientais, são concentrados na maior parte na Região Metropolitana de Fortaleza.

As principais ações do PAC vinculadas às atividades turísticas no Nordeste brasileiro são a consolidação de uma via federal — A BR-101 — ligando a cidade de Natal (RN) a Salvador (BA), passando por vários Estados nordestinos para promover certa integração econômica e turística, e a ampliação dos Aeroportos dos Estados (ver mapa).

Os investimentos da BR-101 nos seis Estados nordestinos por onde passa a rodovia são de cerca de R\$ 6 bilhões, concentrados principalmente na Bahia (R\$ 3,6 bi), e, na sequência, Alagoas (1,64 bi), Pernambuco (1,06 bi), Sergipe (1,0 bi), Paraíba (604 mi) e Rio Grande do Norte (84 mi), sendo a principal ação destinada ao turismo vinculada ao PAC.

Enquanto na ampliação dos aeroportos o Estado do Rio Grande Norte recebe investimentos para a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o Estado do Ceará recebe recursos para ampliação do Aeroporto Pinto Martins, e o Piauí recebe recursos para a ampliação do Aeroporto de Teresina (capital piauiense) e da Parnaíba (cidade litorânea).

## Mapa 9 – Investimentos indiretos do PAC – Turismo



Na Região Metropolitana de Fortaleza, várias ações são consolidadas, no intuito de promover a mobilidade urbana — principalmente nos eixos periféricos da cidade de Fortaleza com os municípios adjacentes — além de ampliar a infraestrutura de comunicação viária (aeroporto, porto e vias rodoviárias) entre os municípios metropolitanos.

Apresentam-se a seguir as ações e as obras metropolitanas do PAC (vide tabela e mapa).

**TABELA 7 – Ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) I**

Tipo	Ação	Municípios	Total em milhões R\$ (2007-2011)
Aeroporto Pinto Martins	Construção de Terminal de Cargas e ampliação do Terminal de	Fortaleza	31,1

Passageiros			
Rodovias	Ampliação e duplicação da BR-222	Fortaleza/Caucaia/S. G. Amarante	58,0
Rodovias	Ampliação e duplicação da BR-020	Fortaleza/Aquiraz/Eusébio	163,0
Porto do Mucuripe e do Pecém	Dragagem e adaptação	Fortaleza/S. G. Amarante	58,0
<b>TOTAL</b>			<b>310,1 milhões</b>

**FONTE:** Gabinete da Presidência, 2012.

Dessa forma, além do novo terminal do Aeroporto Internacional Pinto Martins, (R\$ 31, 1 mi), os investimentos nas principais rodovias federais BR-020 e BR-222 (221 mi), e no Porto do Mucuripe (Fortaleza) e no Pecém (São Gonçalo do Amarante), de cerca de R\$ 58 mi, são as principais ações de infraestrutura na RMF, totalizando R\$ 310 milhões.

Porém, destes R\$ 310 milhões destinados à infraestrutura metropolitana de Fortaleza, podemos compreender que cerca de R\$ 252 milhões são destinados à infraestrutura utilizada para o turismo. Pois, a duplicação e restauração da BR-020 e BR-222 são essenciais para além de outros objetivos, a melhor fluidez dos fluxos turísticos.

Assim, a “integração regional”, o “desenvolvimento integrado do turismo a outras atividades”, o desenvolvimento metropolitano e a consolidação de uma lógica regional “seriam” os principais objetivos de investimentos (PRODETUR I, II, NACIONAL e PAC) das políticas públicas no Nordeste brasileiro. De fato, esses objetivos foram alcançados? Ainda existem muitas questões sobre isso.

### **3.4 Políticas públicas do turismo: uma síntese na RMF**

Neste tópico, analisam-se várias políticas públicas do turismo, desde as primeiras iniciativas do governo estadual do Ceará, as fases do PRODETUR (I, II e NACIONAL), além de outras indiretas, como o PAC, que complementam determinadas ações no intuito de promover uma “integração metropolitana”, pelo menos quanto a recursos financeiros.

Mas o que esperar de tantas políticas públicas turísticas na Região Metropolitana de Fortaleza? Todas tiveram o mesmo objetivo de promoção, de desenvolvimento e de crescimento econômico do turismo? Viu-se que toda política pública dependia diretamente de cada contexto econômico, da “visão política” e, principalmente, da articulação entre os governos (municipais, estaduais e federais).

Ao se perceber um cenário regional nos anos entre 1980 e 1990, de que o Nordeste brasileiro possuía um potencial turístico — e que era necessária a consolidação do turismo —, várias ações governamentais foram realizadas no intuito de promover mudanças significativas na visão sobre o turismo: desde o habitante local até o turista estrangeiro.

Com o PRODETUR I, passou-se a uma visão cada vez mais local dos planejamentos estaduais, pois os investimentos refletiam a articulação das políticas realizadas e, assim, havia um acirramento entre os Estados para um maior aporte de investimentos. Tal contexto é consolidado no PRODETUR II, por exemplo, no caso de Pernambuco, que consegue o maior investimento da fase, enquanto na fase anterior os recursos são considerados pormenores.

Assim, as políticas públicas do turismo na Região Metropolitana de Fortaleza são oriundas de várias escalas governamentais (federais, estaduais e municipais), entre as quais destacam-se o PRODETUR I, II, Nacional e o PAC, principalmente pelo aporte de investimentos, que juntos, investem mais de R\$ 1,3 bilhão no Estado do Ceará, e mais de R\$ 10 bilhões em todo o Nordeste brasileiro.

**Quadro 3 – Políticas Públicas na Região Metropolitana de Fortaleza**

<b>Período (anos)</b>	<b>Governo Estadual</b>	<b>Ações Estaduais</b>	<b>Governo Federal</b>	<b>Ações Federais</b>	<b>Programa turístico</b>	<b>Enfoque Espacial</b>
1971-1974	César Cals	Indicação das serras e litoral; criação da EMCETUR.	Garrastazu Médici	Fundos de turismo; Parques nacionais;	-	Espaços serranos
1975-1978	Adauto Bezerra	Turismo como atividade econômica	Ernesto Geisel	Financiamento de hotéis, empreendimentos turísticos; Parques nacionais;	-	Espaços serranos
1979-1982	Virgílio Távora	Primeiro plano turístico: serras e litoral como prioritários	João Figueiredo	Regulamentações turísticas	-	Espaços serranos
1983-1986	Gonzaga Mota	Abertura econômica; capacitação de mão de obra	João Figueiredo e José Sarney	Regulamentações turísticas e planos ambientais	-	Espaços serranos
1987-1990	Tasso Jereissati	PRODETURIS; marketing e propaganda; litoral como prioridade.	José Sarney	Nada significativo;	PRODETURIS	Espaços litorâneos/metropolitanos
1991-1994	Ciro Gomes	Continuidade do propaganda e marketing: Abertura do Ceará ao mundo	Fernando Collor e Itamar Franco	Mudança da imagem do Brasil;	PRODETUR I	Espaços litorâneos/metropolitanos
1995-1998	Tasso Jereissati	Infraestrutura do turismo: PRODETUR e Tesouro Estadual	Fernando Henrique Cardoso	Investimentos	PRODETUR I	Espaços litorâneos/metropolitanos/
1999-2002	Tasso Jereissati	Infraestrutura do turismo: PRODETUR e Tesouro Estadual	Fernando Henrique Cardoso	Investimentos	PRODETUR I	Espaços litorâneos/metropolitanos
2003-2006	Lúcio Alcântara	Integração da RMF e do Ceará;	Luis Inácio Lula da Silva	Investimentos	PRODETUR I / II	Espaços litorâneos/metropolitanos
2007-2010	Cid Gomes	Turismo e Copa do Mundo; legado da Copa	Luis Inácio Lula da Silva	Investimentos	PRODETUR II / NACIONAL/PAC	Litoral; Metrôpole; Região
2011-2012	Cid Gomes	Turismo e Copa do Mundo Planejamento regional?	Dilma Rousseff	Investimentos	PRODETUR II/NACIONAL/PAC	Litoral; Metrôpole; Região

Fonte: Organizado pelo autor

Longe de fechar o assunto, ao se propor uma breve síntese com as principais ações das políticas públicas (em todas as escalas) enfatizam-se as configurações espaciais consideradas como *prioritárias* nesta análise; posto que o turismo é um produtor e consumidor de espaços, os estudos espaciais (geográficos) são relevantes.

Considera-se espaço um construto abstrato-material, político, econômico e social, que tem suas configurações modificadas ao longo do tempo (Massey, 2009). O turismo é um exemplo direto das modificações socioespaciais na sociedade, razão por que ele e suas articulações são relevantes na produção espacial.

Destarte, as práticas do turismo são modificadas ao longo do tempo, sendo o espaço produzido perante as configurações e articulações múltiplas. Por ter essa relação intrínseca, ou seja, fazer turismo é produzir/construir espaços, o Estado (por meio das políticas públicas) torna-se um relevante agente ativo e direto na produção espacial.

No caso cearense, as políticas públicas, já discutidas, são ações ativas na construção da imagem turística do Ceará, além da consolidação de infraestruturas para atrair fluxos e fixos turísticos. Mas o turismo e os espaços produzidos passam por modificações, ou seja, é resultante de toda uma teia de relações político-econômicas e de negociações socioespaciais.

Com a mudança de metas e a nova imagem do Nordeste Brasileiro e no Ceará nos anos de 1980, vemos um Ceará mais articulado com o governo federal (com investimentos do PRODETUR/NE) e com ações prioritárias nos espaços litorâneos e metropolitanos, de forma que o turismo torna-se um elemento quase que natural no cotidiano e na produção espacial.

Com a consolidação de recursos financeiros (estaduais e federais) nos anos de 1990, o turismo recebe vários investimentos, produzindo novos espaços vinculados à sua lógica, principalmente em áreas litorâneas metropolitanas, destacando-se a cidade de Fortaleza e os espaços adjacentes, e promovendo uma consolidação da prática turística.

Com um discurso mais regionalista e agregador nos anos 2000 e 2010, as políticas públicas promovem investimentos não somente nos espaços litorâneos,

mas os considera como espaços prioritários de investimentos e centro dos fluxos turísticos, e novamente a cidade de Fortaleza apresenta-se como um elemento espacial importante dessas lógicas turísticas.

Por fim, os discursos regionalistas e agregadores aliam-se a um discurso metropolitano vinculado à consolidação de investimentos por causa da Copa do Mundo, que tem como 12 subsedes as principais cidades nordestinas — todas capitais estaduais — destacando-se como prioritárias de investimentos relacionados à lógica metropolitana e ao turismo.

Assim, as políticas públicas turísticas — em todas as suas escalas e periodicidades — são importantes para a compreensão da produção espacial metropolitana de Fortaleza, pois, apesar de suas diferenciações em metas e objetivos, o conjunto de negociações e especificidades acumula e forma um espaço híbrido, constituído de desigualdades e continuidades.

Consideram-se, portanto, as políticas públicas como os pilares da constituição dos fluxos turísticos, pois configuram as principais metas e os objetivos, buscam novos parceiros e agentes turísticos para a consolidação do planejamento turístico, e, obviamente, implantam materialidades (infraestrutura) para a consolidação dos fluxos turísticos.

Mas, ao relacionar políticas públicas com espaço... o que esperar da produção dos espaços turísticos da Região Metropolitana de Fortaleza? Como se relacionam a constituição e a produção dos espaços turísticos com base na lógica das políticas públicas e no contexto cultural litorâneo? Essa análise é tema do próximo capítulo, em que irá se compreender como se configura a interligação das temáticas já discutidas anteriormente.



## **OS ESPAÇOS DO TURISMO LITORÂNEO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

O turismo é uma atividade econômica importante na Região Metropolitana de Fortaleza, articulando vários agentes e setores econômicos. Os espaços litorâneos se destacam quanto aos principais fluxos, investimentos, e principalmente na implantação de fixos turísticos, e assim, o turismo possui dinâmicas relevantes com o espaço litorâneo.

Mas como podemos relacionar os espaços metropolitanos, turísticos e litorâneos? Primeiramente, partimos que o espaço é um *exclusivo elemento* da realidade. O que consideramos são as relações sociais que produzem características ao espaço, e neste caso, podemos citar os exemplos dos espaços litorâneos a partir da maritimidade e o turístico a partir da dinâmica do turismo.

Santos (2009) ao analisar o espaço e o citar como híbrido, promove uma discussão importante quanto ao conceito. Pois, ao considerar que o espaço é o conjunto de objetos e ações, verifica-se que os objetos (oriundos da técnica) não tem importância própria e depende diretamente das ações (humanas), e assim, o espaço geográfico, torna-se, assim resultante das ações humanas.

Mas Santos (2009) nesta lógica, empreende a discussão nas formas-conteúdo, processo, função, forma, passado e futuro, objeto e sujeito, natural e social, chegando à uma afirmativa que o espaço é o “conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações”(p.103). Assim, o espaço teria como chave os objetos e ações.



Por conseguinte, consideramos que Massey (2006) aproxima-se à nossa predominância conceitual do espaço ao defini-lo como o resultado da produção de relações, complexidade de redes, vínculos e práticas, que possui essa dimensão de multiplicidade, em eterna construção e que é resultante das várias articulações de poder e técnicas oriundas de vários atores sociais. (MASSEY,2008).

Longe de fazer uma epistemologia sobre o espaço, mas ao mesmo tempo compreendê-lo e deixar claro os conceitos de espaço em nosso ensaio, estes autores apesar de terem vertentes teóricas diferenciadas, possuem em comum que o espaço parte da materialidade e subjetividade, e que possui dimensões espaciais que precisam ser consideradas.

Assim, o espaço resulta-se desta difícil e complexa articulação e multiplicidade de vários atores e dinâmicas sociais de diversas escalas de poder que associam características políticas em um sistema indissociável de ações e objetos, que pode ser dimensionado quanto à sua materialidade, representatividade e subjetividade.

A partir deste conceito do espaço que sugere a compreensão das teias de relações e políticas e suas dimensões, é que pretendemos compreender as relações socioespaciais a partir da lógica litorânea, metropolitana e turística, e seus agentes espaciais e sociais.

Destarte, a lógica metropolitana (caracterizada pela concentração da lógica capitalista) e as dinâmicas litorâneas e turísticas (representações positivas às características naturais que influenciam toda uma teia de articulação entre as práticas marítimas modernas e outros setores, como o imobiliário, agentes turísticos diversos, Estado e os moradores locais, entre outros) relacionam-se (re) produzindo espaços que tem dinâmicas diferenciadas, porém, articuladas.

Assim, para a compreensão do espaço turístico metropolitano de Fortaleza, propormos neste ensaio, a divisão de 5 tópicos deste capítulo:

- a) A discussão sobre os agentes meramente turísticos e suas relações com a produção dos espaços turísticos na Região Metropolitana de

Fortaleza, para assim, compreendermos que espaços e características turísticas estão sendo reproduzidas;

- b) Inicialmente, analisamos a cidade-metrópole de Fortaleza e seus espaços turísticos;
- c) Posteriormente, os espaços turísticos de grandes fluxos, em que predominam os grandes empreendimentos, vinculados principalmente aos resorts;
- d) Os espaços híbridos perante a dinâmica turística e metropolitana, que apresenta características contraditórias entre várias ações de agentes espaciais.
- e) E finalmente, o último tópico: Os espaços fora do circuito turístico? propomos uma análise sobre os espaços metropolitanos que mesmo com características litorâneas ficam a margem deste rol do *trade* ou circuito turístico principal da RMF;

Ao apresentarmos os caminhos teóricos e metodológicos que estão presentes neste ensaio, mostramos como serão analisadas os espaços turísticos do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza e as dinâmicas socioespaciais que são resultantes de toda a teia de relações das ações e objetos que são relacionadas

#### **4.1. Os agentes turísticos e a produção dos espaços turísticos na Região Metropolitana de Fortaleza**

Neste tópico pretendemos analisar os agentes turísticos para compreendermos a outra dimensão (além da pública, estudada no capítulo anterior) sobre as atividades turísticas. Mas partimos do que são agentes turísticos? Agente turístico” é aquele que pratica ações, operam dinâmicas relacionadas ao turismo.

Assim, na relação entre o “espaço e o turismo”, podemos empreender que é no espaço que as relações turísticas acontecem, afinal, o turismo consome, produzem espaços. Pois, o turismo vive das transformações ocorridas por ele

próprio, no espaço, que tal processo é intitulado “turistificação de lugares”. (CRUZ, 2006.)

Já que o espaço é a base para as dinâmicas turísticas, entendemos então, que os agentes turísticos além de realizarem as dinâmicas, produções e articulações vinculadas ao turismo, são agentes do espaço, e assim, compreendermos que analisar e entender as suas dinâmicas torna-se essencial para a produção espacial turística.

Partindo para quais são os agentes turísticos, remetemos ao IBGE e o MTE, que os consideram: as agências turísticas (aquelas que vendem pacotes turísticos), operadoras turísticas (que possuem características mais mistas, como além dos pacotes, operam em passeios, por exemplo) e os serviços vinculados ao turismo (hotéis, pousadas, resorts, entre outros).

A diferença técnica para o MTE da agência de turismo e operadora de turismo é que a primeira promove serviços de fluxos prioritamente nacionais e a última tem um caráter mais diverso quanto aos serviços em um contexto nacional e internacional. Desta forma, as operadoras turísticas possuem uma maior relevância quanto ao que podemos chamar de hierarquia turística.

Por outro lado, o Ministério do Turismo (2008) considera que as operadoras de turismo são organizações comerciais que além da comercialização, também atendem quanto à produção de serviços turísticos, e articulam-se diretamente com o consumidor e com as agências turísticas. Enquanto as agências turísticas são as empresas organizadas para intermediar o acesso do consumidor aos serviços turísticos.

Apesar da relevância das operadoras e agências de turismo quanto à lógica turística, o turismo articula-se com outros setores econômicos, pois o turismo apresenta-se como uma atividade rentável em todo o mundo, atraindo investimentos de vários setores, notadamente os ativos financeiros e capitais industriais (SILVA, 2010).

Deixemos claro, que estes outros agentes que se articulam com o turismo são relevantes, mas como pretendemos analisar os principais agentes vinculados diretamente ao turismo, estes não serão estudados neste ensaio, mas podemos citar

como principais exemplos, o “imobiliário-turístico”<sup>17</sup> e as dinâmicas da vilegiatura marítima.

Segundo o IBGE, no ano de 2010, existem mais de 350 mil estabelecimentos turísticos, entre as quais, mais de 75% são relacionados à agência turística, ou seja, aqueles estabelecimentos que vendem serviços como viagens e pacotes turísticos, e os demais são operadoras turísticas, além dos meios de hospedagem.

O Nordeste brasileiro por ser um das principais regiões quanto ao turismo, apresenta um crescimento considerável destes estabelecimentos, principalmente nas capitais estaduais – notadamente em Fortaleza/CE, Natal/RN, Salvador/BA e Recife/PE – e outros municípios que possuam fluxos turísticos consideráveis, destacando-se os litorâneos.

Desta forma, o Nordeste brasileiro apresenta no ano de 2010 com quase 2.200 agências de turismo, entre as quais se concentram principalmente na Bahia (627), Pernambuco (331) e Ceará (290), os principais Estados quanto aos fluxos turísticos.

**Tabela 8 – Agências turísticas – Nordeste brasileiro – 2010**

<b>Estado</b>	<b>Numero de agências turísticas</b>	<b>% do total região</b>
Bahia	627	28,53%
Pernambuco	331	15,06%
Ceará	290	13,19%
Paraíba	230	10,46%
Maranhão	193	8,78%
Rio Grande do Norte	182	8,28%
Alagoas	155	7,05%
Sergipe	115	5,23%
Piauí	75	3,41%
<b>TOTAL</b>	<b>2.198</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: MTUR, 2010.

<sup>17</sup> Segundo Silva (2010) o imobiliário turístico é a relação entre a questão imobiliária e o turismo. Pois, vários setores econômicos diversos articulam-se com a emergência da atividade turística. O estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles (nas cidades de Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) mostra vários resultados, como a produção de segundas residências, empreendimentos turísticos, além da construção de empreendimentos imobiliários.

O Ceará, em terceiro lugar, se destaca com 290 agências turísticas (13,19% do Nordeste brasileiro) em que as quais, grande parte está concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza – notadamente na cidade de Fortaleza – com 221 agências turísticas (77% do Estado).

**Tabela 9 – Número de Agências turísticas na RMF**

<b>Município</b>	<b>Número de agências turísticas</b>	<b>% da RMF</b>
Fortaleza	205	92,76%
Caucaia	4	1,80%
Eusébio e Aquiraz	3	1,35%
Maracanaú	2	0,9%
São Gonçalo do Amarante, Maranguape, Horizonte e Pacatuba	1	0,45%
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>	<b>100%</b>

Fonte: MTUR, 2011.

A concentração de estabelecimentos em Fortaleza chega à quase 93% de toda Região Metropolitana de Fortaleza, refletindo a importância da cidade quanto aos fluxos turísticos metropolitanos. Mas por outro lado, Caucaia, Eusébio e Aquiraz (importantes municípios quanto à questão imobiliária e turística) apresentam algumas agências turísticas.

Mas se por um lado, existem muitas agências turísticas, do outro, existem poucas operadoras turísticas, em que estas, concentram grande parte do controle das dinâmicas turísticas. Temos como destaque, a CVC<sup>18</sup>, de origem paulista, que segundo a BRAZTOA, domina em quase 62% de todos os pacotes turísticos comercializados no Brasil.

Como falamos anteriormente, as operadoras de turismo possuem articulação nacional e internacional, e por isso, possuem relações de maiores escalas, principalmente com grandes hotéis, empresas aéreas e demais setores que

<sup>18</sup> A sigla CVC é criada em 1972, em Santo André/SP, e a sua sigla vem do “primeiro proprietário” Carlos Vicente Cerchari, que era deputado, e que mesmo saindo em 1976, a sigla inicial continua.

envolvam a atividade turística, e por isso, tem maior relevância no rumo das dinâmicas turísticas.

Assim, não buscamos compreender a dinâmica econômica, tampouco a trajetória de estratégia administrativa e funcional das empresas envolvidas com o turismo, mas buscamos compreender como estes estabelecimentos conseguem criar/articular relações em diversas esferas relacionadas ao turismo que produzam modificações no espaço.

Assim, a CVC consegue construir uma teia de relações turísticas relevantes no espaço brasileiro, com o discurso de democratização do turismo no País. Atualmente, possui mais de 350 lojas no Brasil, além de várias lojas em países sul-americanos (Bolívia, Peru, Chile, Uruguai, Argentina) além dos Estados Unidos e França.

A força da empresa é considerável, pois em 2007, a companhia aérea Webjet é comprada pela CVC no intuito de facilitar a lógica de pacotes turísticos. Porém, a CVC em 2010, vende 60% de suas ações para a Carlyle Group, uma empresa independente de vários acionários que escolhe vários investimentos em todo o mundo. (CVC, 2011).

Desta forma, a visão internacional consolida-se. Pois, a CVC é atualmente, a maior operadora turística da América Latina, e a oitava maior do mundo, com mais de 2,5 milhões de turistas/ano e quase 50 mil turistas estrangeiros. Assim, percebemos a força desta empresa no contexto turístico brasileiro. (Ver tabela 10)

**Tabela 10 – Principais operadoras turísticas em funcionamento em Fortaleza**

	<b>EMPRESA</b>	<b>Origem</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO</b>	<b>PARTICIPAÇÃO ECONOMICA BRASIL / MUNDIAL</b>
1	CVC	Santo André / SP	Viagens e pacotes turísticos	28/05/1972	60% - 9%
2	Grupo Marsans	Madrid / Espanha	Viagens e pacotes turísticos	1910	12% - 2,5%
3	Quality Brasil	EUA	Viagens, pacotes turísticos e	~1900	2% - 2%

		hotelaria			
4	Intravel Turismo	São Paulo/SP	Viagens e pacotes turísticos	1981	4% - <0,1%
5	Casablanca Turismo	Fortaleza/CE	Viagens e Pacotes Turísticos	1981	0,9% - <0,1%

Fonte: BRAZTOA, ABAV, Folha de São Paulo, 2012.

A CVC é também a principal empresa quanto aos fluxos turísticos na cidade de Fortaleza. Segundo a própria empresa, a cidade de Fortaleza é o segundo destino turístico mais procurado em seus pacotes. Vários pacotes turísticos são criados para várias classes sociais e públicos, em que na qual Fortaleza destaca-se por ser litorânea, moderna e infraestrutura considerável. (CVC, 2011).

Mas como as operadoras turísticas e agências turísticas podem influenciar na produção espacial? A articulação de todos os setores relacionados ao turismo trabalham com o espaço, e por isso, existem espaços turísticos. No caso metropolitano de Fortaleza, existem espaços que são considerados hegemônicos quanto ao turismo, enquanto outros praticamente não possuem relações.

Para compreendermos a influencia destes agentes turísticos, propomos neste ensaio, as análises de duas temáticas: a) a primeira, é compreender como os agentes turísticos utilizam os espaços para seus fluxos, e por último, b) como a relação de vários agentes turísticos promove a localização e concentração dos empreendimentos turística no tecido urbano.

Mas antes de citamos como os agentes veem e/ou produzem os espaços turísticos na RMF, percebemos a relação destes espaços com outros usos e lógicas. No caso litorâneo metropolitano, a maioria das localidades turísticas possuem caráter de aldeias de pescadores que fora transformado pelas dinâmicas turísticas nas ultimas décadas.

Assim, na Região Metropolitana de Fortaleza, promove-se uma diferenciação socioespacial a partir das dinâmicas turísticas. Algumas localidades possuem maiores fluxos e fixos relacionados ao turismo, enquanto outros possuem

menores fluxos e fixos, e outros, são praticamente ignorados perante a lógica turística.

Apesar de cada localidade litorânea ter seu contexto espacial e histórico, em geral, as localidades litorâneas quanto ao lazer, foram descobertas pela vilegiatura marítima e o turismo litorâneo, principalmente a partir dos anos 1950, destacando-se inicialmente Iparana e Icaraí no município de Caucaia/CE, além da Prainha em Aquiraz/CE. (ARAUJO, 2009).

Mas é neste contexto, que os agentes imobiliários tem um papel fundamental nesta produção espacial ao comprar terrenos estratégicos e vendê-los inicialmente em loteamentos, ou produzirem empreendimentos voltados à vilegiatura (principalmente através de condomínios e/ou casas individuais) ou articularem com outros agentes, para a construção de empreendimentos turísticos (PEREIRA, 2006).

Neste caso, cria-se uma ambiência litorânea voltada à demanda de lazer (turismo e vilegiatura), mas também se cria uma dinâmica imobiliária e economia voltada a estas atividades. Como o turismo consegue criar fluxos mais intensos e articulados, os agentes turísticos traçam estratégias para alcançarem resultados cada vez mais lucrativos e favoráveis.

Seguindo nossa linha metodológica, iremos analisar como os agentes turísticos veem o litoral da Região Metropolitana de Fortaleza, ou em outras palavras, quais são estes os espaços turísticos construídos/produzidos por estes agentes e suas articulações?

Para respondermos esta pergunta, fizemos a pesquisa dos principais destinos turísticos descritos pelos pacotes e viagens turísticas destinadas à Região Metropolitana de Fortaleza.

**Tabela 11 – Síntese dos principais pacotes turísticos da RMF**

<b>Empresa</b>	<b>Dias</b>	<b>Destino 1</b>	<b>Destino 2</b>	<b>Destino 3</b>	<b>Destino 4</b>	<b>Destino 5</b>
CVC	8	Fortaleza	<b>Porto das Dunas (Aquiraz)</b>	<b>Cumbuco (Caucaia)</b>	Mundau (Trairi)	Canoa Quebrada (Aracati)
CVC	4	Fortaleza	<b>Porto das</b>	<b>Cumbuco</b>	Canoa	-



CVC	3	Fortaleza	<b>Dunas (Aquiraz)</b> <b>Porto das Dunas (Aquiraz)</b>	<b>(Caucaia)</b> Canoa Quebrada (Aracati)	Quebrada (Aracati)	-	-
CVC	8	Vila Galé Resort* (Caucaia)	-	-	-	-	-
CVC	8	Beach Park Resort* (Aquiraz)	-	-	-	-	-
CVC	8	Oceanic Resort (Aquiraz)	-	-	-	-	-
INTRAVEL	8	Fortaleza	<b>Cumbuco (Caucaia)</b>	<b>Porto das Dunas (Aquiraz)</b>	Morro Branco (Beberibe)	Canoa Quebrada (Aracati)	Livre
INTRAVEL	4	Fortaleza	Livre	Livre	Livre	Livre	Livre
CASABLANCA	7	Vila Galé Resort (Caucaia)	-	-	-	-	-

Fonte: CVC, Casablanca, Intravel (2012)

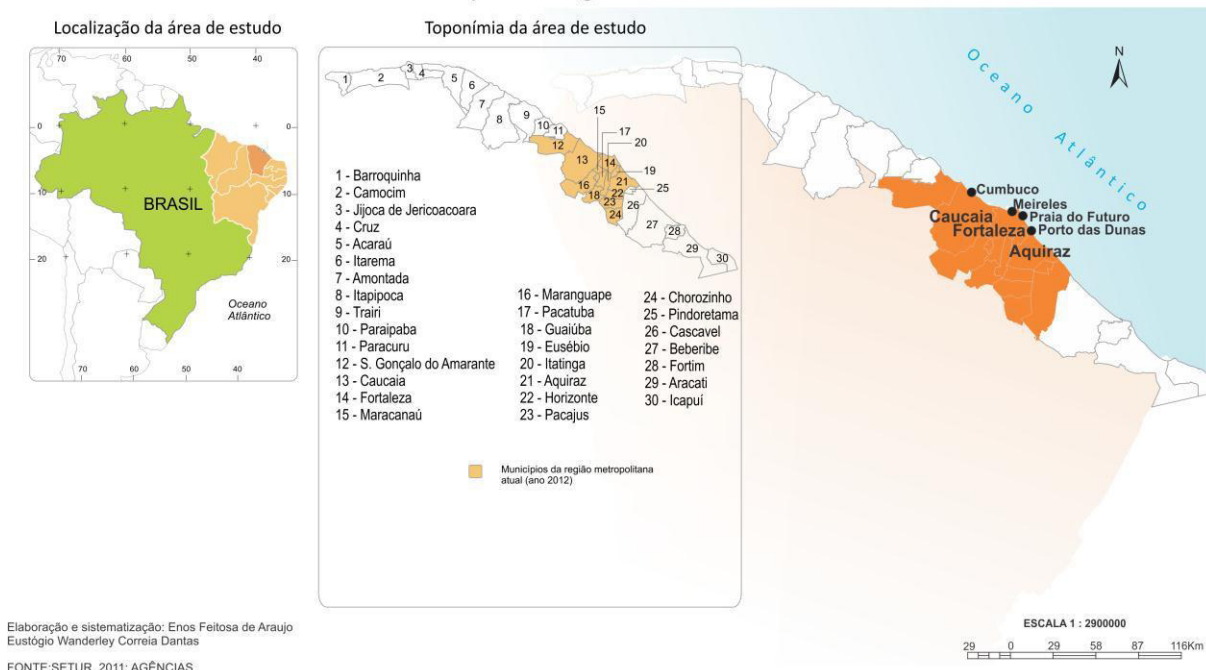
A CVC consegue ter a maioria dos pacotes turísticos (cerca de 82%<sup>19</sup>), e as outras empresas praticamente acompanham os principais destinos turísticos dos pacotes da CVC. Uma ressalva é que outras operadoras turísticas citadas não possuem pacotes turísticos, mas tem viagens ou serviços de hotel incluso, mas não possuem destinos guiados, sendo os destinos livres.

Desta forma, as principais localidades litorâneas da RMF são a Porto das Dunas (Aquiraz/CE) e Cumbuco (Caucaia/CE) além do Centro tradicional de Fortaleza que apresentam como o espaço turístico metropolitano, concentrando grande parte dos fluxos oriundos de Fortaleza, que ainda prossegue com a maior infraestrutura hoteleira e de equipamentos urbanos e turísticos. (Ver mapa 11)

<sup>19</sup> Segundo dados da Veja e do BRAZTOA, a CVC domina 82% dos pacotes turísticos em Fortaleza, e mais de 75% em todo o Nordeste brasileiro.

## Mapa 10 – Principais destinos do turismo na RMF para os agentes turísticos

### Principais Destinos do Turismo na Região Metropolitana de Fortaleza para os agentes turísticos



É desta forma que se constrói o espaço metropolitano voltado à lógica turística. A cidade de Fortaleza possui um papel relevante na produção espacial turística, não somente pela infraestrutura, mas pelos agentes turísticos e suas dinâmicas decorrentes supracitados são decisivos na escolha e produção das localidades litorâneas metropolitanas de Fortaleza.

Desta forma, na Região Metropolitana de Fortaleza, as localidades litorâneas que mais se destacam, são justificadas pelos fixos, ou seja, os empreendimentos turísticos? Apesar de ser quase óbvia uma relação direta entre os fixos e fluxos, existem localidades que possuem poucos fixos, mas com muitos fluxos, por exemplo, localidades com vários resorts de alta capacidade de leitos.

Assim, para compreendermos os fluxos turísticos do litoral da RMF, é preciso analisar a relação entre os fixos e os fluxos. Para isto, vemos algumas indagações: Onde se concentra os empreendimentos turísticos? Quantos? Que tipos de empreendimentos?

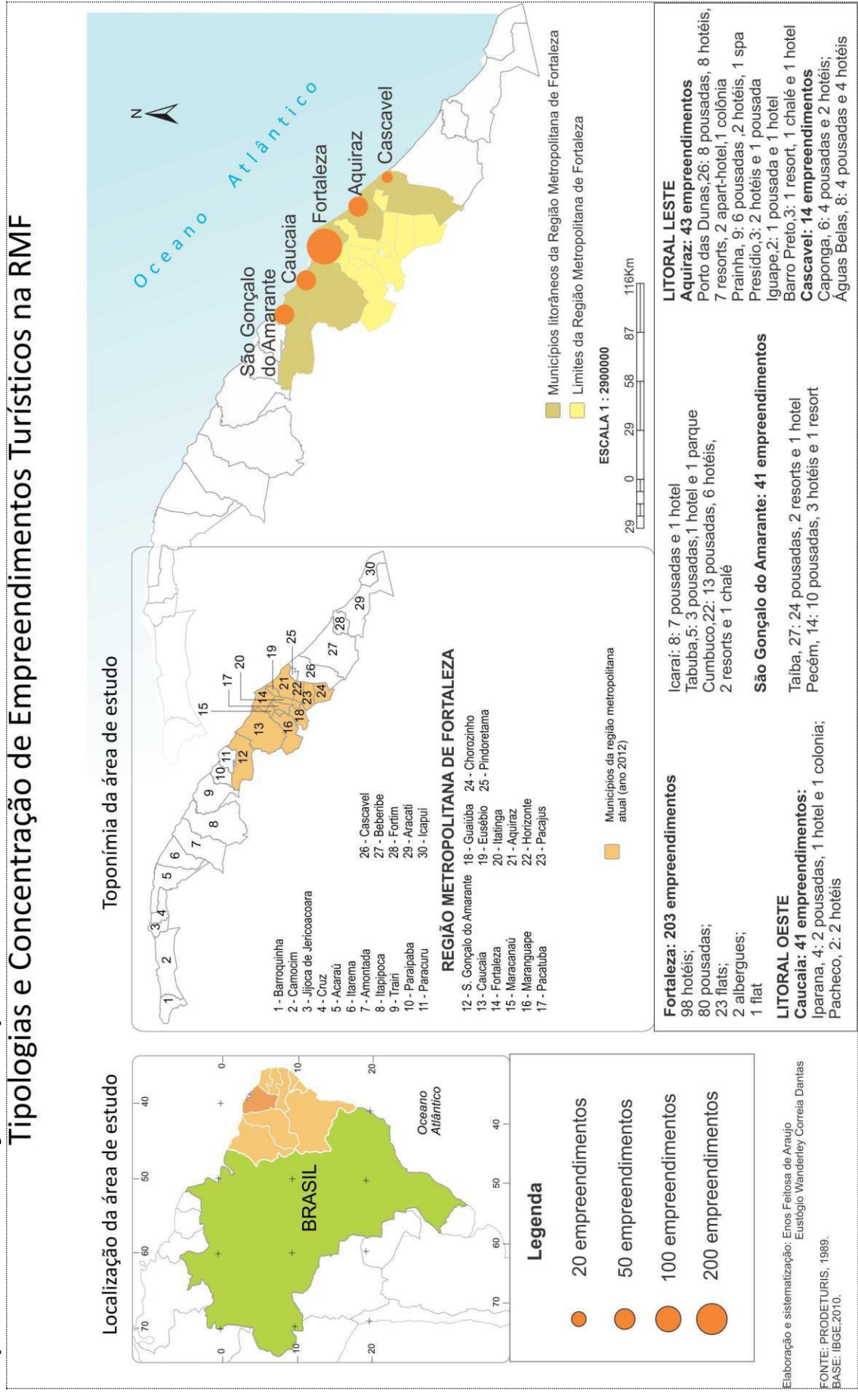
Desta forma, realizamos um levantamento dos empreendimentos turísticos de todo o litoral da Região Metropolitana de Fortaleza a partir dos dados do Ministério do Turismo (MTUR) e da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE) em 2011 e 2012, para iniciarmos a base dos empreendimentos turísticos e suas tipologias.

Posteriormente, nos trabalhos de campo, realizamos um levantamento *in loco* dos empreendimentos turísticos das localidades de todos os municípios litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza, no intuito de completar a lacuna dos estudos e análises voltados ao turismo em nossa área, e assim, compreender a localização/concentração dos fixos turísticos.

Desta forma, no mapa 6, mostra a localização, a concentração e as tipologias dos empreendimentos turísticos nas localidades litorâneas de Fortaleza. A Região Metropolitana de Fortaleza possuiria quase 350 empreendimentos turísticos, dos quais somente a cidade de Fortaleza possui 203 empreendimentos turísticos (58% do total) enquanto a Taíba e Porto das Dunas possuem em segundo e terceiro lugar, respectivamente, apenas 27 e 26 empreendimentos.

Mas como já falamos, o número de fixos é relativo quanto aos fluxos turísticos, pois existe toda uma lógica imobiliária de otimização de espaço e empreendimento. Em outras palavras, a visão imobiliária sobre o empreendimento turístico é gritante dos anos 1980 aos anos 2000, pois, antes, as pousadas e pequenos hotéis com poucos leitos passam à grandes hotéis e resorts, estes últimos, notadamente localizados na franja metropolitana.

**Mapa 11 – Concentração de Empreendimentos Turísticos no Litoral da RMF**  
**Tipologias e Concentração de Empreendimentos Turísticos na RMF**



Desta forma, iniciaremos a análise das localidades litorâneas a partir de suas vinculações espaciais com o turismo, que nós propomos no início deste capítulo. Assim, iniciaremos com a análise de Fortaleza (metrópole), posteriormente, com os espaços de grandes fluxos, espaços híbridos com suas contradições, e finalmente, estes espaços ignorados que indagamos se está fora do circuito turístico.

#### **4.2. Fortaleza: a “cidade-metrópole”**

A cidade de Fortaleza é o principal centro receptor e distribuidor do turismo no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza. Desta forma, compreender as relações e dinâmicas socioespaciais decorridas na cidade, é o ponto inicial e crucial de toda a análise espacial do espaço turístico metropolitano.

Desta forma, a compreensão dos espaços litorâneos turísticos de Fortaleza parte da compreensão de várias dinâmicas e negociações socioespaciais. Parte inicialmente da espacialização dos agentes turísticos e suas tipologias, e posteriormente, entendermos como o turismo relaciona-se com a cidade.

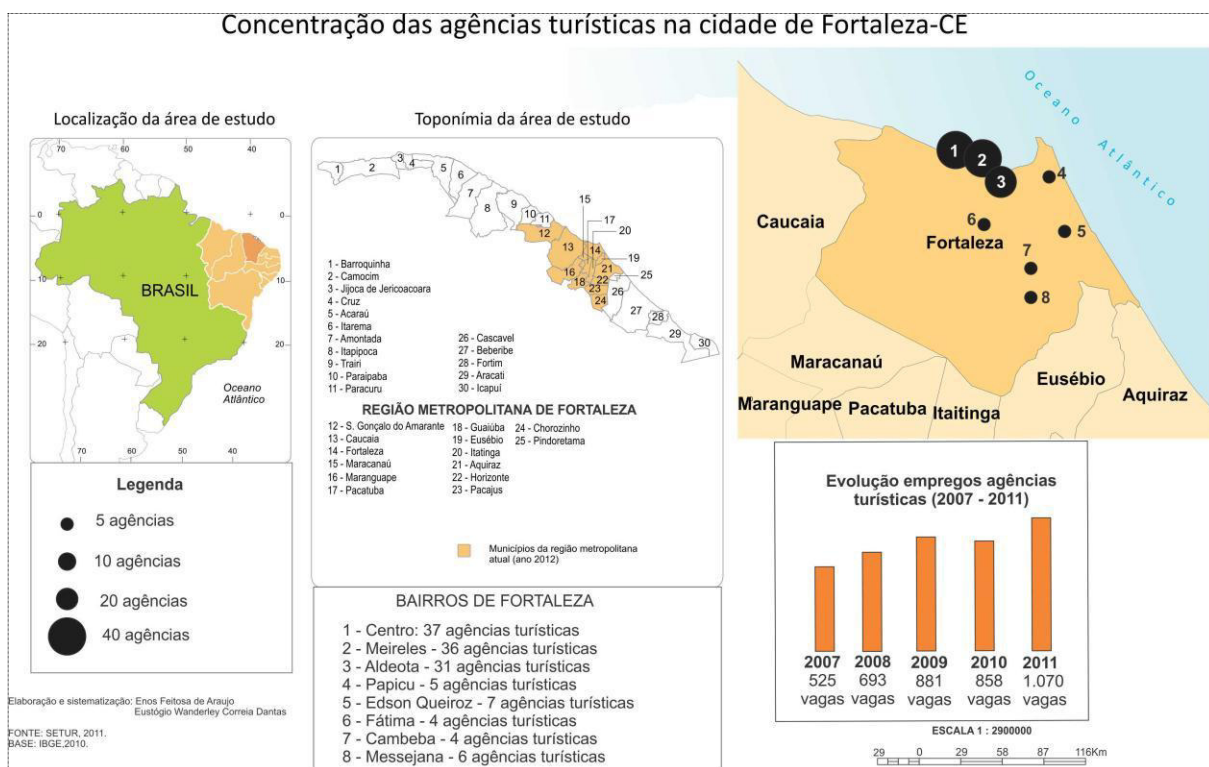
Assim, analisaremos os empreendimentos turísticos e suas espacializações na cidade, além da tipologia e concentração, os fluxos turísticos decorrentes, para finalmente, compreendamos as áreas turísticas ou espaços turísticos de Fortaleza que são produzidos e suas espacializações decorrentes na cidade.

Com estas questões, procuramos a questão principal: como se espacializa e/ou planeja o turismo em Fortaleza? E assim, precisamos compreender quais os fixos e fluxos turísticos existentes e suas relações com o espaço, constituindo-se de lógicas diferenciadas na cidade.

Para compreendermos os fixos e fluxos turísticos da cidade partimos dos fixos turísticos. Pois, estes são empreendimentos que possuem relações diretas e indiretas com o turismo. Consideramos aqui, as agências turísticas, os equipamentos turísticos (Centro de Convenções, Aeroporto, entre outros) e os empreendimentos turísticos (hotéis, resorts, entre outros).

Desta forma, como as agências turísticas se espacializam? Existem relações diretas com a sua espacialização e os fluxos turísticos? Conforme dados da SETUR (2012) e MTUR (2012) os principais bairros que possuem mais agências turísticas são o Centro (37), Meireles (36) Aldeota (31), que juntos já possuem 104 agências, ou seja, 51% do total da cidade. (Ver mapa)

**Mapa 12- Agências turísticas e empregos em Fortaleza – CE**



As agências turísticas participam como elos do usuário ao produto mas também reflete a demanda de serviços turísticos pelas classes mais abastadas, destacando-se assim os bairros do Centro, Aldeota e Meireles (bairros tradicionais), e os outros bairros: Edson Queiroz (7), Messejana (6), Papicu (5), Fátima e Cambéa (4, cada um)

Quanto aos empregos, as agências turísticas teve um incremento considerável de 103%, que fez com os números de 2007 e 2011 fossem, respectivamente, 525 e 1.070 empregos. As operadoras turísticas passaram de 82

para 135 empregos, em 2007 e 2011, respectivamente, proporcionando 64% de acréscimo. E os demais setores promoveram um aumento de 118% nos últimos 4 anos.

Conjuntamente, os setores diretos do turismo promovem 660 empregos no ano de 2007, e em 2011, este número chega a 1.321 empregos, ou seja, um aumento de 100% em quatro anos. Estes dados, assim como os investimentos privados refletem o cenário internacional, mostrando a relação turística com a economia internacional.

Em 2008, as operadoras turísticas – notadamente vinculadas aos ativos financeiros internacionais, não tiveram acréscimos empregatícios, enquanto as agências turísticas, vinculadas principalmente às lógicas nacionais e locais, obteve um acréscimo de 32% de 2008 à 2009, refletindo a relativa blindagem do Brasil perante à crise econômica internacional e o incentivo ao turismo interno.

Percebemos também que o número de empregos apesar de ter um considerável aumento desde 2007, o número atual é insignificante perante o número total de empregos na cidade de Fortaleza. Importante ressaltar que estes empregos são diretos ao turismo, sendo quase inviável relacionar o número de empregos indiretos, pois, o turismo hibridiza-se perante a lógica metropolitana.

Outro fator relevante para compreender as dinâmicas turísticas na cidade de Fortaleza são os empreendimentos turísticos (hotéis, pousadas, albergues, flats, entre outros) que estão espacializadas em vários bairros da cidade. Da mesma forma, que alguns bairros concentram as agências turísticas, também concentram os empreendimentos turísticos.

Os principais bairros que concentram estes empreendimentos são litorâneos: Meireles (65), Praia de Iracema (52), Centro (34) e Praia do Futuro (22). Mas os bairros de Meireles e Praia de Iracema destacam-se pela concentração de grandes hotéis e os flats, enquanto os outros bairros possuem empreendimentos de pousadas. (ver tabela 12)

A tipologia de empreendimentos turísticos varia conforme a consolidação da área turística e os fluxos turísticos. Desta forma, Meireles/Aldeota é a principal área nobre da cidade, enquanto o Centro com a maioria de pousadas constitui-se

para públicos que procuram preços mais baratos, e a Praia do Futuro aparece como a alternativa para os bairros já supracitados.

**Tabela 12 – Meios de hospedagem em Fortaleza – 2011**

Bairro	Hotéis	Pousadas	Flats	Resorts	Albergues	Total
Meireles	43	10	12	0		<b>65</b>
Praia de Iracema	27	21	4	0		<b>52</b>
Centro	14	20	0	<b>0</b>		<b>34</b>
Praia do Futuro	12	10	0	<b>0</b>		<b>22</b>
Outros	6	19	1	<b>1</b>		<b>26</b>
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>80</b>	<b>18</b>	<b>1</b>		<b>201</b>

FONTE: SETUR, 2011.

Desta forma, somente a cidade de Fortaleza possui 20% de todos os empreendimentos turísticos de todo o Ceará, e mais de 60% de todos os empreendimentos somente no litoral metropolitano de Fortaleza. Ou seja, a cidade de Fortaleza possui uma importância inquestionável sobre os fixos e fluxos turísticos.

Assim, o turismo da cidade de Fortaleza é predominantemente litorâneo (Ceará entra nesta mesma lógica) e agrega as áreas centrais e já consolidadas estruturalmente no rol das principais áreas turísticas. Porém, os fluxos da Região Metropolitana de Fortaleza não resumem apenas à cidade de Fortaleza, pois as outras áreas metropolitanas possuem outros tipos de fluxos e demandas.

Assim, a cidade de Fortaleza caracteriza-se pela ausência de grandes empreendimentos turísticos como resorts e spas, pela indisponibilidade de grandes terrenos e pelo elevado preço da terra. Pearce (2000), ao analisar os resorts no contexto mundial, sugere que eles são resultantes de uma dinâmica metropolitana turística, ou seja, eles têm por principal finalidade englobar as áreas metropolitanas adjacentes.



A cidade de Fortaleza possui apenas um resort, o Porto da Aldeia Resort, localizado no extremo sudeste da cidade, no bairro de Sabiaguaba, limítrofe de Eusébio e Aquiraz, em uma área em que nos anos 1970-80 houve tentativas de ocupação mais efetivas referentes às práticas de lazer (excursionismo, turismo e vilegiatura), porém, na atualidade, tais tentativas não se consolidaram.

Assim, as dinâmicas turísticas metropolitanas são relacionadas de forma dialética: de um lado, a cidade possui sua própria lógica e dinâmica socioespacial, e relaciona-se com a lógica metropolitana; de outro, as áreas adjacentes ao contexto metropolitano são influenciadas por toda a lógica metropolitana, obedecendo aos fluxos alóctones.

O processo de metropolização relaciona os lugares com suas dinâmicas, promovendo uma descentralização de fluxos e fixos, mas concomitante a este processo, concentra-se também certos fluxos e fixos na cidade primaz motivados pelas dinâmicas já consolidadas, em um tipo de “implosão-explosão” urbana como já citamos.

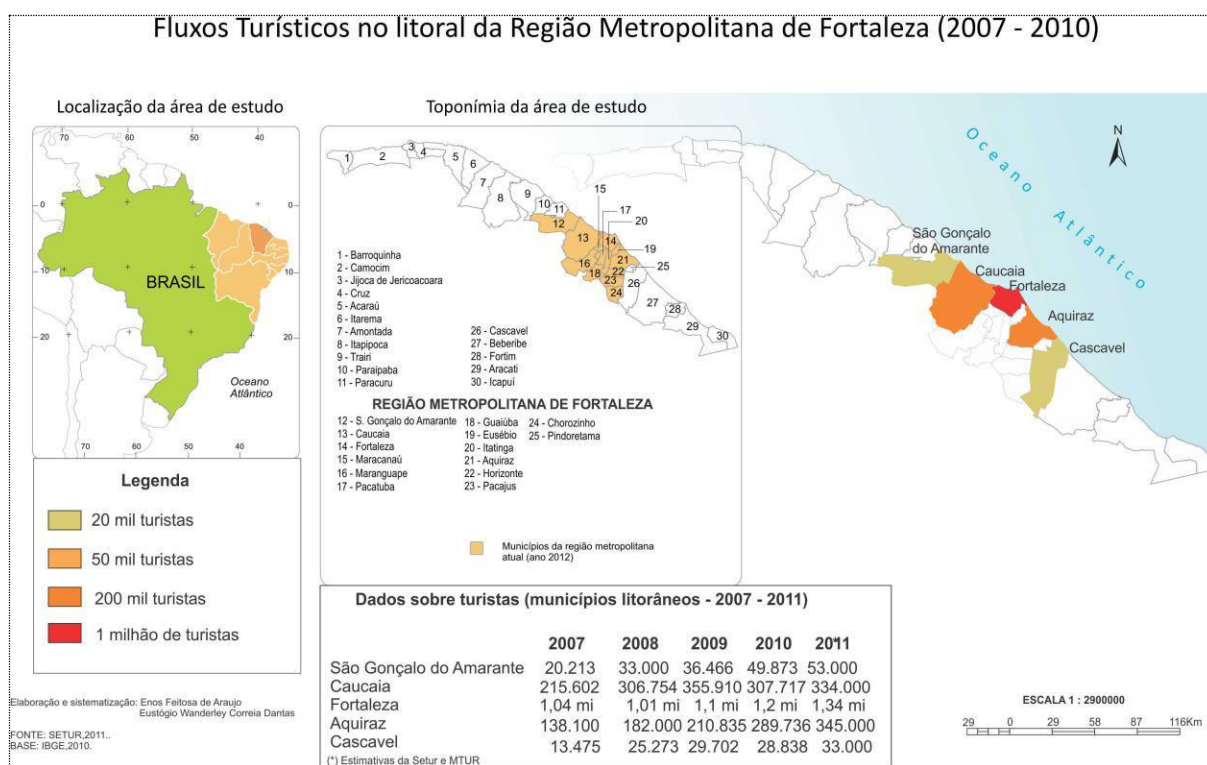
Em outras palavras, a cidade de Fortaleza caracteriza-se pela centralidade dos serviços e decisões turísticas no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza promovendo ações descentralizadoras voltadas principalmente ao litoral metropolitano e adjacente à sua tessitura urbana, agregando cada vez mais empreendimentos turísticos.

Desta forma, a cidade de Fortaleza destaca-se como o principal destino turístico do Ceará, e concomitante à sua valorização, outros municípios litorâneos do tecido metropolitano (Aquiraz e Caucaia, principalmente) consolidam também com maiores fixos e fluxos. Assim, o litoral da RMF torna-se alvo de investimentos públicos e privados em crescentes fluxos e construção de fixos.

Com o aumento de investimentos estatais e privados, os fluxos turísticos direcionados ao Ceará aumentam consideravelmente, capitaneado pela capital Fortaleza e pelos municípios de Aquiraz e Caucaia, além de outros municípios que possuem relevantes fluxos e dinâmicas turísticas, como Jijoca de Jericoacoara à oeste cearense e Aracati ao leste do Estado.

Em 2010, os fluxos turísticos do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza concentra quase 60% de todo os turistas cearenses, capitaneado por Fortaleza (1,2 milhão), seguidos de Caucaia (307 mil), Aquiraz (290 mil) e Beberibe (244 mil, fora da RMF, porém no litoral leste), em um total de 2,7 milhões. (Ver mapa)

**Mapa 13 – Fluxos turísticos do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza**



Ao mesmo tempo em que a cidade de Fortaleza aumenta seus fluxos turísticos, os municípios adjacentes (Caucaia e Aquiraz) aumentam também consideravelmente, em níveis de 43% e 115%, respectivamente. Desta forma, se consolida um fluxo turístico metropolitano centralizador e descentralizador, e outros municípios (Cascavel e São Gonçalo do Amarante) apresentam menores dinâmicas, e até retrações estatísticas.

Para compreendermos os fluxos turísticos e a centralização espacial, é relevante compreendermos o papel da elite quanto à expansão urbana e imobiliária. Em muitos casos, espaços litorâneos apresentam concentração de

empreendimentos turísticos, imobiliários residenciais e vilegiaturistas, promovendo uma urbanização litorânea a partir da lógica metropolitana.

Grosso modo, as dinâmicas turísticas se relacionam no controle das classes mais abastadas, ou seja, a relação entre as elites internacionais, nacionais e as de Fortaleza. Desde os grandes investimentos de empreendimentos (internacionais), grandes hotéis (nacionais e internacionais) até às agências turísticas, notadamente oriundas da própria Fortaleza.

Assim, conforme discutido no capítulo 1 e os primeiros dados sobre os fixos turísticos, sabemos que a elite política e econômica de Fortaleza tem um papel fundamental para as práticas de lazer, e entre elas, o turismo. Além da articulação de planejamentos e ações voltadas ao turismo, a elite tem um papel relevante na decisão das dinâmicas e a produção espacial da cidade.

Ao relacionarmos a elite ao desenvolvimento da cidade e do próprio turismo na cidade de Fortaleza, Bacelar (2000) tem uma tese interessante sobre o fortalecimento urbano da capital cearense e do Ceará. Para a autora, os empresários de Fortaleza tomam o poder da economia dos oligárquicos rurais, e promovem uma centralização de investimentos e lógicas econômicas na cidade.

Ainda segundo a autora, o considerável crescimento da cidade de Fortaleza torna-se, assim, resultante dos esforços políticos e econômicos destes empresários que industrializam o próprio Estado com recursos locais. E posteriormente, conforme já discutimos a transição da indústria para o turismo, é também iniciada e incentivada pelos poderes empresariais (leia-se governo Tasso).

Assim, ao relacionarmos a produção espacial de Fortaleza e os espaços do turismo que fora norteadas pelas negociações das classes mais abastadas, percebemos que as áreas mais valorizadas coincidem com as áreas que concentram os principais pontos e empreendimentos turísticos, reforçando o papel atual do planejamento metropolitano e cidadão a partir do turismo.

Conforme já analisamos os dados anteriores, a maioria da infraestrutura urbana – além das agências turísticas e empreendimentos turísticos – se localizam nos bairros de Aldeota, Meireles e Praia de Iracema. Assim, produz-se de certa

forma, uma “Fortaleza turística”, ou mais exatamente, produzem áreas turísticas em Fortaleza.

Oliveira (2006) considera que estas áreas constituem relações no tecido urbano de Fortaleza que tem servido de referencial permanente à demarcação de lugares turísticos. Grosso modo, estas áreas turísticas relacionam-se a imagem turística de Fortaleza. Constrói-se uma Fortaleza litorânea, moderna e turística.

Serrano (2000) cita que estas representações visam antes de tudo, um “circuito de ilusões” normalmente padronizado para a realização das dinâmicas turísticas. Desta forma, Kripeendorf (2000) complementa que nas áreas turísticas a segurança, a infraestrutura urbana consolidada é essencial para a boa imagem da cidade.

Ainda segundo o autor, o turismo tem aspectos predominantemente urbanos, pois, reflete a própria sociedade atual (ou seja, urbana). Assim, a sociedade urbana procura lugares urbanos (posso até dizermos, “turísticos”) que sejam suscetíveis à realização de desejos e necessidades criadas pelas variadas representações e lógicas socioespaciais (HARVEY, 2011).

No caso da cidade de Fortaleza não é diferente. O turismo é predominantemente urbano, ocupando espaços litorâneos, principalmente nas áreas centrais e de expansão urbana. Assim, existe uma relevante relação entre as áreas de consolidação e expansão urbana e as áreas turísticas. Mas por outro lado, isso não caracteriza uma cidade meramente turística.

O que vemos na cidade de Fortaleza é a produção espacial litorâneo-turística baseada em grandes fluxos turísticos, por causa da consolidação da infraestrutura (desde a centralidade do aeroporto até a localização de grandes hotéis) e a articulação de vários agentes espaciais e turísticos que reforçam o papel da cidade.

Mas por outro lado, várias áreas da cidade são desarticuladas ou excluídas das dinâmicas turísticas. Assim, produzem-se espaços voltados ao turismo, por isso, os espaços turísticos, mas isso acarreta em contradições espaciais, e assim, estes espaços não são exclusivamente turísticos, por isto, o nosso sentido de espaço ter características híbridas.

Desta forma, as áreas centrais da cidade de Fortaleza também são as principais áreas turísticas, concentrando grande parte dos empreendimentos turísticos. Destacando-se os bairros do Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Praia do Futuro e Mucuripe. Entre estes locais, o Calçadão da Beira-Mar localizado da Praia de Iracema até o Mucuripe constitui-se como o principal marco turístico da cidade.

Assim, consideramos que as áreas turísticas também possuem certas características:

a) a área dos grandes hotéis, concentrados principalmente na Avenida Beira Mar, nos bairros do Meireles e Aldeota;

b) áreas consolidadas com predominância de pousadas e médios empreendimentos, porém, vários equipamentos turísticos, como o bairro de Iracema;

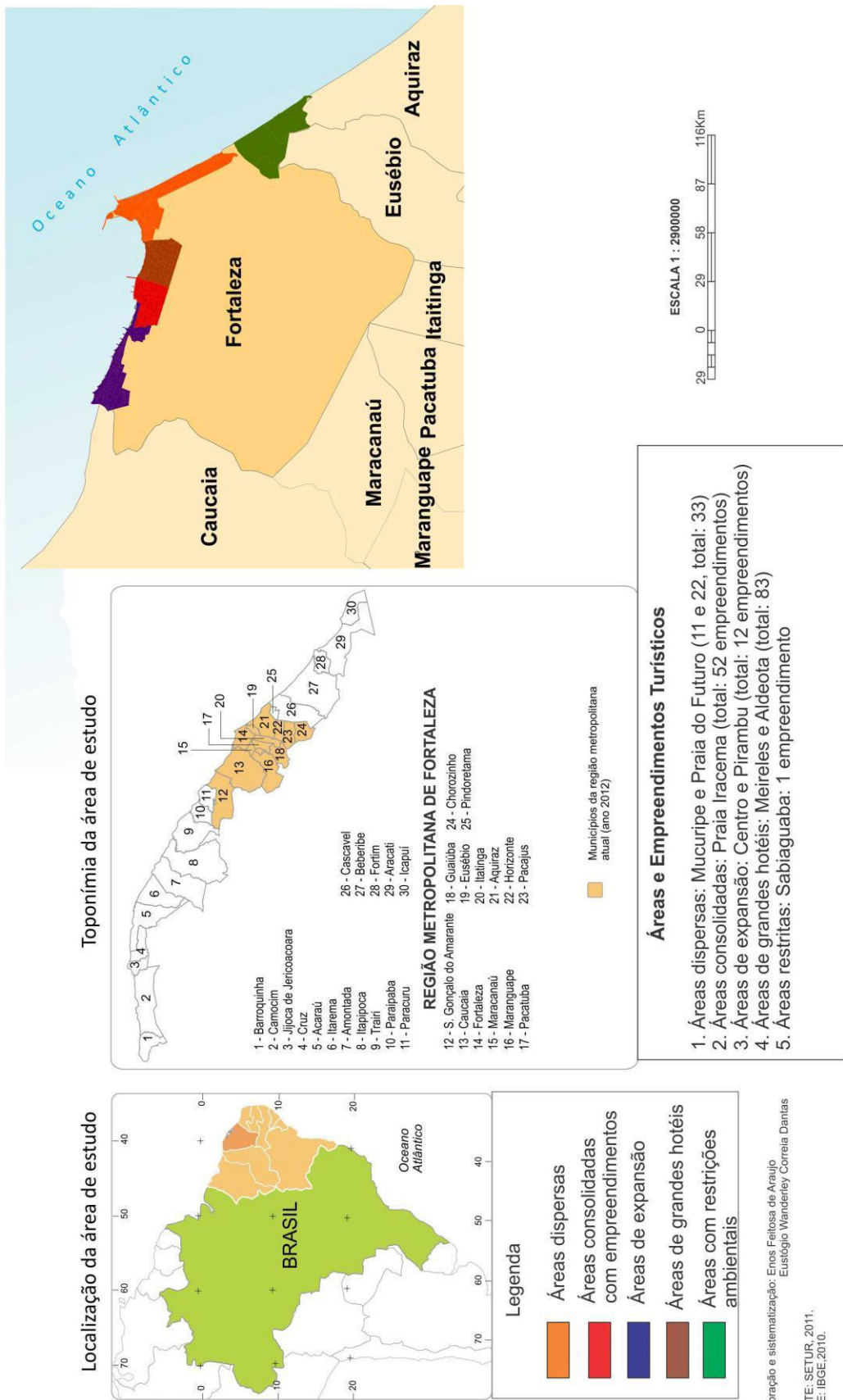
c) áreas dispersivas, que possuem empreendimentos turísticos, porém de forma dispersiva, como a Praia do Futuro;

d) a área de expansão, que possuem investimentos ou que irão receber investimentos, voltados à lógica litorânea e/ou turística, como os bairros de Sabiaguaba e Barra do Ceará.

Longe de caracterizar totalitariamente o espaço urbano de Fortaleza, mas compreendê-lo pela ótica do turismo, propormos estas características socioespaciais vinculadas à atividade turística na cidade de Fortaleza. Então, desta forma, produz-se o espaço urbano de Fortaleza vinculada à atividade turística e outras dinâmicas concomitantemente.(ver mapa 14)

**Mapa 14 – Áreas e concentração de empreendimentos turísticos em Fortaleza/CE**

**Áreas turísticas e tendências na cidade de Fortaleza**



Elaboração e sistematização: Enos Feliposa de Araújo  
 Eustáquio Wanderley Corrêia Dantas

FONTE: SETUR, 2011.  
 BASE: IBGE, 2010.

Ao analisarmos as áreas turísticas de Fortaleza, percebemos que a maioria dos empreendimentos turísticos está concentrado nas áreas litorâneas (Meireles, Praia de Iracema, Aldeota e Praia do Futuro), consolidando um eixo de 159 empreendimentos vinculados ao turismo, ou seja, praticamente 80% de todos existentes na cidade.

Outras áreas litorâneas também possuem empreendimentos, como a Praia do Futuro, mas esta possui uma lógica mais dispersa. Com 22 empreendimentos, o bairro apresenta uma urbanização dispersa com várias aglomerações subnormais e terrenos vazios. Mas por outro lado, nos últimos anos, vários empreendimentos imobiliários e turísticos estão sendo construídos.

Nestas áreas mais nobres da cidade, também consolida uma expansão urbana que como tem alguns vínculos com o turismo, chamamos de expansão urbana e turística, ou seja, tanto empreendimentos imobiliários como turísticos são realizados, e a própria vilegiatura marítima é um outro fator de expansão urbana destas áreas.

Destacam-se como bairros de expansão urbana, aqueles localizados ao sudeste da cidade, como Sabiaguaba, Messejana, Água Fria, que chega até os municípios de Eusébio<sup>20</sup> e Aquiraz. E no lado oposto, à oeste da cidade, a expansão litorânea são as áreas do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, com o projeto Vila do Mar<sup>21</sup> que ainda tem objetivos voltados à população local, porém que pode ser integrada à área turística.

Outras áreas destacadas são as áreas ambientais, como a de Sabiaguaba, que como possui um parque e uma APA, não pode receber grandes fluxos turísticos, mas passa por estudos que viabilizem um aproveitamento turístico, mas na atualidade, os fluxos predominantes para a área são vários banhistas da própria cidade. Assim, a cidade de Fortaleza comporta-se com sua lógica espacial híbrida, ao mesmo tempo, comercial, imobiliária e turística.

---

<sup>20</sup> Nogueira (2011) estuda a lógica imobiliária de Eusébio, comprovando a expansão urbana de Fortaleza (metrópole) e Pereira (2006) compreende a lógica imobiliária destinada a vilegiatura marítima no município de Aquiraz.

<sup>21</sup> O Projeto Vila do Mar é recente, com ações ainda decorrentes, por isso nossa análise não foi completamente realizada.

### **4.3. Os espaços turísticos de grandes fluxos: resorts e os grandes empreendimentos**

A metáfora de espaços turísticos de grandes fluxos é utilizada neste tópico, para falarmos sobre os fluxos intermetropolitanos, que se destacam os grandes empreendimentos turísticos. Neste rol, apresentam-se os resorts e complexos turísticos originários principalmente de grandes investimentos financeiros estrangeiros.

As principais localidades litorâneas que estão inseridas nestes grandes fluxos são a de Porto das Dunas (Aquiraz/CE) e Cumbuco (Caucaia/CE). Mas por que estas? Baseados na análise dos textos de Silva (2006), Araujo (2009, 2011a, 2011b), Pinho (2004), Sampaio (2009), Pereira (2006), percebemos que estas localidades têm características similares:

a) A estrutura fundiária é baseada em loteamentos, e por isto, facilitou o desenvolvimento de grandes empreendimentos, pois, geralmente, nas áreas litorâneas, a documentação oficial dos imóveis é incompleta ou inexistente;

b) O contexto de consolidação do loteamento concorda com a emergência turística: final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A vinculação da vilegiatura ao turismo internacional é um dos fatores importantes para a consolidação de grandes empreendimentos;

c) Estas áreas estavam fora da ocupação dos anos 1970-80, ou em outras palavras, eram vazios urbanos ou terras de reserva. No caso de Porto das Dunas, a área sudeste da RMF era praticamente inabitada, enquanto Cumbuco era a parte mais extrema e menos ocupada do litoral de Caucaia, que o Icaraí reinava como principal localidade;

d) Desta forma, apresentaram-se como locais de especulação imobiliária para os agentes fundiários e imobiliários (articulando-se com a lógica internacional), que podiam produzir espaços diferenciados de outras áreas litorâneas que já possuíam fluxos consolidados principalmente vinculados à vilegiatura marítima de fluxos locais;



Com estes fatores principalmente fundiários e imobiliários, estas duas localidades (Porto das Dunas e Cumbuco) se consolidaram nos anos 2000 como os principais destinos turísticos da RMF – logo após Fortaleza – integrando como lugares obrigatórios nos grandes circuitos do turismo na cidade, conforme discutido ainda neste capítulo.

Diferentemente de Fortaleza, estes espaços caracterizam-se por pequenos centros urbanos, onde podemos chamar de resultante de uma urbanização dispersa<sup>22</sup>, que pode gerar pequenos aglomerados urbanos com consideráveis relações socioespaciais com a metrópole. Assim, estes espaços são resultantes da produção espacial metropolitana.

Segundo Araujo (2009) a localidade de Cumbuco (Caucaia/CE) era uma aldeia de pescadores, que foi loteada a partir dos anos 1970, e que se tornou um importante local de empreendimentos imobiliários relativos a vilegiatura e ao turismo. Com a ebulição do discurso turístico nos anos 1980, Cumbuco tornou-se uma das mais importantes praias do oeste do litoral da RMF.

Por outro lado, literalmente e espacialmente, a localidade de Porto das Dunas em Aquiraz/CE, foi resultante de um grande loteamento originário dos anos 1970, mas não tinha praticamente ocupação habitacional, ou seja, a localidade litorânea originou-se a partir das práticas de lazer – notadamente vilegiatura e turismo – que tornaria para alguns, um “enclave turístico<sup>23</sup>” (SAMPALIO, 2008)

Assim, com a ocupação efetiva pelos fortalezenses, o loteamento foi considerado um sucesso, mas, com o mesmo contexto dos anos 1980, o turismo foi decisivo para consolidar a localidade, pois, com o Governo das Mudanças e a

---

<sup>22</sup> Segundo Limonad (2007) a “urbanização dispersa” assume diversas manifestações, inclusive no Brasil tem suas particularidades. O autor fala da “urbanização e contraurbanização” ilusória em algumas cidades, que levaria a entender um efeito “contraurbanizador”. Mas o autor enfatiza a acumulação flexível (período que iniciaria em 1972) que faria que a urbanização não precisasse necessariamente de “concentração de equipamentos ou serviços urbanos”, e assim, “produzindo” esta “urbanização dispersa”, que de forma espacial pode ser dispersa, mas articulada com a lógica metropolitana.

<sup>23</sup> “Enclave turístico” é um conceito utilizado no turismo e políticas públicas, que fora “utilizado” por nós em Araujo (2009), que origina-se de Ribeiro & Barros (1994) e Kohler (2008) que considera o “enclave turístico” como uma produção espacial a partir da política pública com investimentos para a formação de vários empreendimentos de alto padrão, visando públicos internacionais. Apesar de este conceito ser “relevante” em nossa análise no trabalho supracitado, atualmente, consideramos que o conceito não consegue “explicar e compreender” a análise metropolitana da produção espacial turística em Fortaleza.

vinculação com a iniciativa privada em prol da atividade, as ações de grandes empreendimentos foram consolidadas nestas localidades.

Grosso modo, são espaços litorâneos produzidas a partir da consolidação de um discurso turístico e condições político-econômicas que o turismo já conseguia atrair investimentos de vários setores – notadamente o imobiliário e hoteleiro – econômicos e assim, promoverem dinâmicas turísticas no espaço metropolitano de Fortaleza.

Vários resorts são construídos nestas duas localidades. Em Porto das Dunas este numero chega ao numero de 7 empreendimentos, todos de níveis internacionais, sendo que um está em implantação. Enquanto Cumbuco, possui dois empreendimentos, porém, com especulações de implantações de outros resorts, nos próximos anos.

Segundo dados do Google Earth<sup>24</sup>, Cumbuco e Porto das Dunas possuem área aproximada de 10 km<sup>2</sup> e 9,4 km<sup>2</sup>, além de 11 km e 6 km de costa litorânea, com distâncias médias de 29 km e 42 km, respectivamente. Com os dados, podemos empreender que são localidades pequenas, mas com consideráveis espaços litorâneos e relativamente próximos da cidade de Fortaleza.

Desta forma, são espaços litorâneos que recebem investimentos públicos (com infraestrutura) e privados (com vários empreendimentos turísticos). Assim, Porto das Dunas e Cumbuco são localidades privilegiadas pelo relativo fácil acesso<sup>25</sup> com vias rodoviárias diretas e indiretas. No caso do primeiro, é a CE-025 e CE-040, e o segundo, através da CE-085 e CE-090.

Vários investimentos do PAC I e II, além do Pac da Copa pretendem duplicar o atual Anel Viário metropolitano<sup>26</sup> para articular fluxos metropolitanos de

---

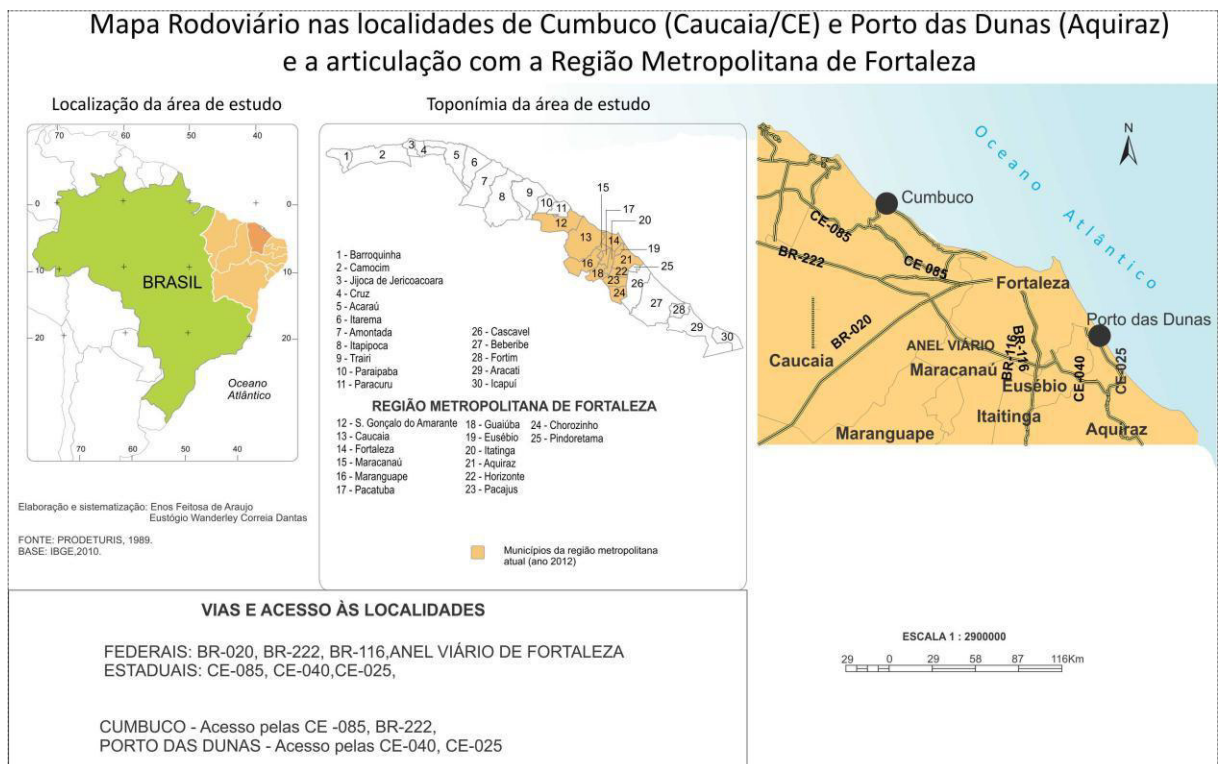
<sup>24</sup> Como não existem dados oficiais sobre as duas localidades, os cálculos são aproximados, pois, foram feitos no Google Earth Professional, com as funções de área, extensão, e podem existir erros, devidos às variações de escala e projeções cartográficas, além das resolução espaciais utilizadas.

<sup>25</sup> O termo “relativo fácil acesso” deve-se à fácil locomoção por automóvel, pois na localidade de Porto das Dunas inexistente qualquer linha de ônibus e raramente passam transportes alternativos, consolidando um certo “isolamento espacial”. Por outro lado, Cumbuco possui linhas de ônibus, porém, com destinos pontuais. Uma para a sede de Caucaia, e a outra para o Centro.

<sup>26</sup> Esta obra de “duplicação” do Anel Viário seria realizada a partir de 2009 pelo DNIT, mas por acusações de desvios de verbas públicas, a obra sequer é iniciada, e somente agora em 2012, o Governo Federal do Ceará

Aquiraz à Caucaia, sem a passagem obrigatória pela cidade de Fortaleza. Tal contexto reforçaria ainda mais a articulação metropolitana e a facilidade de acesso à estas duas localidades.

**Mapa 15 – Vias rodoviárias nas localidades de Cumbuco e Porto das Dunas e a articulação com a Região Metropolitana de Fortaleza.**



Desta forma, a articulação metropolitana com as duas localidades, promovem a urbanização litorânea a partir da ampliação dos empreendimentos imobiliários (para usos de primeira e segunda residência), além dos empreendimentos turísticos. Produz-se assim, praticamente espaços litorâneos voltados às práticas de lazer.

Assim, a abertura ao mercado internacional promove a construção de vários empreendimentos imobiliários em aspectos internacionalmente padronizados,

assume a obra, que até março/2012 ainda não estaria com obras iniciadas. (O POVO, 2011; 2012). Por este motivo, esta obra não está citada nas citadas do PAC, no capítulo 3.

inclusive, os próprios anúncios são em línguas estrangeiras. Por exemplo, em Cumbuco, existe até castelos (foto 1) que segundo populares, seria um imóvel pertencente a um padre escocês.

### Foto 1 e 2 – Castelos em Cumbuco e Vila Galé Cumbuco



Fonte: ARAUJO,E.F, 2012.

Desta forma, a localidade de Cumbuco tem vários empreendimentos voltados às atividades turísticas. Entre as que se destacam é o Resort Vila Galé Cumbuco construído desde 2009 e finalizado no ano de 2011, com objetivos de alavancar o fluxo turístico de Caucaia e também estar no rol dos empreendimentos possíveis das seleções da Copa do Mundo de 2014.

Apesar das similaridades entre Porto das Dunas e Cumbuco quanto à suas dinâmicas turísticas, ou seja, as espaços litorâneos com grandes fluxos turísticos, a localidade de Porto das Dunas tem um aspecto mais elitizado do que Cumbuco, devido principalmente que a localidade também possui um “status” elevado quanto as primeiras residências.

Em outras palavras, a localidade de Porto das Dunas também passa por uma consolidação de empreendimentos imobiliários voltados à primeira residência, onde conjuntamente com o município de Eusébio, são as principais áreas de expansão urbana do litoral leste da cidade de Fortaleza. Mas este processo acontece conjuntamente à valorização da localidade pela vilegiatura marítima e o turismo litorâneo. (ver Figuras 3 e 4)



**Figuras 3 e 4 – Beach Park Suítes Resort e Aquiraz Riviera.**



Fonte: ARAUJO, E.F e [www.beachpark.com](http://www.beachpark.com).

Como visto na foto 4, o Aquiraz Riviera é o principal empreendimento turístico da Região Metropolitana de Fortaleza quanto à área construída, número de leitos e prédios e principalmente quanto aos investimentos realizados, notadamente oriundos da Espanha. O Aquiraz Riviera apresenta-se como um complexo turístico com hotéis, resorts, campos de golfe, casas para compra e venda, além de outros estabelecimentos (Figuras 5 e 6)

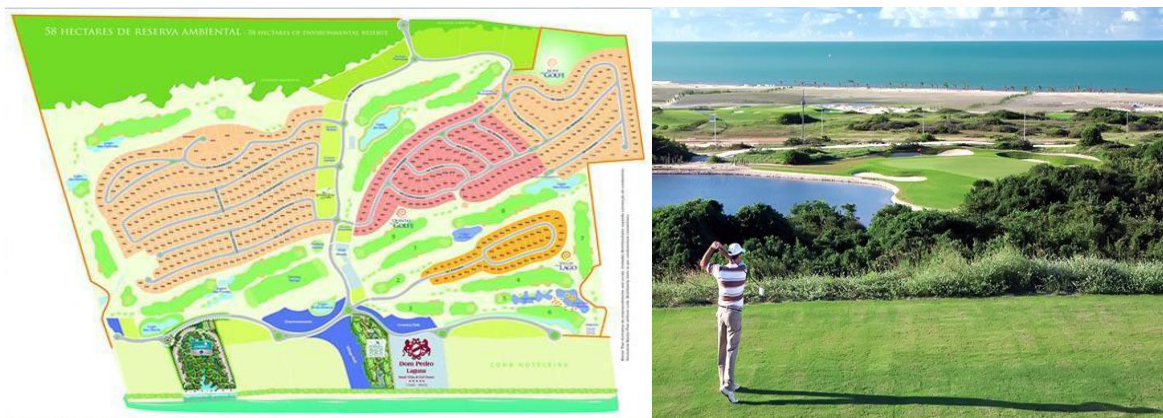
**Figuras 5 e 6 – Paisagem arquitetônica do Aquiraz Riviera e o Hotel Dom Pedro Laguna**



Fonte: [www.aquiraz-riviera.com](http://www.aquiraz-riviera.com) e ARAUJO, E.F (março/2012).

O Aquiraz Riviera possui empreendimentos de diversas finalidades, como o Master Plan (para construção de residências), o Hotel Dom Pedro Laguna (fins hoteleiros), Village Mall (fins comerciais) além do Riviera Beach Place e Manhattan Beach Riviera (fins hoteleiros e turísticos), totalizando uma área de 285.000 m<sup>2</sup> e quase 2 kms de frente ao mar.

**Figuras 7 e 8 – Plano do Aquiraz Riviera e suposta imagem<sup>27</sup> do primeiro campo de golfe do Aquiraz Riviera.**



FONTE: [www.aquiraz-riviera.com](http://www.aquiraz-riviera.com)

O empreendimento Aquiraz Riviera é o principal exemplo da relevância da Região Metropolitana de Fortaleza no trade turístico mundial. Pois, com a ampliação de infraestrutura e por ser sede da Copa do Mundo de 2014, a cidade de Fortaleza apresenta-se como um dos destinos mais importantes a serem investidos por recursos financeiros, notadamente estrangeiros.

Tais investimentos podem ser confirmados pelos dados de demanda de turistas, pois os municípios de Aquiraz e Caucaia (norteados por Porto das Dunas e Cumbuco, respectivamente) tem aumento considerável de demanda de turísticas. Caucaia passa de 215,6 mil turistas em 2007 para 307,7 mil em 2011, um aumento

---

<sup>27</sup> Segundo o Clube de Sócios de Golfe do Aquiraz Riviera, desde 2010, foi inaugurado o primeiro campo de golfe em Aquiraz Riviera. Porém, várias infraestruturas próximas à este campo, até março/2012 não tinha sido concluída.

de 42,7%, enquanto Aquiraz passa de 136,1 mil em 2007 para quase 290 mil em 2011, representando um aumento de 113%.

Ao mesmo tempo em que os fluxos aumentam, o número de empreendimentos também crescem nestas duas localidades. Porto das Dunas consegue destacar perante Cumbuco, devido aos grandes investimentos estrangeiros. Os dados da SEMACE comprovam a concentração de empreendimentos imobiliários e turísticos em Porto das Dunas.

**Tabela 13 – Licenciamentos no litoral da RMF (2000 – 2012)**

Município	Complexos Turísticos e Hoteleiros	Hotéis, pousadas e hospedarias	Parques Temáticos	Total	Participação da localidade <sup>1</sup> (em%)
Aquiraz	5	23	3	31	81%
Caucaia	4	5	0	9	100%
Cascavel	2	1	0	3	-
S.G.Amarante	0	3	0	3	-
Fortaleza	0	3	0	3	-

<sup>1</sup>Localidades de Cumbuco e Porto das Dunas em relação ao total do município

FONTE: SEMACE, 2011.

Segundo os dados da SEMACE, a localidade de Cumbuco concentra 100% dos licenciamentos turísticos de Caucaia, mas contém 9 empreendimentos, enquanto Porto das Dunas concentra 81% do município de Aquiraz, mas sendo 25 empreendimentos. Tal conjuntura mostra que a expansão urbana de Fortaleza concomitante à valorização turística são os principais fatores desta dinâmica em Porto das Dunas.

Assim, nos espaços privilegiados pelo turismo existem relações desiguais quanto ao fluxo turístico. Em outras palavras, o planejamento turístico reflete a ordem e expansão de divisas econômicas que se vincula aos interesses de vários agentes sociais, espaciais e financeiros, conforme os aspectos do turismo com viés internacional nas últimas décadas.

Assim, ao já falarmos que a instalação de empreendimentos turísticos coincide com a construção de primeiras residências voltadas às classes mais abastadas, o preço da terra e de imóveis sobre consideravelmente, respondendo tanto à crescente demanda e a especulação imobiliária em torno do status e dos empreendimentos turísticos.

Arelado à expansão metropolitana de Fortaleza, o litoral leste metropolitano recebe recursos do próprio Tesouro Estadual em infraestrutura, além de obras vinculadas à Copa 2014, PAC e indiretas do PRODETUR I,II e Nacional. Por ser considerado espaços urbanos vinculados à cidade de Fortaleza, o turismo nestas áreas é favorecido por essa interligação urbana.

Por isso, mesmo com recursos do PRODETUR I,II e Nacional, a localidade de Cumbuco tem preços de imóveis menores que de Porto das Dunas e Presídio, que possuem fluxos metropolitanos mais consolidados. Esta dinâmica de expansão metropolitana do litoral Leste, conjunta à políticas públicas no litoral oeste, com menos infraestrutura, reflete o cenário de fluxos turísticos na RMF.

**Tabela 14 – Preços de Imóveis (em média por m<sup>2</sup>) nos municípios de Aquiraz e Caucaia (por localidades)**

Caucaia		Aquiraz	
Localidade	Preço médio (R\$)	Localidade	Preço Médio (R\$)
<b>Cumbuco</b>	<b>R\$ 2.150,00</b>	Presídio	R\$ 4.312,50
Icaraí	R\$ 1.786,00	<b>Porto das Dunas</b>	<b>R\$ 3.937,50</b>
Tabuba	R\$ 1.746,00	Iguape	R\$ 1.386,00
Pq.Tabapuá	R\$ 1.509,00	Centro	R\$ 1.380,00
Pq.Potira	R\$ 1.490,00	Prainha	R\$ 1.236,00
<b>MÉDIA MUNICÍPIO</b>	<b>R\$ 1.441,92</b>	<b>MÉDIA MUNICÍPIO</b>	<b>R\$ 2.450,40</b>

FONTE: FIP ZAP, 2012.



Segundo os dados do FIPE/ZAP<sup>28</sup> entre os anos de 2007 e 2012, a média municipal do valor imobiliário das principais localidades (notadamente litorâneas) de Aquiraz é de R\$ 2.450,40, enquanto a média municipal de Caucaia é de R\$ 1.441,92. Desta forma, perfaz uma diferença de quase 70% entre Aquiraz e Caucaia.

Entre as localidades, as três primeiras do município sempre são litorâneas, mas os valores médios das localidades de Aquiraz é em média 100% maior que de Caucaia. Presídio e Porto das Dunas tem uma média de R\$ 4.312,50 e R\$ 3.937,50, respectivamente, enquanto Cumbuco e Icaraí apresentam R\$ 2.150,00 e R\$ 1.786,00, respectivamente.

Como já falamos anteriormente, estes dados de média imobiliária e a concentração de empreendimentos turísticos e imobiliários no município de Aquiraz é compreendido pela expansão urbana e turística. Ou seja, a concentração das primeiras residências e concomitante, vários empreendimentos turísticos de alto nível internacional, notadamente com resorts e condomínios de luxo.

Desta forma, apesar das espaços litorâneos de Cumbuco e Porto das Dunas terem suas similaridades e contrastes, concentram grande parte dos empreendimentos turísticos no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza, principalmente quanto aos resorts, apartoteis, chalés e outros empreendimentos turísticos de grande porte.

Os resorts por ocuparem grandes áreas, localizam-se principalmente nas áreas de expansão urbana e/ou turística. Tal lógica imobiliária é mais relevante na localidade de Porto das Dunas. Assim, distinguem-se principalmente, núcleo primário e secundário de concentração de empreendimentos (vide Mapa 16)

Com os dados do MTUR, SETUR e trabalhos de campo, se conseguiu realizar a localização e a tipologia dos empreendimentos turísticos de Porto das Dunas (Aquiraz/CE) e Cumbuco (Caucaia/CE). Como no mapa da pág , Porto das

---

<sup>28</sup> Fipe/ZAP é um site da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que a partir dos lançamentos de imóveis (venda e aluguel) de várias cidades, notadamente as mais importantes do Brasil, que tem estatísticas relevantes do mercado imobiliário principalmente a partir dos anos de 2007.

Dunas possui 26 empreendimentos turísticos e Cumbuco, 22 empreendimentos (Tabela 15 e Mapa 16 )

**Tabela 15 – Empreendimentos Turísticos em Cumbuco (Caucaia/CE) e Porto das Dunas (Aquiraz/CE)**

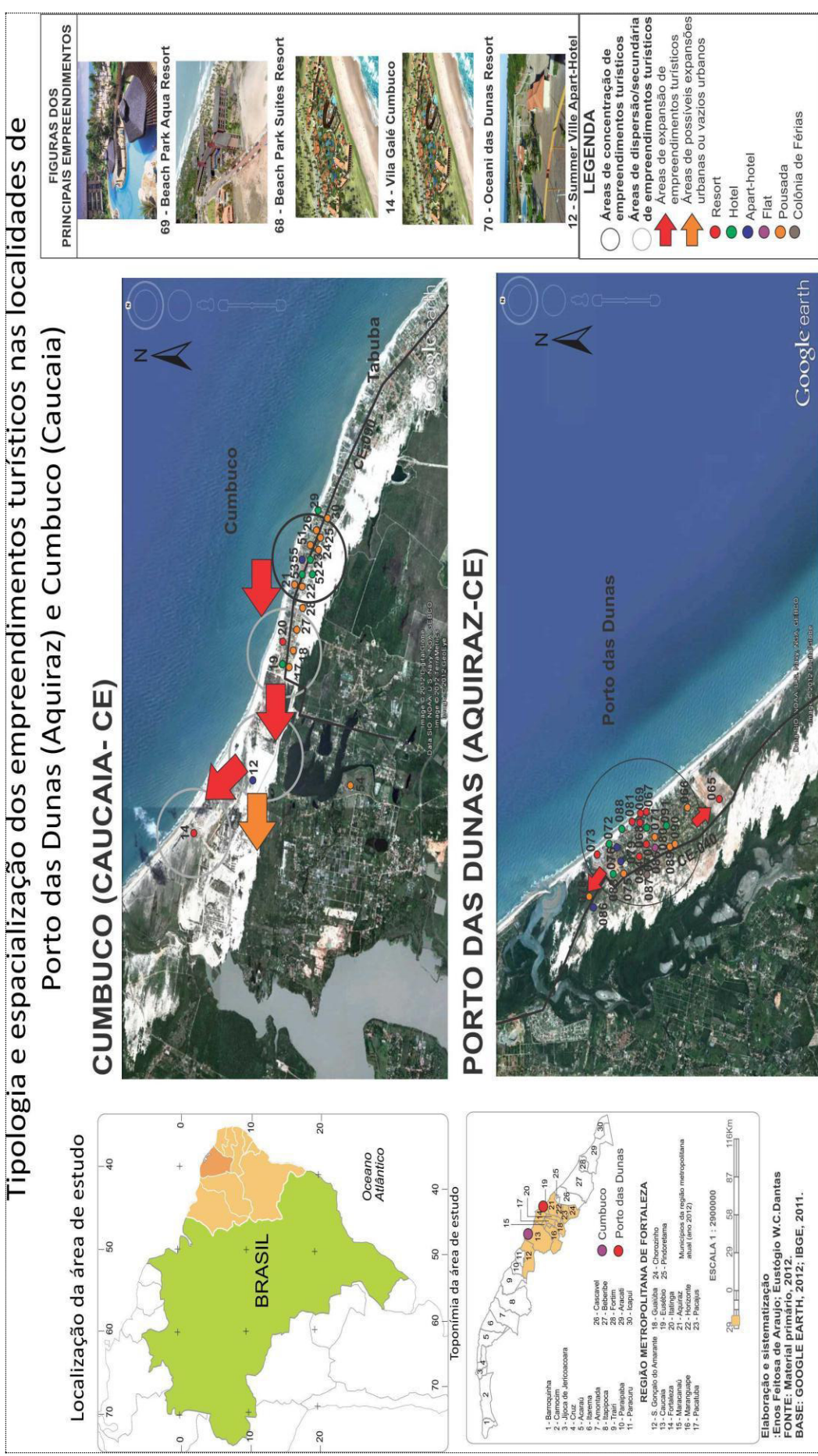
Cumbuco				Porto das Dunas			
GPS	NUM	EMPREENDIMENTO	TIPO	GPS	NUM	EMPREENDIMENTO	TIPO
12	1	Summer Ville	Apart-Hotel	65	1	Golf Village Resort	Resort
14	2	Vila Galé Cumbuco	Resort	66	2	Pousada Mama Rosália	Pousada
15	3	Hotel Arutam	Hotel	67	3	Beack Park Living	Resort
17	4	Pousada Brazita	Pousada	68	4	Beack Park Suites Resort	Resort
18	5	Pousada Vela Azul do Cumbuco	Pousada	69	5	Beack Park Aqua Resort	Resort
19	6	Sunset Beach Hotel	Hotel	70	6	Oceani Das Dunas Resort	Resort
20	7	Beach Resort e Spa	Resort	71	7	Kalamart Hotel	Hotel
21	8	Pousada Vilas de Cumbuco	Pousada	72	8	Casa Hotel Taiba	Hotel
22	9	Pousada Maracujá	Pousada	73	9	Portamaris Resort	Resort
23	10	Paradise Hotel	Hotel	74	10	Aquaville Resort Hotel	Resort
24	11	Pousada Pouso da Praia	Pousada	75	11	Pousada Areia Branca	Pousada
25	12	Pousada Porto Azul	Pousada	76	12	Arbório Apart Hotel	Apart-hotel
26	13	Pousada Jardim do Cumbuco	Pousada	78	13	Pousada Jade	Pousada
27	14	Hotel Club Santa Fé	Hotel	79	14	Village Porto Riviera	Apart-Hotel
28	15	Pousada Cara pro Sol	Pousada	80	15	Pousada Planet Dunas	Pousada
29	16	Pousada Barcelona	Pousada	81	16	Beack Park Welhess Resort	Resort
30	17	Hotel Tendas do Cumbuco	Hotel	82	17	Pousada Porto Das Dunas	Pousada
51	18	Pousada Praia Paiaguás	Pousada	83	18	Pousada Itália Beach	Pousada
52	19	Pousada Dunas de Cumbuco	Pousada	84	19	Tropicaliente Resort Hotel	Resort
53	20	Hotel Casa Dona Rosa	Hotel	85	20	Vila Do Porto Flat E Hotel	Flat
54	21	Pousada Lagoa do Banana	Pousada	86	21	Portugal Village Residence Service	Apart-Hotel
55	22	Chalé de Cumbuco	Flat	87	22	Colonia de Férias Porto das Dunas	Colônia

88	<b>23</b>	Cristal Park Hotel	Hotel
89	<b>24</b>	Pousada Cultural Canto Dos Poetas	Pousada
90	<b>25</b>	Pousada Planet Pasta	Pousada
91	<b>26</b>	Sables Blancs Apart Hotel	Hotel

---

FONTE: SETUR, 2011; MTUR, 2012; *Trabalhos in loco*, 2012.

# Mapa 16 – Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades de Cumbuco (Caucaia/CE) e Porto das Dunas (Aquiraz/CE)



Analisando o mapa, os espaços litorâneos de Cumbuco e Porto das Dunas possuem um núcleo de concentração de empreendimentos. Enquanto no primeiro, é próximo ao centro da própria localidade e no eixo da CE – 090 próximo a Tabuba, enquanto o segundo, este núcleo conserva-se ao redor do Beach Park, que apresenta-se como o primeiro empreendimento da localidade.

No que podemos empreender, a centralidade do Beach Park é relevante quanto à produção espacial do Porto das Dunas tanto na questão imobiliária como na turística, enquanto Cumbuco não consegue ter um equipamento-mor turístico, mas tem implantação de vários equipamentos turísticos, na qual, o Vila Galé Cumbuco, construído em 2011, deverá ser em breve, o destaque.

O resort de Vila Galé se localiza em áreas de expansão turística, pois, está à 5 km do núcleo da localidade, por isso, outros empreendimentos localizam-se nesta distância, como o caso de Summer Ville, que é um empreendimento com características híbridas (condomínio, apart e hotel), localizado nesta área até então, vazia.

Mas as duas localidades litorâneas apesar de suas diferenciações socioespaciais, conseguem ter um papel significativo no turismo metropolitano de Fortaleza, pois além de terem vários empreendimentos turísticos, possuem distancias relativas à cidade, o discurso positivo sobre as suas imagens, além de incentivos a eventos e festas.

Estes espaços tornam-se a continuidade do espaço litorâneo de Fortaleza, tanto na produção espacial (a partir dos agentes espaciais) como no convívio e cotidiano (predominantemente urbano e seus comportamentos) e nos interesses (metropolitanos, com vínculo internacional) diversos. O aspecto urbano-metropolitano é inevitável.

Desta forma, percebemos que a lógica de ocupação litorânea não é linear, pois depende de várias teias e relações entre os diversos agentes espaciais e sociais. O espaço litorâneo é construído a partir da lógica híbrida e concentradora-dispersa conforme Limonad (2007) cita. O espaço litorâneo apesar de suas particularidades, também é inserido nesta lógica internacional de produção espacial articulada, com suas diferenças, contradições e prioridades.

Assim, o turismo é articulado ou capturado pelos diversos agentes espaciais e sociais, instituições e indivíduos portadores de capital, no intuito de promover lucro e dividendos, mas por outro lado, estas negociações refletem no espaço, e por terem no âmago capitalista a desigualdade, estas dinâmicas promovem um espaço híbrido com diferenciações socioespaciais.

#### **4.4. Os espaços híbridos do turismo da RMF**

Antes de iniciarmos a discussão dos espaços híbridos do turismo da RMF, precisamos explicar o porquê do termo híbrido. Segundo o Dicionário Aurélio, híbrido é *“aquilo que é originário da mistura de elementos”, ou “aquele que participa de várias coisas, elementos” ou tem “variadas características, que possui instabilidade”*. São destes significados, que partem a nossa metáfora “espaços híbridos”.

Não que estes espaços sejam os únicos com características híbridas, ou diferenciadas, mas é que estes relacionados com o turismo apresentam características medianas, irregulares e instáveis. Em outras palavras, são espaços que possuem relações turísticas, mas apresentam-se como destinos turísticos alternativos, perante aos grandes circuitos turísticos.

Por outro lado, estes espaços são resultantes de toda esta teia de articulações socioeconômicas que refletem no espaço, todas as suas desigualdades e concentrações de variados elementos (desde o poder de renda, capital, população, entre outros). São lugares que são considerados como reserva de valor, ou terras de reservas ou até reserva de lugares conforme Santos (2008) enfatiza.

Quais seriam estas localidades litorâneas com estas características? Consideramos como espaços híbridos do turismo: Taíba e Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE), Tabuba e Icaraí (Caucaia/CE), Prainha, Iguape, Barro Preto e Presídio (Aquiraz/CE), além de Caponga e Águas Belas (Cascavel/CE).

Longe de esgotar o assunto, mas ao mesmo tempo, querendo compreender as lógicas entre as espaços litorâneos e as dinâmicas turísticas e

metropolitanas, é necessário entender algumas questões particulares da própria lógica metropolitana.

Por exemplo, temos casos específicos, como o caso do Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE) que devido à implantação do Porto do Pecém, tem demandas diferenciadas, como casas para os trabalhadores exteriores, e também o caso do Icarai<sup>29</sup>, que nos últimos anos, tem fluxos para transformação de segunda para primeira residência, além dos casos de Caponga, Prainha, Presídio e Iguape devem-se à predominância de segundas residências<sup>30</sup> e assim, a dinâmica turística é secundária nestas localidades.

A localidade de Taíba é a principal quanto à “hibridização” do turismo e outras práticas de lazer, e ainda mais, quanto ao que pode ser chamado de “imobiliário turístico”. Possui 27 empreendimentos (24 pousadas, 2 resorts e 1 hotel) de hospedagem, tornando-se a segunda localidade da RMF com maior número de empreendimentos.

Além disto, segundo o IBGE (2011), Taíba possui 2.915 domicílios, dos quais 982 são de uso ocasional, ou seja, 34% do total. Desta forma, a localidade de Taíba possui as características de ser turística, vilegiaturista e imobiliária concomitantemente.

Assim, quanto às características das localidades litorâneas com fluxos híbridos turísticos, percebemos que são localidades pequenas, com exceção de Pecém e Taíba com 9 e 7 km<sup>2</sup>, respectivamente, enquanto as outras localidades da Prainha, Presídio, Caponga, Águas Belas, Tabuba e Icarai, possuem 3 km<sup>2</sup>, 1,9 km<sup>2</sup>, 3,3 km<sup>2</sup>, 1,0 km<sup>2</sup>, 3,5 km<sup>2</sup> e 1,7 km<sup>2</sup>, respectivamente.

Por outro lado, são localidades litorâneas que possuem distâncias maiores em relação à Fortaleza. As localidades de Icarai e Tabuba (mais próximas)

---

<sup>29</sup> Por exemplo, Silveira (2011) enfatiza a transformação das segundas residências em primeiras residências no Icarai, porém, ressalta que antes da demanda existente dos empregados do Porto do Pecém, o Icarai já passava por transformações ligadas a metrópole, devido à questão de déficit de imóveis, e os preços baixos até nos anos 2000. Na atualidade, os preços do Icarai tiveram aumento médio de 220%, principalmente na procura da primeira residência. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012).

<sup>30</sup> Segundo dados do IBGE (2011) as localidades de Águas Belas e Cascavel possuem juntas, quase 1.500 domicílios de uso ocasional, número considerável, pois as duas localidades possuem 5.341 domicílios, ou seja, 28% de todos os domicílios são para uso ocasional. Por erros dos dados do IBGE (2011), os dados de Aquiraz não estão completos, mas em 2000, Presídio tinha 76% de domicílios de uso ocasional, Iguape possuía 26,2% e Prainha, 29%.

ficam a 22 km 27 km, respectivamente, porém, Pecém e Taíba ficam à 63 e 75 km, respectivamente. Prainha, Iguape, Presídio, Caponga e Águas Belas ficam a 41 km, 47 km, 51 km, 66 km e 70 km, respectivamente.

São localidades litorâneas que são originárias das aldeias de pescadores<sup>31</sup>, que em sua grande maioria possuem força política considerável, como o exemplo mais forte o de Caponga e Iguape, que possui associação de pescadores com várias ações. A única exceção é o Presídio, que segundo Pereira (2009) é a extensão de Iguape, e são locais predominantemente vazios até os 1980, que atualmente, concentram-se casas de veraneio.

São localidades litorâneas que não recebem grandes investimentos turísticos, exceto a de Taíba, que recebe recursos para a urbanização da praia (PRODETUR II, com R\$ 3,8 milhões), enquanto as outras recebem somente a sinalização turística e recapeamento das estradas locais que levam às tais localidades.

Mas por outro lado, esta falta de investimentos nos espaços litorâneos não evita fluxos, estes principalmente metropolitanos, voltadas para práticas de lazer (excursionismo, banhos de mar e vilegiatura). Desta forma, o discurso marítimo é mais efetivo que o próprio discurso turístico, pois este primeiro é uma cultura, enquanto o segundo volta-se à uma lógica econômica.

Mas estes espaços litorâneos possuem fáceis acessos, por isto, tornam-se destinos turísticos alternativos, ou seja, aqueles turistas que escolhem seus destinos, ou geralmente, não viajam por pacotes turísticos, vinculado à viagens mais particulares, que até procuram destinos turísticos longe dos holofotes dos principais agentes turísticos.

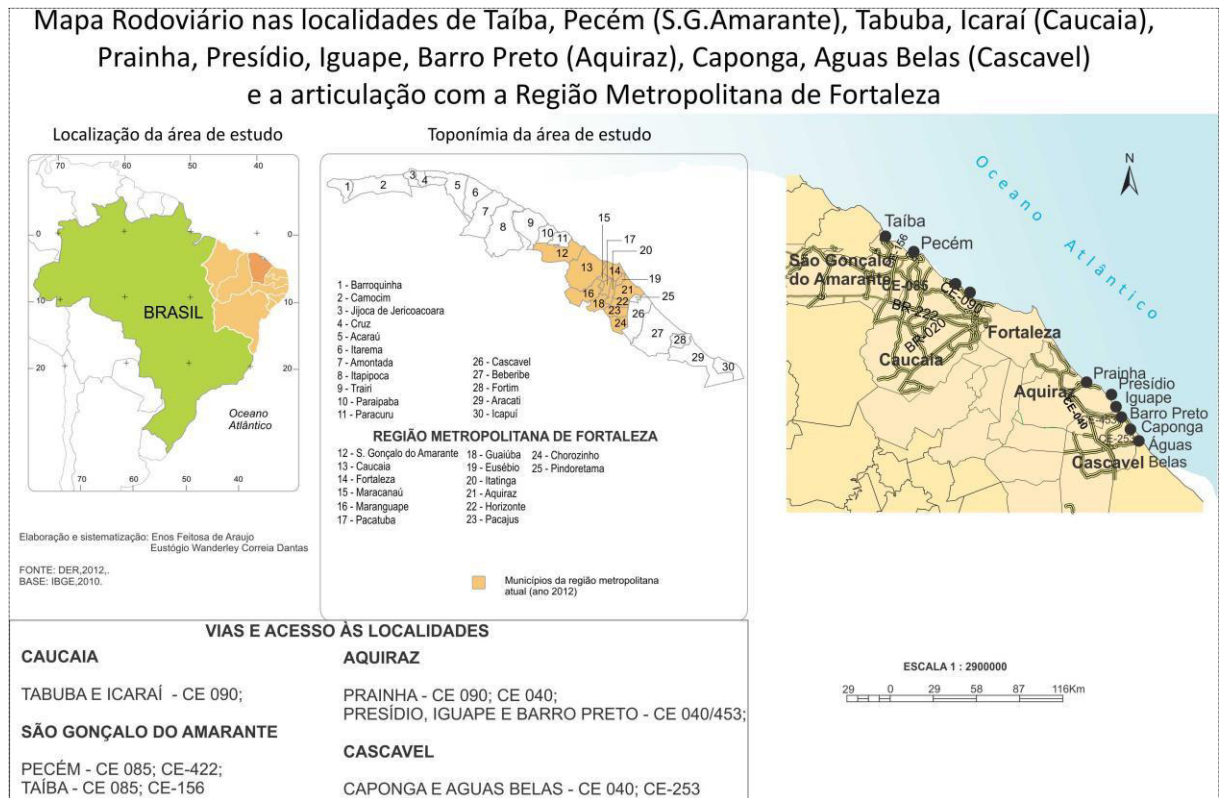
Desta forma, são localidades litorâneas que possuem estradas de asfalto, ligando tanto à Fortaleza, como para as sedes municipais. Ou seja, não são lugares isolados ou de difícil acesso, que facilita os fluxos turísticos, mesmo que fora deste fluxo turístico dos agentes turísticos. (Mapa)

---

<sup>31</sup> Para estudos mais aprofundados sobre a questão comunitária e territorial dos pescadores e os conflitos com as lógicas econômicas dos espaços litorâneos, Lima (2002) discute os territórios dos pescadores/comunidades no litoral cearense.



## Mapa 17- Espaços litorâneos com fluxos “híbridos” turísticos na RMF



AUTOR: ARAUJO, E.F., 2012.

Ao descrevermos as espaços litorâneos supracitadas, pensemos: Por que estas localidades não são digamos, turísticas de alto nível? Deve-se à distância? Força de outras práticas? Apesar de considerarmos estes fatores como importante para a compreensão existe outra lógica mais modificadora e profunda sobre os espaços:

O processo de turistificação (transformação em lugar turístico) dá-se ao sabor do mercado, de empreendedores isolados, quase sempre sem planejamento. Formam-se estereótipos. Tudo é movimento. A identidade conferida ao local pelos turistas e pela mídia é contrastada às vezes, com a identidade dos habitantes, e por outras é reforçada. (BARRETO, 2001, p.17)

Desta forma, a articulação dos agentes envolvidos na lógica turística resulta na produção de espaços turísticos. Como Boyer (2003) é enfático ao dizer que os espaços turísticos são resultantes da evolução sociocultural, ou seja, são criações ou invenções de determinada sociedade a partir das lógicas econômicas e culturais.

Pimentel (2009) complementa nossa análise. O espaço turístico é produzido a partir das intencionalidades realizadas, ou seja, as relações entre o sujeito [homem em suas ações] e o espaço. Ao mesmo tempo, cria-se uma imagem em torno deste espaço. Grosso modo, o espaço turístico é antes de tudo, uma imagem, ou seja, representações. (MIOSSEC, 1976).

Partindo desta lógica espacial à metropolitana de Fortaleza, enquanto estas localidades não são estas invenções turísticas<sup>32</sup>, as localidades estão à margem dos grandes fluxos, porém, possuem empreendimentos voltados a esta dinâmica turística. Apresentam-se diferenciadas das localidades de grandes fluxos, que possuem dinâmicas mais intensas com a metrópole.

No que tange aos empreendimentos, vemos que a sua origem não é somente vinculada aos grandes empreendedores, grandes empresas de hotelaria ou de resorts, mas mostra considerável diversificação até de empreendimentos, desde resorts estrangeiros até pousadas mais sofisticadas e simples, derivadas principalmente de habitantes locais.

Desta forma, a paisagem destes espaços litorâneos tem um aspecto mais diversificado, com empreendimentos variados. Mas apesar de toda a falta de investimentos públicos e articulação turística, estes locais não possuem poucos fluxos turísticos. Muito pelo contrário, são locais que atraem consideravelmente turistas, mas com demandas mais flexíveis e/ou individualistas.

Assim, percebemos a existência de uma lógica de pequenos empreendedores, alguns empreendedores de nível nacional e internacional e agentes imobiliários que participam na produção espacial litorânea destas localidades, de forma que consolidam certos fluxos turísticos, fora de outra lógica de fluxos nacional e internacional turística. Corrobora-se então à este “turismo de segunda linha” da RMF.

---

<sup>32</sup> Urry (2005) quando fala sobre espaço turístico, fala sobre sua “construção”: “Assim, os turistas (até que inconscientemente) e os promotores turísticos passam gradualmente a construir bastidores, de maneira forçada e artificial. Os “espaços turísticos” organizam-se portanto, em torno daquilo que MacCannell denomina uma “autenticidade encenada”. (...) MacCannell argumenta que os “pseudo-acontecimentos” resultam das relações sociais do turismo, e não de uma procura individualista do inautêntico. (URRY, 2005, p.25). Desta forma, podemos considerar as “invenções turísticas” aqueles “espaços” que possuem construções imagéticas e representativas em torno dele, no caso mais consolidado na RMF é o Beach Park, que é considerado como um “parque aquático” ao redor do paraíso, com praias e dunas.

Desta forma, percebemos que estes lugares representam a contradição do próprio sistema capitalista como Carlos (1997) aponta quanto ao turismo. Enquanto existem vários loteamentos para casas – porém, a sua maioria abandonados – existem também pequenas pousadas e hotéis considerados de grande porte.

A contradição existente não é nascente nas classes sociais, mas principalmente na produção espacial. Carlos (1997) anota que o turismo promove uma hierarquia social e espacial, em que produzem espaços diferenciados exclusivos com imagens positivas principalmente para os fluxos nacionais e internacionais, enquanto outros estão fora destes maiores fluxos turísticos.

Desta forma, os espaços são selecionados perante a toda uma lógica de mercado, em que se tornam valiosos ou desprezíveis conforme a teia de relações existentes. Assim, estas localidades apresentam estas contradições espaciais entre o turismo, imobiliário e a vilegiatura. São lugares que podem assim, tornar-se turísticos perante a toda esta renovação de lógicas, agentes e ações.

No caso destes espaços supracitados, na atualidade, a hibridização turística é perceptível, pois, são espaços que não possuem um planejamento espacial efetivo, tampouco motivado pelo Estado, como pela iniciativa privada. São espaços marcados pelos conflitos sem nenhum agente regulador entre moradores locais, vilegiaturistas, turistas, além do ramo imobiliário.

A falta de articulação entre as prefeituras e o governo estadual causa uma livre atividade nos espaços litorâneos. A compra e venda de lotes e casas são praticamente realizados sem grandes limitações ou regras jurídicas. A especulação imobiliária causada por diversos agentes acirram a disputa por espaços, mesmo que estes espaços não sejam privilegiados pelos agentes turísticos.

Assim, os agentes turísticos não inserem estas localidades em seus pacotes, e os empreendimentos turísticos de grande porte não são predominantes, porém, possuindo em sua grande maioria, médios e pequenos empreendimentos, no intuito de atender às demandas turísticas mais flexíveis, ou como já falamos, destes turistas que procuram destinos alternativos e diferentes.

Desta forma, em alguns empreendimentos, o caráter mais sofisticado é relevante, como o Taíba Beach Resort, construído em 2003, e Hotel Carola, em 2006. (Figuras 9 e 10)

### Figuras 9 e 10 – Taíba Beach Resort e Vila Carola em Taíba



FONTE: ARAUJO, 2012.

São empreendimentos de grande e médio porte localizados em Taíba que visam respectivamente, um público internacional e nacional/internacional. No caso do primeiro (figura 9) observam-se a lógica de “apart-hotel<sup>33</sup>” ou “cond-hotel”, além de muitas bandeiras europeias (como a Noruega e Itália), enquanto o segundo (figura 10) destina-se à um empreendimento hoteleiro comum.

Nestas mesmas localidades litorâneas, em áreas próximas às áreas mais sofisticadas, aparecem também empreendimentos mais simples, rústicos, de origem diversa, em muitos casos de estrangeiros que moram nestas praias, e outros de Estados diferentes, que buscam novas formas de vida ou mudam de lugar e de atividade.

<sup>33</sup> A tal lógica de cond-hotéis e apart-hotéis são comuns em quase todo o litoral nordestino. FERREIRA & SILVA (2008), além de trabalhos de SILVA (2008) e FONSECA (2008) observam na Região Metropolitana de Natal o mesmo processo e várias instalações de empreendimentos similares. Segundo a HVS Internacional (construtora e imobiliária), os condhotéis caracterizam-se inicialmente da abertura à venda dos “imoveis dos condomínios”, porém, ao mesmo tempo, possuem serviços hoteleiros. “Apart-hotel” é similar ao cond-hotel, porém, como são apartamentos maiores, se tornam os sinônimos de “flats” que também possuem em muitos casos, os serviços de hotéis. Estes “conceitos” não são meramente científicos, são originários do ramo imobiliário, porém, são importantes para a construção posterior de “conceitos geográficos e turísticos” a partir das dinâmicas existentes destes com a produção espacial.

Desta forma, nestas localidades apresentam estas diferenciações quanto aos empreendimentos turísticos, formando uma ambiência litorânea diferenciada, destinados aos diversos públicos turísticos (Ver figuras 11 e 12)

### Figuras 11 e 12 – Pousada Barão e Pousada em Taíba



Fonte: ARAUJO,E.F, 2011.

### Figuras 13 e 14 – A Pousada Azumara, fechada, em Tabuba e Pousada Céu e Mar em Pecém.



Fonte: ARAUJO,E.F, 2011.

Segundo os dados *in loco*, as tipologias de empreendimentos turísticos nestas localidades são geralmente hotéis e pousadas de até 2 andares, com média de 50 leitos por empreendimento, e também a junção de restaurantes e bares com pousadas, principalmente nas localidades de São Gonçalo do Amarante, como



Pecém e Taíba, sendo esta primeira, a maior concentração deste tipo de empreendimento.

Desta forma, quando referimos à metáfora segunda linha do turismo, referimos aos turistas de classes menos abastadas, médias e possíveis estrangeiros, que buscam nestas localidades, preços são mais acessíveis e os empreendimentos que são mais vinculados à própria aglomeração urbana, formando assim a ambiência litorânea de caráter mais livre e informal.

Os fluxos turísticos não são os únicos a existirem nestas localidades, pois os banhos de mar nestas localidades litorâneas são comuns e estimulados pela infraestrutura existente e preços acessíveis, principalmente oriundos de fluxos da Região Metropolitana de Fortaleza, através das excursões de igrejas, indústrias, e outros tipos de empresas.

Então, há o reforço das dinâmicas metropolitanas quanto à vilegiatura marítima e o excursionismo – principalmente originários de demandas da metrópole – que constitui a demanda litorânea de todas as classes sociais, ou seja, as práticas de lazer e até para fins residenciais (falando de primeira residência) são consolidados em uma lógica metropolitana dos espaços litorâneos. (figuras 15 e 16)

#### **Figuras 15 e 16 – Presídio (Aquiraz – CE) e Águas Belas (Cascavel/CE)**



FONTE: [www.fortalezabeaches.com](http://www.fortalezabeaches.com)



FONTE: [www.diariodonordeste.com.br](http://www.diariodonordeste.com.br)

Apesar das contradições existentes quanto aos empreendimentos turísticos, estas localidades litorâneas refletem a teia de relações da metrópole Fortaleza

quanto à demanda de lazer litorânea, vinculada às ações da sociedade urbana, em quase todos os públicos.

Concomitante à toda essa lógica de ocupação litorânea, os empreendimentos turísticos destas localidades não conseguem ter grandes números, principalmente concentrando em Taíba e Pecém (tabela 16)

**Tabela 16 – Empreendimentos turísticos e licenciamentos nas espaços litorâneos híbridas**

Localidade	Município	Numero de Empreendimentos Turísticos	Licenciamentos da Semace <sup>1</sup>
Taíba	São Gonçalo do Amarante	27	3
Pecém	São Gonçalo do Amarante	14	3
Prainha	Aquiraz	9	1
Águas Belas	Cascavel	8	1
Icaraí	Caucaia	8	-
Caponga	Cascavel	6	1
Tabuba	Caucaia	5	1
Barro Preto	Aquiraz	3	2
Presídio	Aquiraz	3	-
Iguape	Aquiraz	2	-

Fonte: SETUR/CE e Trabalho *in loco*

<sup>1</sup> de 2001 à 2009.

Segundo a SETUR/CE e os trabalhos *in loco*, percebemos que exceto Taíba e Pecém (com 27 e 14 empreendimentos, respectivamente) as outras localidades possuem poucos empreendimentos, mas passam por certas especulações quanto à implantação de novos empreendimentos, refletindo possíveis mudanças nestas localidades. Exemplo disto é a implantação de um resort em Barro Preto, uma comunidade de pescadores mais densa.

Segundo os dados da SEMACE, Taíba e Pecém possuem 3 licenciamentos, Barro Preto que recebe empreendimentos nos últimos anos, tem 2, enquanto as demais possuem apenas 1 ou nenhum licenciamento. Exceto Taíba e Pecém, que possuem fluxos conflitantes quanto ao turismo, imobiliário e a lógica do Porto de Pecém, outras localidades não possuem grandes empreendimentos.

Então, desta forma, os empreendimentos nestas localidades apresentam-se principalmente nas modalidades de pequenos hotéis e pousadas, e como já falamos outrora, nos últimos anos, há a implantação de resorts, porém, de forma dispersa e isolada. (ver tabelas 17, 18,19 e 20)

**Tabela 17 – Empreendimentos turísticos de Taíba e Pecém (São Gonçalo do Amarante)**

Taíba				Pecém			
GPS	NUM	EMPREENDIMENTO	TIPO	GPS	NUM	EMPREENDIMENTO	TIPO
1	1	POUSADA O BARÃO	POUSADA	28	1	HOTEL ÍSCA DO SOL	HOTEL
2	2	POUSADA BRISA DA TAÍBA	POUSADA	29	2	LAJES PRAIA HOTEL	HOTEL
3	3	KIT RESORT AMARELA	RESORT	30	3	POUSADA COLONIA	POUSADA
4	4	POUSADA BLAUSER	POUSADA	31	4	POUSADA URSO POLAR	POUSADA
5	5	POUSADA TRAMUNTANA	POUSADA	32	5	POUSADA NA BRISA	POUSADA
6	6	HOTEL VILA MAROLLA	HOTEL	33	6	POUSADA CÉU E MAR	POUSADA
7	7	POUSADA ENCANTO	POUSADA	34	7	PECÉM PRAIA HOTEL	HOTEL
8	8	POUSADA DOROMARI	POUSADA	35	8	CHALÉ PRAIA RESORT	RESORT
9	9	POUSADA MOINHO DE VENTO	POUSADA	36	9	POUSADA SONHO MEU	POUSADA
10	10	POUSADA OCEANIA	POUSADA	37	10	POUSADA VIRGINIA	POUSADA
11	11	POUSADA ARCO MUNDIAL	POUSADA	38	11	POUSADA TUDO AZUL	POUSADA
12	12	POUSADA ESTRELA DO ORIENTE	POUSADA	39	12	POUSADA SOL POENTE	POUSADA
13	13	POUSADA TAÍBA TROPICAL	POUSADA	40	13	POUSADA CAMINHO DA PRAIA	POUSADA
14	14	POUSADA VILA DA PRAIA	POUSADA	41	14	POUSADA O CARIOCA	POUSADA



15	15	POUSADA VITÓRIA	POUSADA
16	16	POUSADA TAÍBA	POUSADA
17	17	POUSADA TAÍBA INN	POUSADA
18	18	POUSADA REVOLUTION	POUSADA
19	19	POUSADA ROANE	POUSADA
20	20	POUSADA TERRA DO SOL	POUSADA
21	21	POUSADA CONVÉS	POUSADA
22	22	POUSADA TAÍMA	POUSADA
23	23	POUSADA COMPLEXO MARCT	POUSADA
24	24	TAÍBA BEACH RESORT	RESORT
25	25	POUSADA ONDAS DO MAR	POUSADA
26	26	POUSADA BARRAMAR	POUSADA
27	27	POUSADA DAS ONDAS	POUSADA

**Tabela 18 – Empreendimentos turísticos de Tabuba e Icaraí (Caucaia)**

GPS	NUM	EMPREENHIMENTO	TIPO	GPS	NUM	EMPREENHIMENTO	TIPO
1	1	HOTEL GOLFINHO	HOTEL	6	6	ICARAÍ HOTEL	HOTEL
2	2	POUSADA TABUBA BAR	POUSADA	7	7	POUSADA DO SOL	POUSADA
3	3	POUSADA AZUMARA	POUSADA	8	8	POUSADA LUMAR	POUSADA
4	4	TABUBA GOLDEN PARK	PARQUE	9	9	POUSADA ICARAÍ	POUSADA
5	5	POUSADA BRISA DO MAR	POUSADA	10	10	POUSADA MAR ABERTO	POUSADA
				11	11	POUSADA LEBLON MAR	POUSADA
				12	12	POUSADA SOURE	POUSADA
				13	13	POUSADA LAR DOCE MAR	POUSADA

**Tabela 19 – Empreendimentos turísticos em Prainha, Barro Preto, Presídio e Iguape (Aquiraz/CE)**

GPS	NUM	EMPREENHIMENTO	LOCALIDADE	TIPO
1	1	RESORT CARMEL CHARME	BARRO PRETO	RESORT
2	2	CHALÉS MORADA DO SOL	BARRO PRETO	CHALÉ
3	3	APART HOTEL BARRA ENCANTADA	BARRO PRETO	HOTEL
4	4	POUSADA IGUAPE BEACH	IGUAPE	POUSADA
5	5	HOTEL SOL LESTE	IGUAPE	HOTEL
6	6	HOTEL LAGUNA BLU	PRAINHA	HOTEL
7	7	SPA NEW LIFE	PRAINHA	SPA
8	8	POUSADA SOBRE AS ONDAS	PRAINHA	POUSADA
9	9	POUSADA NOBRE	PRAINHA	POUSADA
10	10	POUSADA DA PRAINHA	PRAINHA	POUSADA
11	11	POUSADA FEITIÇO DO MAR	PRAINHA	POUSADA
12	12	POUSADA GRAN PLAYA	PRAINHA	POUSADA
13	13	YTACARANHA HOTEL DE PRAIA	PRAINHA	HOTEL
14	14	POUSADA DONA DIVA	PRAINHA	POUSADA
15	15	POUSADA DO SOL	PRESÍDIO	POUSADA
16	16	JANGADEIRO PRAIA HOTEL	PRESÍDIO	HOTEL
17	17	HOTEL DON'ANA	PRESÍDIO	HOTEL

**Tabela 20 – Empreendimentos turísticos de Caponga e Águas Belas (Cascavel/CE)**

GPS	NUM	EMPREENHIMENTO	LOCALIDADE	TIPO
18	18	HOTEL LA FRANCE	CAPONGA	HOTEL
19	19	POUSADA MEU REFÚGIO	CAPONGA	POUSADA
20	20	POUSADA COQUEIRAL	CAPONGA	POUSADA
21	21	POUSADA NÃO IDENTIFICADO	CAPONGA	POUSADA
22	22	HOTEL BIBLOS	CAPONGA	HOTEL
23	23	POUSADA DONA CAROLINA	CAPONGA	POUSADA
24	24	CHALÉS JANGADA DA CAPONGA	ÁGUAS BELAS	CHALÉ

25	25	POUSADA DO MEIO	ÁGUAS BELAS	POUSADA
26	26	RESORT E APART HOTEL VARANDAS	ÁGUAS BELAS	HOTEL
27	27	TURVELLAS POUSADA E VILLAS	ÁGUAS BELAS	POUSADA
28	28	HOTEL BELA TUR	ÁGUAS BELAS	HOTEL
29	29	HOTEL PRAIA ÁGUAS BELAS	ÁGUAS BELAS	HOTEL
30	30	POUSADA ENCONTRO DAS ÁGUAS	ÁGUAS BELAS	POUSADA
31	31	POUSADA PARAÍSO DAS		
		ÁGUAS BELAS	ÁGUAS BELAS	POUSADA

Mas apesar de terem atualmente fluxos turísticos irregulares, o contexto imobiliário começa a valorizar estas localidades litorâneas (tanto com a vilegiatura marítima como nos loteamentos e até primeiras residências), conformando uma situação conflitante de vários agentes espaciais, imobiliários e turísticos.

Assim, podemos empreender que seis fatores são preponderantes para a hibridização do turismo nestas localidades:

- a) A vilegiatura como principal prática de lazer de caráter metropolitano e a particularidade de cada localidade exclui o turismo, como o caso mais extremo de Presídio<sup>34</sup>, e em outras localidades que não tem articulações com os agentes de turismo, e assim, possuem fluxos diversos, alternativos, porém, irregulares;
- b) A transformação de segundas em primeiras residências como o caso mais extremo de Icarai e Pecém, que por causa da alta demanda do Porto do Pecém, pois possuem imóveis mais acessíveis em relação ao alto preço dos imóveis de Fortaleza;
- c) Com o contexto da turismo e à vilegiatura, existem agentes imobiliários que promovem a construção de vários domicílios visando lucros rápidos, porém, pela falta de demanda, “incham” o mercado

<sup>34</sup> Segundo Pereira (2009) o Presídio é um “santuário para os vilegiaturistas, e que possui um caráter predominantemente vilegiaturista de Fortaleza. Tal contexto é reforçado pela matéria do Diário do Nordeste (1998) que intitula Presídio como “refúgio de veranistas”.

imobiliário, tornando a localidade não lucrativa para os agentes turísticos e imobiliários. O caso mais pontual é o de Taíba, que possuem muitos empreendimentos de todos os tipos, mas por outro lado, a demanda não é justificada pelos fixos;

- d) Quanto ao imobiliário, existem ações concomitantes à produção de empreendimentos diversos, que visam travar o crescimento de empreendimentos, visando uma valorização futura destas localidades, que poderão tornar-se a expansão turística da RMF, principalmente visando a valorização dos espaços litorâneos e metropolitanos pela Copa do Mundo de 2014;
- e) A própria lógica metropolitana de usos podem ocasionar conflitos, como é o caso do Pecém, uma localidade de São Gonçalo do Amarante, que possuía um caráter turístico e veranista, e por abrigar o Porto do Pecém, tem mudanças significativas em sua tessitura urbana, além do mercado imobiliário e o próprio cotidiano, estes vinculados, atualmente à demanda de trabalhadores do porto.
- f) A própria lógica de “turistificação dos lugares” e a escolha de lugares turísticos oriunda de toda a teia de articulação entre Estado, agentes turísticos e imobiliários não promovem estes lugares como turísticos. Por outro lado, são perceptíveis os esforços das Prefeituras municipais em promover vários eventos e tradições para consolidar certos fluxos. Neste caso, destaca-se Taíba, com o Festival do Escargot<sup>35</sup>,

Desta forma, estas localidades litorâneas não apresentam como lugares atrativos para o turismo, e assim, seus fluxos são diferenciados com outras práticas de lazer e lógicas imobiliárias. Mas por outro lado, isso não diz necessariamente, que estes lugares não terão investimentos públicos e/ou privados, com empreendimentos turísticos.

---

<sup>35</sup> Festival de Escargot está na 14ª edição atualmente, ou seja, data de 1998, na localidade de Taiba, com várias atividades relacionadas à gastronomia e cultura. Porém, na verdade, o “escargot” não é um alimento típico da localidade, reforçando assim, a tese da “invenção” de elementos culturais e sociais para promover um “evento turístico”.

Os espaços mudam, os espaços transformam-se e modificam-se perante às teias de relações e negociações existentes que existem em sua produção espacial. Assim, estas localidades possuem particularidades quanto à sua produção espacial, mas por outro lado, existe uma ordem basicamente metropolitana que mantém longe dos grandes fluxos nacionais e internacionais.

Por isto, os seis fatores principais supracitados quanto à produção espacial turística destas localidades, mostra as principais dinâmicas existentes a partir de estudos bibliográficos, descritivos e estatísticos. Apesar da realidade ser um construto incessante, existe em certos períodos temporais, a predominância de determinadas atividades.

Então, nos dois mapas a seguir, podemos ilustrar as principais dinâmicas turísticas nas localidades litorâneas estudadas. Percebemos que existem várias lógicas de ocupação diferenciadas nas localidades, refletindo como já outrora discutido, esta diferentes teias de relações e interesses dos diversos sujeitos sociais envolvidos na produção espacial.

Quanto à tendência e expansão turística, percebemos que as localidades de Presídio, Iguape e Barro Preto destacam-se, principalmente pela pressão imobiliária de vários loteamentos da área, além do empreendimento Aquiraz Riviera, que concentra grande parte de terrenos de várias localidades, entre Porto das Dunas, Prainha, Presídio e Iguape.

Assim, percebemos a implantação de novos empreendimentos voltados ao turismo, como alguns hotéis e resorts em Barro Preto, que até 2006, segundo a SETUR, não possuía nenhum empreendimento. Além da proximidade do Aquiraz Riviera, possui o empreendimento Carmel Charme Resort, que destaca-se por ser um empreendimento de nível de luxo internacional.

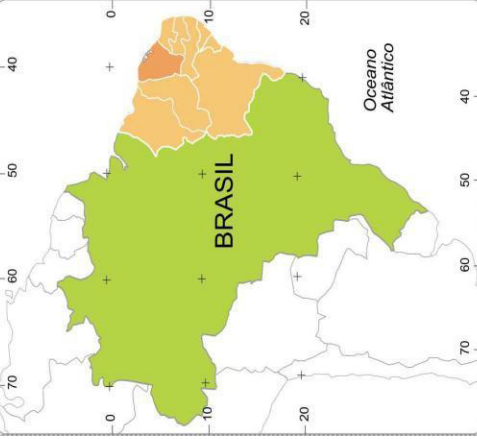
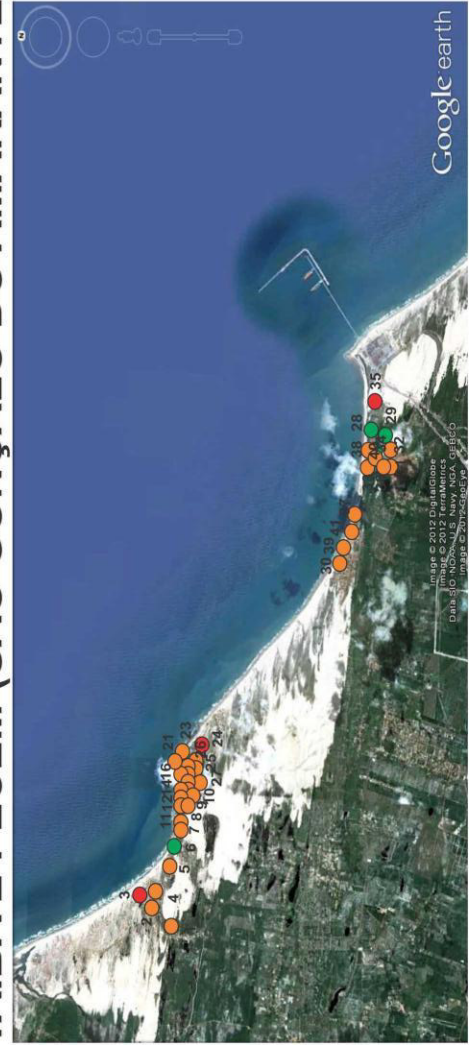
Por outro lado, as localidades de Taíba e Tabuba possuem expansão turística limitada, sendo que a primeira, passa por certa ebulição imobiliária como já discutido, porém o turismo apresenta-se de forma discreta e pontual, enquanto a segunda, dinamiza-se com a ocupação litorânea de Cumbuco, e assim, apresentando-se como o espaço urbano adjacente à esta localidade.

E no caso das localidades litorâneas de Cascavel (Caponga e Águas Belas) no extremo leste da Região Metropolitana de Fortaleza, percebemos concentração de empreendimentos turísticos (hotéis, chalés e pousadas) principalmente na localidade de Águas Belas, sendo a expansão da localidade de Caponga, mas voltada à lógica turística. Por outro lado, não percebemos grandes investimentos nacionais e internacionais, e assim, o litoral de Cascavel quanto ao turismo, passa por uma fase de reserva perante a expansão turística. (Ver mapas 18 e 19).

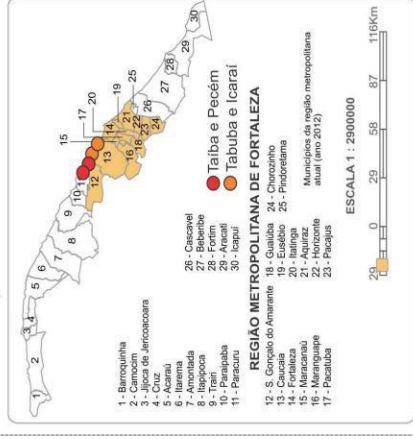
# Mapa 18 – Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades turísticas “híbridas” no Litoral Oeste da RMF

Tipologia e espacialização dos empreendimentos turísticos nas localidades de Taíba, Pecém (São Gonçalo do Amarante), Tabuba e Icaraí (Caucaia)

## TAÍBA E PECÉM (SÃO GONÇALO DO AMARANTE)



## TABUBA E ICARAI (CAUCAIA)



### FIGURAS DOS PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS



### LEGENDA

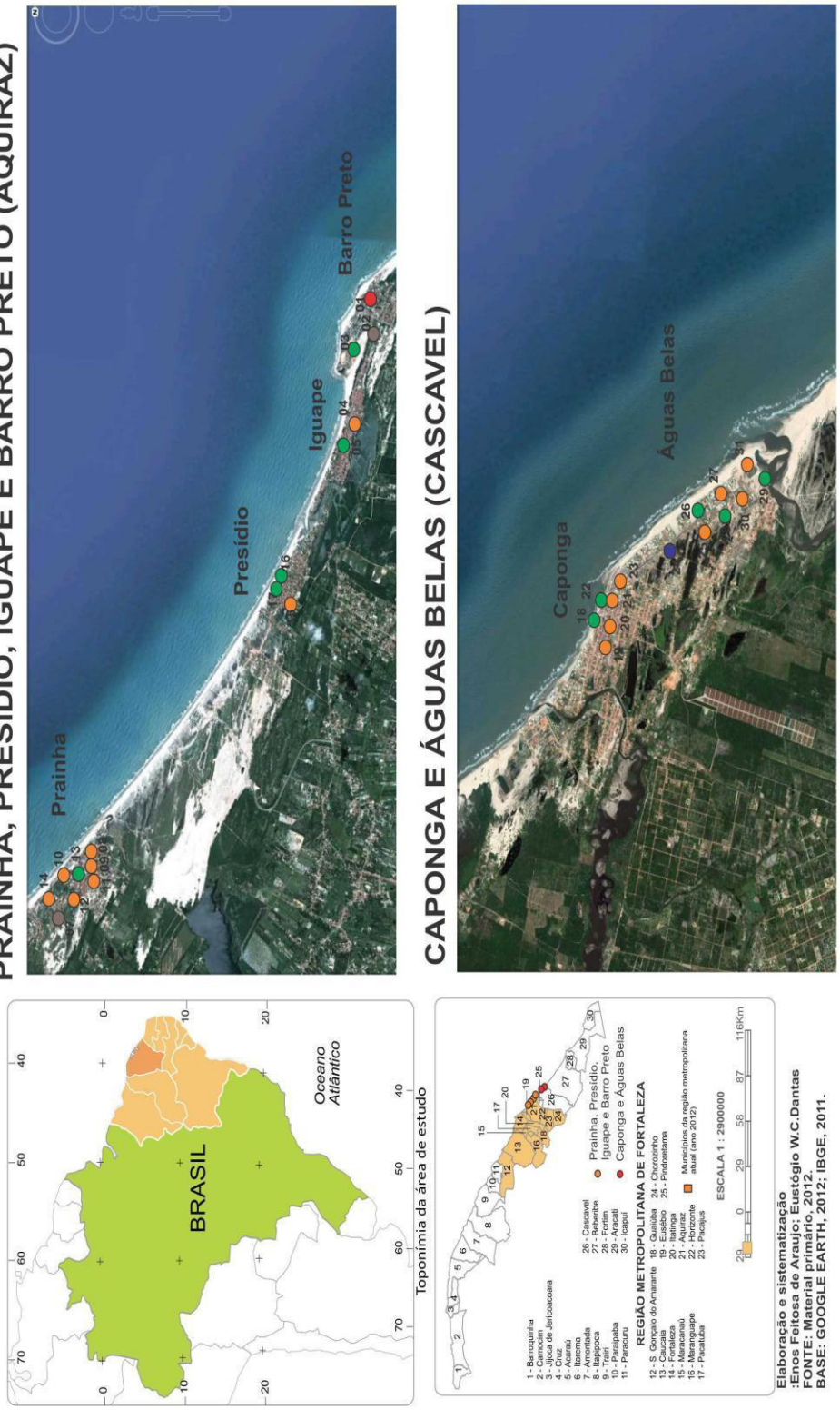
- Áreas de concentração de empreendimentos turísticos
- Áreas de dispersão/secundária de empreendimentos turísticos
- ➔ Áreas de expansão de empreendimentos turísticos
- ➔ Áreas de possíveis expansões urbanas ou vazios urbanos
- Resort
- Hotel
- Apart-hotel
- Flat
- Pousada
- Colônia de Férias

Elaboração e sistematização: Enos Feltosa de Araújo; Eustógio W.C.Dantas  
 FONTE: Material primário, 2012.  
 BASE: GOOGLE EARTH, 2012; IBGE, 2011.



### Mapa 19 – Fluxos e Empreendimentos Turísticos nas localidades híbridas do Litoral Leste da RMF

Tipologia e espacialização dos empreendimentos turísticos nas localidades de Prainha, Presídio, Iguape, Barro Preto (Aquiraz), Caponga e Águas Belas (Cascavel) PRAINHA, PRESIDÍO, IGUAPE E BARRO PRETO (AQUIRAZ) CAPONGA E ÁGUAS BELAS (CASCABEL)





#### 4.5. Os “espaços fora do circuito turístico”?

Esta metáfora “espaços fora do circuito turístico” utilizada neste trabalho é uma forma linguística para expressar as dinâmicas turísticas menos intensas e inexpressivas nas localidades litorâneas. Isto não quer dizer, necessariamente que empreendimentos e fluxos não existam, mas enfatiza a teia de relações turísticas existentes na RMF em que estes espaços não são inseridos.

No intuito de evitar equívocos entre este tópico atual e o anterior, quando falamos destas localidades que estão “fora do circuito turístico”, referimos às localidades que possuem reduzidos ou inexistentes recursos de políticas públicas, tanto como de origem privada. São localidades litorâneas que apresentam dinâmicas distintas do turismo, que apontam relações metropolitanas, porém mais distantes das práticas de lazer.

Por isto, enumeramos algumas características similares entre estas localidades litorâneas:

- a) A tendente modificação de usos de segundas residências para primeiras residências;
- b) Os equipamentos de lazer geralmente estão abandonados, devido ao baixo fluxo turístico;
- c) A questão ambiental nestas áreas é muito relevante, sendo pela preservação e conservação, ou pela intensidade de processos erosivos e/ ou destruidores;
- d) A produção imobiliária relacionada às práticas de lazer é reduzida ou inexistente, refletindo certa desvalorização;

Assim, as localidades litorâneas destas dinâmicas são a de Pacheco, Iparana (Caucaia/CE) além de Balbino (Cascavel) e Batoque (Aquiraz). Dentre estas, algumas localidades possuíam lógicas litorâneas voltadas ao lazer, mas por

vários motivos foram excluídas de políticas públicas e dos principais destinos consolidados pelos agentes turísticos, enquanto outras não foram incluídas nos grandes fluxos. Por isto, utilizamos a metáfora de espaços fora do circuito turístico.

São localidades litorâneas que possuem áreas pequenas. Pacheco, Iparana, Balbino e Batoque possuem 4,4 km<sup>2</sup>, 3 km<sup>2</sup>, 2,2 km<sup>2</sup> e 2,7 km<sup>2</sup>, respectivamente e na distância em relação à Fortaleza, possuem 17 km, 22 km, 15 km, 60 km e 57 km, respectivamente. A população da soma das localidades não passam de 10 mil habitantes.

Grosso modo, temos duas tendências principais destas localidades: de um lado, à oeste de Fortaleza, localiza-se a sequência espacial de Iparana e Pacheco possuem relações mais intensas com a metrópole, e do outro lado, à leste de Fortaleza, localiza-se Balbino e Batoque, localidades que possuem comunidades, que estão inseridas na Área de Proteção Ambiental de Balbino (nível estadual) e a Reserva Extrativista de Batoque (nível federal), respectivamente.

É relevante a questão ambiental nestas áreas, pois enquanto Balbino e Batoque são de origem legislativa ambiental, as demais localidades (Iparana e Pacheco) passam por vários problemas ambientais, principalmente pela abrasão marinha e outros tipos de erosões, além do descaso da população residente e a consequente poluição hídrica e pedológica.

Perante o discurso de turismo, preservação e conservação ambiental, não deixamos de citar que existe ideias que se apresentam como a solução para determinadas situações de inserção de renda nestas localidades, que se intitula turismo comunitário<sup>36</sup> que no caso cearense, destaca-se a Rede Cearense de Turismo.

Mas o turismo comunitário não insere todas as localidades litorâneas, agravando assim, os conflitos litorâneos mais típicos, como a perda da cultura e hábitos dos pescadores, principalmente motivados pelos novos comportamentos que

---

<sup>36</sup> Segundo Barbosa (2011) o turismo comunitário é aquele que é baseado em um modelo turístico onde as populações tradicionais, trabalhadores rurais, os pescadores são inseridos nesta nova dinâmica de preservar os territórios "locais" de forma valorativa sobre a cultura. Coriolano (1998) enfatiza de que este turismo poderia trazer mais renda às comunidades locais por ter relações diretas com as pessoas. Panosso Neto (2008) também é outro estudioso sobre esta temática.

que os jovens se inserem facilmente, além do desprezo à cultura dos pescadores, a falta de alternativa econômica e a baixa lucratividade pela venda de peixes.

Tal contexto é acentuado – ironicamente – pela restrição e limitação em determinadas áreas ambientais como Balbino e Batoque, que não conseguem promover dinâmicas econômicas que favoreçam a inserção dos moradores locais, fazendo com que estes, em determinados momentos, prefiram a inserção do turismo e da vilegiatura.

Assim, estas localidades de Balbino e Batoque por serem preservadas legislativamente tem limitações quanto aos tipos e áreas de empreendimentos, mas várias casas e terrenos são vendidos, e algumas foram construídas em locais proibidos, como em terrenos de marinha, que em alguns casos, várias casas foram demolidas. (DIARIO DO NORDESTE, 2010)

Enquanto Iparana e Pacheco possuem dinâmicas diferenciadas, pois até os anos 1980, possuíam fluxos de vilegiatura – oriunda de Fortaleza – intensos, em que tais acontecem até hoje, porém com menos intensidade, com vários condomínios, e até hotéis e pousadas, principalmente construídos nos anos 1980 à 1990, que alguns já foram destruídos e até abandonados.

Segundo Araujo (2009) as localidades litorâneas de Iparana e Pacheco nos anos 1950 são as primeiras a serem inseridas nas lógicas de lazer metropolitanas, principalmente iniciadas com a implantação do SESC Iparana, construído em 1953. Porém, pela saturação das áreas e pela questão ambiental do avanço do mar agravaram a continuidade de fluxos.

A grande questão é se o problema ambiental é o principal entrave. De qualquer forma, o avanço do mar é um fator tão relevante nas localidades caucaieiras que a Prefeitura Municipal de Caucaia solicitou R\$ 40 milhões para o Governo Federal para as obras de contenção, que incluiu as localidades litorâneas consideradas privilegiadas como Icaraí, Tabuba e Cumbuco, localizadas mais à oeste. (DIARIO DO NORDESTE, 2012).

## Figuras 17 e 18 – Obras de contenções marítimas e hotéis derrubados



Fonte: Diário do Nordeste, 2012

Fonte: ARAUJO, E.F, 2011.

Segundo a notícia do Diário do Nordeste (2012) a contenção do mar está sendo realizada no litoral de Caucaia, devolvendo a dinâmica econômica das localidades relacionadas à vilegiatura, excursionismo e o turismo. Porém, as localidades de Iparana e Pacheco estão fora deste grande paredão e demais obras que visam o controle do nível marítimo.

Ainda, segundo Diário do Nordeste (2011) os comerciantes destas localidades supracitadas reclamam da falta de investimentos destinados às estas áreas, que sofrem pelo avanço do mar e assim, a erosão marinha e o alto nível do mar que conseqüentemente promove o abandono de casas e condomínios, que perdem o valor imobiliário consideravelmente.

Mas por outro lado, há também a procura de imóveis nestes locais. No caso de Iparana, principalmente pelo resultado da expansão do litoral oeste de Fortaleza (a partir da Vila Velha) e facilitado pelo fácil acesso pela Ponte do Rio Ceará, que formou o bairro do Parque Leblon, uma área com pessoas menos abastadas, oriundas principalmente da metrópole.

Desta forma, estas localidades litorâneas passam por transformações de dinâmicas, principalmente destinadas aos usos de primeiras e segundas residências, mas de formas irregulares, com o turismo desarticulado, de forma espontânea, sendo que nas demais localidades, os aspectos são de calma e abandono.

Mas apesar destas dinâmicas, nas localidades de Caucaia são lugares aparentemente abandonados, com várias casas e hotéis derrubados, além de ruas e estradas estreitas e constituídas de barro e argila, sem grande infraestrutura. Enquanto em Aquiraz, são lugares de pescadores que dominam casas mais simples, porém, ao redor das áreas protegidas, percebe-se um paredão de casas mais sofisticadas.

Caracteriza-se um ambiente litorâneo diferente, com fluxos menores, em que existem vários espaços livres para o acesso à praia, além de poucas barracas de praia. Mas ao lado destas localidades litorâneas estão Cumbuco em Caucaia e Porto das Dunas em Aquiraz, os dois maiores destinos turísticos da RMF. Seriam estes espaços desprezados ou apenas uma “fase de reserva”? (Foto 20)

#### **Figuras 19 e 20 – Localidade de Balbino e Iparana**

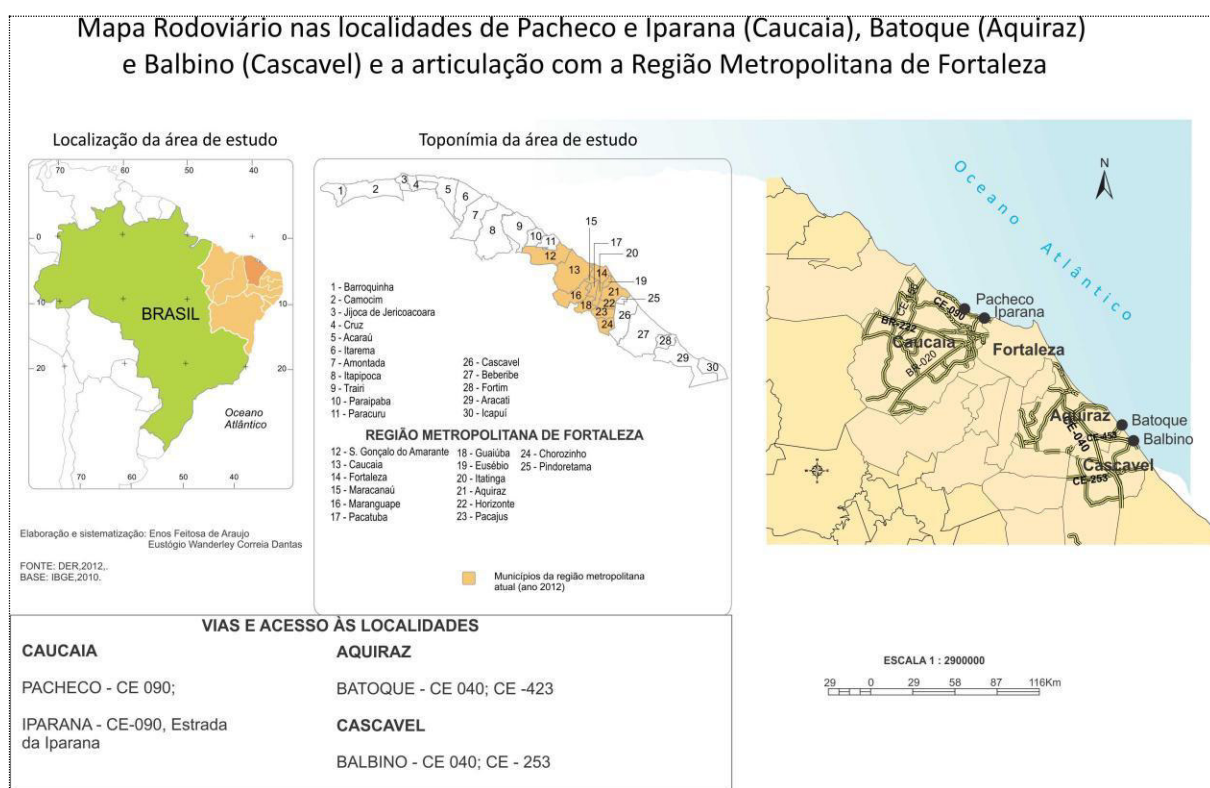


Fonte: ARAUJO, E.F.

São localidades litorâneas que possuem estradas de asfalto em boas condições, mas ficam geralmente especialmente localizadas em áreas de passagens às outras localidades. No caso oeste, Iparana e Pacheco ficam na passagem para Cumbuco, e Batoque e Balbino localizam-se entre Porto das Dunas e Caponga.

Os acessos às localidades de Iparana e Pacheco são possíveis pela CE – 090, CE – 117<sup>37</sup>, a Avenida Ulisses Guimarães (Estrada da Iparana) pela Ponte do Rio Ceará, enquanto a de Balbino e Batoque são regidas pela CE-040, mas são estradas locais que ligam às localidades, por causa da implantação da APA e da Reserva Extrativista. (Ver mapa)

## Mapa 20 – Localidades litorâneas fora do circuito turístico da RMF



AUTOR: ARAUJO,E.F, 2012.

Analisando o mapa, percebemos que a distância não é uma variável determinante na teia de relações turísticas, pois, as localidades de Batoque e Balbino estão mais distantes, e não possuem fluxos turísticos, enquanto Iparana e Pacheco estão praticamente à adjacência imediata de Fortaleza, e também estão fora dos grandes investimentos e fluxos.

<sup>37</sup> CE-117 é a via rodoviária construída na década de 1970, feita para a localidade de Icarai, devido ao grande fluxo de segundas residências.

Destarte, estas localidades litorâneas relacionam-se com as dinâmicas metropolitanas, mas não conseguem ser inseridas no circuito turístico, pois são localidades esquecidas pelos agentes turísticos e as políticas públicas (turísticas, urbanas) e os agentes imobiliários que não consideram lucrativos os investimentos nestas áreas.

Mas apesar de várias características negativas em relação às estas localidades, como a degradação ambiental, a falta de atrativos e a falta de investimentos públicos e privados, há a existência de fluxos e fixos destinados à atividade turística, mesmo que seja de forma discreta, tímida ou isolada e desarticulada.

Desta forma, estes empreendimentos voltados a hospedagem, tiveram geralmente uma relação de complementaridade com o fluxo de viliatura, como aquelas pessoas que não possuíam imóveis para se acomodar na localidade, por isto, segundo a SETUR (2011) e trabalho *in loco*, nenhum empreendimento foi construído a finalidade turística, exceto a reconstrução e troca de propriedade entre dos já existentes. (Tabela 21)

**Tabela 21 – Meios de hospedagem das localidades litorâneas fora do circuito do turismo**

Localidade	Hotéis	Pousadas	Resorts	Total
Iparana	01	03	00	04
Pacheco	02	00	00	02
Batoque	00	00	00	00
Balbino	00	00	00	00

**Fonte: SETUR, 2011.**

Os dados da tabela demonstram que Iparana se destaca com 4 empreendimentos, principalmente pela herança de sua relevância desde os anos 1950, seguidamente Pacheco possui apenas 2 empreendimentos, enquanto as demais não possuem empreendimentos, devido à conservação e preservação destas áreas.



A tipologia destes empreendimentos caracteriza-se por pousadas de pequeno porte ou aquelas com conjugação de bares e restaurantes, destinadas a um público menos sofisticado. Estas são principalmente originárias dos comerciantes locais ou até pessoas de outros Estados, que moram em localidades litorâneas adjacentes à Fortaleza.

Outra característica relevante é além da conjugação de bares e restaurantes com os serviços de hospedagem, é a transformação ou conjugação de hotéis e casas de show em pousadas. Mesmo que os serviços anteriores sejam realizados, a flexibilidade quanto à demanda das práticas de lazer é evidente nestes empreendimentos.

#### **Figuras 21 e 22– Pousada Atlântica e Pousada Leblon Bar em Iparana**



FONTE: ARAUJO, E.F.

Com as figuras 21 e 22, percebe-se empreendimentos simples, porém com vários tipos de finalidades, refletindo a flexibilidade que estes comerciantes locais realizam para driblar a falta dos grandes fluxos turísticos e conseguir renda e lucro através de outras atividades, ou mesmo pelo próprio turismo, porém de forma alternativa, ou digamos, não exclusiva.

No que parece, a exceção é o SESC Iparana, localizado na parte central da localidade, que possui uma estrutura considerável, porém, este é utilizado para vários fins, como excursionismo, esportes, festas, entre outros. Como já dito, este



empreendimento data de 1953, sendo o mais velho das áreas, com quase 60 anos de atividade. (Foto 23)

Segundo o próprio site<sup>38</sup> do empreendimento, as funções turísticas são existentes além da mera hospedagem no local, mas com passeios turísticos e trilhas ecológicas nas localidades próximas, principalmente em lagoas, dunas e nas praias, com os esportes náuticos. Desta forma, o empreendimento destaca-se perante estas localidades litorâneas.

### **Figuras 23 e 24 – SESC Iparana e Hotel Iparana em Iparana**



E próximo a este empreendimento, localiza-se vários outros empreendimentos, como as poucas pousadas que existem na localidade de Iparana e Pacheco. De certa forma, o SESC Iparana apresenta-se como elemento central das principais dinâmicas de lazer das duas localidades, pois até algumas colônias de férias que também espacializam próximo do empreendimento.

Assim, no mapa , percebemos a concentração de empreendimentos turísticos ao redor do SESC Iparana nas localidades de Iparana e Pacheco, e a inexistência de empreendimentos em Batoque e Balbino, como áreas ambientais, porém, como existe turismo comunitário na primeira localidade citada, o turismo é existente.

---

<sup>38</sup> [http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/sesc-ce/unidade\\_iparana/enviados/index.htm](http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/sesc-ce/unidade_iparana/enviados/index.htm)

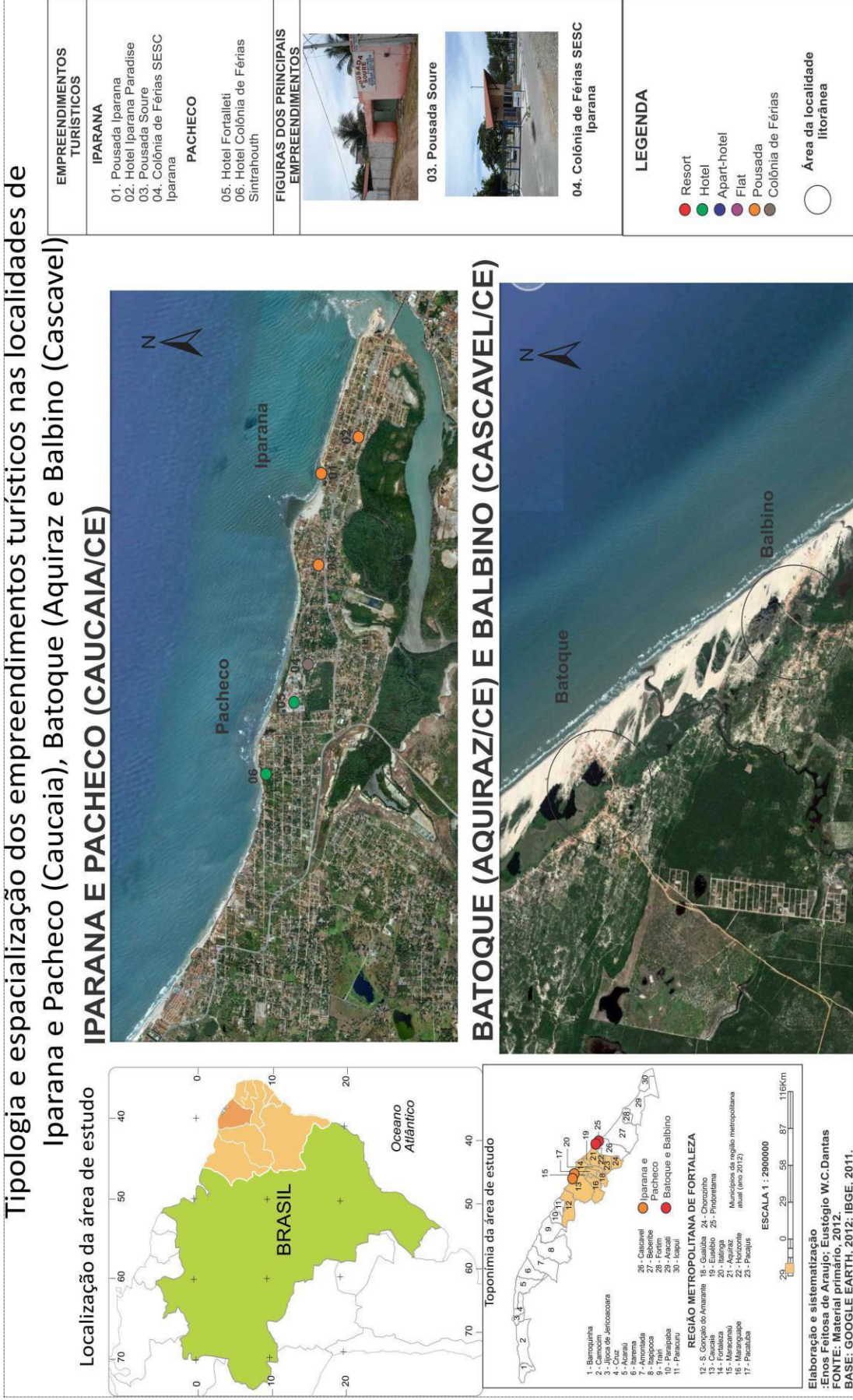
É desta forma, que os empreendimentos turísticos destas localidades se espacializam, de forma dispersa, isolada e desarticulada com os grandes fluxos turísticos. Mas por outro lado, a sobrevivência de pessoas envolvidas com o turismo e outras práticas de lazer existem, e até certos fluxos e demandas também existem.

Assim, as localidades litorâneas de Iparana e Pacheco (Caucaia/CE) e Batoque e Balbino (Aquiraz e Cascavel/CE) apresentam-se como estes espaços fora do circuito turístico, que não são lembrados pelos *trades* internacionais, tampouco na maioria dos folders e cartões postais e turísticos dos aeroportos e dos materiais divulgados pela SETUR e MTUR.

No mapa, percebemos a concentração de empreendimentos turísticos nas localidades litorâneas estudadas. Enquanto em Iparana e Pacheco que possuem uma relação intrínseca, pois como já discutimos, a primeira localidade tem vínculos antigos com o lazer, e por vários motivos passa pela decadência e diminuição de fluxos, e a segunda possui uma relação com esta primeira, por ser de certa forma, uma expansão urbana da localidade.

Por outro lado, Batoque e Balbino (Aquiraz e Cascavel, respectivamente) não apresentam empreendimentos turísticos, devido à regulamentação ambiental de sua ocupação, pois ambas são áreas ambientais protegidas, então no presente momento, o turismo não apresenta dinâmicas espaciais significativas, e por isto, ficam à margem dos grandes fluxos turísticos.

**Mapa 21 – Fluxos e empreendimentos turísticos nas localidades “fora do circuito turístico” da RMF**



#### **4.6. Espaços do turismo: uma síntese na RMF**

Neste capítulo, analisamos os espaços turísticos formados a partir dos agentes espaciais e turísticos. Mas antes de chegarmos de fato, ao espaço turístico, tivermos a discussão do mar e do marítimo, e como o turismo atrela-se à valorização litorânea, e como isto chega em Fortaleza, e como as políticas públicas foram implantadas ao longo do tempo.

Compreender o espaço não é uma tarefa fácil, apesar de ser imputado em nossa profissão – geógrafo – o dever de compreender o espaço e suas características. Então, como estes espaços turísticos são produzidos? Existe toda a homogeneidade e a inserção de todas as localidades litorâneas, como o discurso midiático e governamental procuram colocar?

Percebemos que não, que o turismo como qualquer outra atividade econômica, é concentradora e contraditória, elegendo espaços privilegiados e outros à margem destes, pronunciando uma urbanização dispersa, porém articulada. Assim, o turismo articula-se com a lógica metropolitana, produzindo espaços conforme toda esta teia de relações é construída.

Mas como Massey (2009) coloca muito bem, o espaço não é um elemento como os outros – que simplesmente pode ter apenas uma definição ou significados fechados – pois, este, precisa de toda a compreensão da realidade e de seus vários agentes e dinâmicas, em uma sociedade que a cada dia, fica mais complexa.

Então, como já discutimos em todo o capítulo 4, as principais relações existentes na produção espacial turística e seus significados, propomos construir uma síntese – não para fechar de forma alguma o assunto – que consiga atender à compreensão de tendências, dinâmicas, relações e elementos técnicos e tecnológicos perante à construção do espaço turístico da Região Metropolitana de Fortaleza

**QUADRO 4 – Tipologias e características socioespaciais da RMF**

Cidades ou Localidades Litorâneas	Município	Classificação quanto aos fluxos	Números de empreendimentos turísticos	Tipologia de empreendimentos turísticos	Características urbano-imobiliárias
Fortaleza	Fortaleza	Grandes fluxos (metrópole)	201	Grandes hotéis nacionais/internacionais e pousadas	Urbanização consolidada, várias áreas turísticas
Porto das Dunas	Aquiraz	Grandes fluxos (resorts)	26	Resorts e pousadas	Urbanização concentrada, vinculada à Fortaleza;
Cumbuco	Caucaia	Grandes fluxos (resorts)	21	Resort, hotéis e pousadas	Urbanização dispersa, expansão de resorts
Taíba	S.G.Amarante	Instáveis	27	Hotéis e pousadas de médio porte	Urbanização dispersa, vários empreendimentos
Pecém	S.G.Amarante	Instáveis	14	Pousadas de médio e pequeno porte	Influência do Porto, procura por primeira residência
Tabuba	Caucaia	Instáveis	5	Pousadas de médio e pequeno porte	Vinculada a lógica de Cumbuco
Icarai	Caucaia	Instáveis	8	Pousadas de médio e pequeno porte	Vários condomínios e casas para segundas residências, atualmente, transformadas em primeiras residências.
Prainha	Aquiraz	Instáveis	9	Pousadas de pequeno porte	Algumas casas e condomínios para segundas residências
Iguape	Aquiraz	Instáveis	2	Pousadas de pequeno porte	Urbanização dispersa, híbridez entre moradores locais e vilegiatistas;
Barro Preto	Aquiraz	Instáveis	3	Resort e pousada de pequeno porte	Comunidade pesqueira forte e segundas residências
Presídio	Aquiraz	Instáveis	3	Pousadas de pequeno porte	Predominância de segundas residências
Caponga	Cascavel	Instáveis	6	Pousadas de médio e pequeno porte	Núcleo condensado por segundas residências e comunidade pesqueira forte
Águas Belas	Cascavel	Instáveis	8	Hotéis, Pousadas de médio e pequeno porte	Extensão de Caponga, possui vários pousadas de pequeno porte
Pacheco	Caucaia	Fora do circuito turístico	2	Pousadas de pequeno porte	Urbanização dispersa, com predominância de moradores locais.
Iparana	Caucaia	Fora do circuito turístico	4	Pousadas de pequeno porte	Urbanização dispersa, com predominância de moradores locais e abandono de empreendimentos.
Balbino	Cascavel	Fora do circuito turístico	0	Inexistente	Limitação de ocupação, poucas casas de primeiras e segundas residências
Batoque	Aquiraz	Fora do circuito turístico	0	Inexistente	Limitação de ocupação, poucas casas de primeiras e segundas residências



Longe de esgotar o assunto, empreendemos que os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza são produzidos a partir da teia de relações de vários agentes turísticos e espaciais, em especial o Estado que regula, planeja, promove ações jurídicas para a implementação das dinâmicas turísticas.

Apesar de várias políticas públicas e investimentos privados, os espaços litorâneos não são homogêneos quanto ao turismo, pois possuem características diferenciadas, motivados por particularidades e a própria lógica desigual da produção espacial capitalista.

Por isto, a tipologia espacial feita através de questões analíticas, realizada por nós, que chamamos de *grandes fluxos turísticos, instáveis ou híbridos e fora do circuito turístico* nos revelam algumas características que determinam os fluxos turísticos.

Desta forma, as localidades mais próximas de Fortaleza, como Porto das Dunas e Cumbuco, além da capital, fazem parte destes grandes fluxos turísticos, com os maiores e mais modernos empreendimentos turísticos do Ceará, em que nestas apenas três localidades, localizam-se 248 empreendimentos, ou seja, 25% do Estado do Ceará.

Por outro lado, os “espaços híbridos” possuem características mais alternativas, ou com portes medianos de empreendimentos e urbanização dispersa, porém, com mistificação de empreendimentos e de usos, reforçando um papel secundário do turismo, pois, atende principalmente à fluxos intra-metropolitanos e à municípios próximos à metrópole.

E os “espaços fora do circuito turístico” refletem espaços que possuem degradações ambientais, como Iparana e Pacheco, além de outros espaços (Balbino e Batoque) vinculados à implantação da Área de Proteção Ambiental, e que não recebem recursos privados e estatais, e possuem fluxos reduzidos ou inexistentes, refletindo o “outro lado do espaço turístico da RMF”.

Desta forma, vemos no espaço turístico metropolitano, as contradições existentes na sociedade capitalista. Assim, percebemos que estas dinâmicas socioespaciais turísticas são articuladas com outras atividades econômicas, e que o Estado, é o agente espacial mais importante.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O litoral é um importante espaço na atualidade, que passa por transformações em decorrência de seu uso. Desde a vinculação às práticas de lazer, esse espaço torna-se, por excelência, um dos mais procurados pela atual sociedade urbana, que procura, além das circunstâncias terapêuticas, o descanso e a tranquilidade que talvez o cotidiano não possa oferecer.

Com o avanço da técnica e da tecnologia dos grandes meios de transporte e comunicação, o turismo torna-se a principal prática de lazer mundial, vinculando-se ao espaço litorâneo. Dessa forma, desde os anos de 1950, os países litorâneos são atingidos por essa onda de mudanças de uso e, principalmente, pela mudança de visão econômica diante do litoral.

No Brasil, o cenário não se constrói diferentemente, mas as dinâmicas acentuam-se notadamente nos anos de 1980, com a abertura econômica brasileira e com as políticas públicas que visavam posicionar o turismo como uma das atividades econômicas mais importantes do Nordeste brasileiro, destacando, entre os estados constituintes, o Ceará.

O Estado se sobressai pela visão empresarial e inovadora que o Governo das Mudanças consolida, inserindo-o em um discurso turístico de imagens positivas e diferentes, em contraste com o antigo cenário negativo de pobreza e seca, tendo a cidade de Fortaleza como o principal portal dessas imagens.

Com a chegada dos alóctones, o turismo apresenta-se como uma realidade incontestável perante toda a sociedade — notadamente litorânea — da Região Metropolitana de Fortaleza. A cidade, ainda com aspectos interioranos, redescobre-se pela sua característica peculiar e autêntica: a de possuir relações com o mar.

Com o discurso marítimo e turístico consolidado na sociedade, as políticas públicas apresentam-se como ações a ser implantadas para dar continuidade a essa nova lógica de produção espacial e social. Alguns espaços são privilegiados em detrimento de outros, numa guerra de lugares promovida pelos próprios agentes fundadores de todo esse emaranhado de relações turísticas.

Na atualidade, os espaços tornam-se diferentes, porém híbridos e articulados. Discutir a localidade de Taíba (extremo oeste) e Águas Belas (extremo leste) não é

um discurso ou uma discussão vazia; é debater as relações metropolitanas que se apresentam como a principal força matriz das dinâmicas turísticas.

Os espaços litorâneos e turísticos apresentam-se, pois, em forma de localidades, que, em sua maioria, já foram ou são aldeia de pescadores. São elas: Taiba, Pecém (São Gonçalo do Amarante), Cumbuco, Tabuba, Icaraí, Pacheco e Iparana (Caucaia) no litoral oeste; Porto das Dunas, Prainha, Presídio, Iguape, Batoque (Aquiraz) e Caponga, Balbino e Águas Belas (Cascavel).

São elas iguais e homogêneas? Não, essas localidades refletem uma teia de relações diversas do ponto de vista socioespacial e temporal, em que várias ações particulares ou coletivas — de ordem ambiental ou natural e humana — foram essenciais para as dinâmicas turísticas promoverem nelas seus fluxos de forma desigual.

Assim, tem-se espaços privilegiados de Porto das Dunas e Cumbuco, que são centralidades norteadoras dos grandes fluxos turísticos, os quais, guiados pelos agentes turísticos, promovem a implantação de grandes empreendimentos e investimentos públicos, que procuram consolidar um destino turístico.

Por outro lado, tem-se os espaços híbridos, que possuem fluxos turísticos e relações com outras práticas, promovendo uma urbanização litorânea, porém dispersa e contraditória. São de certa forma, lugares de reserva para toda essa valorização e desvalorização de espaços.

A propósito de valorização e desvalorização, existem espaços fora desse discurso, contexto e investimento turístico, caracterizados pelas localidades de Iparana, Pacheco, Batoque e Balbino. Seriam elas totalmente carentes de fluxo turístico? Mesmo com a exclusão dos espaços privilegiados e dos agentes espaciais e turísticos, o turismo consegue atrair ou ser atraído para essas localidades, embora de forma contraditória e mais dispersa.

O que esperar, então, do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza nos anos *a posteriori*? Talvez uma resposta difícil de responder. Pois o espaço é um produto em eterna construção, em que várias dinâmicas, ações e agentes envolvidos podem modificar cada elemento constituinte, e assim, promover mudanças no espaço.

Por outro lado, desvendam-se tendências que podem ser relacionadas com o passado e o presente. Assim, o turismo, considerado como elemento constituinte da



economia cearense e metropolitana, recebe vários investimentos públicos e privados, tornando-se uma das principais temáticas econômicas e espaciais.

Com o discurso da Copa do Mundo de 2014 e as ações obrigatórias resultantes, a Região Metropolitana de Fortaleza, sobretudo o seu litoral, recebe cada vez mais atenção no tocante ao planejamento e às políticas públicas para a promoção dessa outra fase da urbanização-metropolização das áreas de Fortaleza e dos espaços relacionados.

O Estado, pois, por intermédio de ações vinculadas ao turismo, apresenta-se como um agente ativo de produção espacial. Em suas mais variadas relações, pode, em breve, modificar continuamente os espaços litorâneos, tornando-os cada vez mais fluidos, relacionados, digamos, mais turísticos.

Mas, como Massey (2009) aponta, o espaço continua sendo um constructo constituído de teias e relações heterogêneas em diversas escalas espaço-temporais, e jamais poderá ter sua realidade totalmente desvendada, nem no presente nem tampouco no passado ou no futuro.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACZEL, A.A. **Bússola: a invenção que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALDRIGUI, M. **Meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2007

AMBRÓZIO, J. Viagem, turismo, vilegiatura.: **GEOUSP**, nº 18, p.105-113, São Paulo,2005.

ARAUJO,E.F. **O turismo na metrópole: as implicações espaciais no litoral de Caucaia-CE**. (Monografia em Geografia). Departamento de Geografia, UFC, 2009.

ARAÚJO, E. F.; PEREIRA, A. Q. . O Turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística Em Caucaia-CE. **Ra'e Ga**, v.1, p. 78-104, 2011.

ARAÚJO, E. F. ; PEREIRA, A. Q. ; PAULA, E. O. . Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, **Conexões: ciência e tecnologia**, v. 4, p. 72-81, 2010.

ARAUJO, E.F; Dantas,E.W.C. Cumbuco: “Enclave” Turístico Em Caucaia-CE. In: **12 Encuentro de Geógrafos De América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando Em Una América Latina En Transformación, 2009b. V. 1. P. 1-15.

ANDRADE,M.C. **Processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE,1979.

ANDRADE,M.C. **Terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez,2005.

ARAGÃO, R.F. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. Dissertação de Mestrado – Prodepa, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,2005.

ASSUNÇÃO,P.de. **História do turismo no Brasil, entre os séculos XVI e XX**: viagens, espaço e cultura. Barueri: Minole,2012.

AVANÇO do mar afasta turistas oeste. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=989262>. Acessado em 12 de fevereiro de 2012.

BACELAR,T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: BACELAR,T. [et al] (Orgs). **Redescobrimo o Brasil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional,2000.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**. Relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**. Introdução ao relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.** Dados do PRODETUR II. Disponível em [www.bnb.gov.br/cip](http://www.bnb.gov.br/cip), 2007.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.** Plano preliminar do Prodetur II, 2009.

BARBOSA, M. A (org). **Turismo no rio: uma odisséia por espaços sustentáveis.** Rio de Janeiro: E-papers,2011.

BARREIRA, C. **Em nome da lei e da ordem:** a propósito da política de segurança pública. São Paulo em perspectiva: vol 18 n 1, São Paulo, 1995.

BARRETO, M. **Turismo e identidade local:** uma visão antropológica. Campinas: Papirus,2001.

BARROS, A.J.M. Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI. **Estudos em homenagem à Luis Antonio de Oliveira Ramos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto** , 2004 p.249-263.

BARROSO,G. **À margem da história do Ceará,** São Paulo; Fortaleza: Funcet,2004. Obras póstumas de 1962.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEACH PARK arrenda o Oceani. **O Povo.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/verticalsa/2012/04/07/noticiasverticalsa,2816429/beach-park-arrenda-o-oceani.shtml>. Acessado em 05 de maio de 2012.

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo.** vol 1 nº 1. Rio de Janeiro, 2001, p.1-7.

BENEVIDES, I.P. **Turismo e Prodetur:** dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

BENEVIDES, I.P. A Política de Turismo no Ceará e a Capacitação. **GEOUSP**, São Paulo, 2003, nº 14, p.31-44.

BERNAL,C. **Metrópole emergente:** Fortaleza e a ação do capital. Fortaleza: EDUFC,2005.

BERTRAND, F. Relações homem-natureza no quadro dos litorais atlânticos: Les relations homme-nature nature dans le cadre des littoraux atlantiques. **RA'EGA**, nº 4, p.7-21, Curitiba, 2000.

BETHENCOURT, F. **História da expansão portuguesa:** A Formação do império (1415-1570). Lisboa: Temas e Debates, 1998.

BONFIM, W.L.S. Reforma do Estado e Desenvolvimento Econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico. In: **Reforma do Estado e outros estudos** – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer,2004.

BOYER, M. **História do turismo de massa.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, EDUSC, 2003.

BOULLON, R.C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru, EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_. **L'invention du tourisme**. Paris: Gallimard, 1996.

CAMARGO, H.L. **Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)**.

CAMARGO-MORO, F. **Mar das perólas** – Dubai e Emirados. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CARLOS, A.F.A. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, A.F.A (et al) (Orgs). **Turismo, paisagem e cultura**, São Paulo, 1997.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2005.

CARDOSO, S. **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

CORBIN, A. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução: Paulo Neves – São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

CORIOLOANO, L.M.T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas – SP: Papyrus, 1998

CORREA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, M. C. L.: Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004.

CRUZ, R.C.A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R.C.A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo do Nordeste do Brasil. In: Amália Inês Geraiges de Lemos. (Org.). **Turismo**: impactos sócio-ambientais. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, v. 1, p. 263-272.

CRUZ, R.C.A. O Nordeste que o turismo(ta) não vê. In: Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues. (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, v. 1, p. 210-218.

CRUZ, R.C. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A.I.G [et al] (Orgs.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. CLASCO, São Paulo, 2006.

CUNNINGHAM, D. **O conceito de metrópole**: filosofia e forma urbana. Rio de Janeiro, 2006.

**CVC**. Disponível em [www.cvc.com.br](http://www.cvc.com.br). Acessado em 04 de abril de 2012, 2011.

DANTAS, E.W.C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: EDUFC, 2009.

\_\_\_\_\_. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP** – Espaço e tempo, São Paulo, nº 15, p.63-76, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mar à vista**: estudo da maritimidade de Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002a.

\_\_\_\_\_. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**. Ano 1, nº01, Fortaleza, 2002b p.53-60.

\_\_\_\_\_. Imaginário social nordestino e políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Nordeste Brasileiro. **GEOUSP**. nº 22 . São Paulo: 2007 p.9-30.

\_\_\_\_\_. SILVA, J.B da; DANTAS; ZANELLA, M.E; MEIRELES, A.J.A (org) **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro** – Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

\_\_\_\_\_; COSTA, M.L; SILVA, J.B.da. **De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: EDUFC, 2009.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, A. Q. ; PANIZZA, A. . Urbanização litorânea e Vilegiatura Marítima nas Metrópoles Nordestinas Brasileiras. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.

DELUMEAU, J. **La peur en Occident** (XIV-XVIII siècles). Une cité assiégée , Paris, Fayard, 1978.

**DIÁRIO DO NORDESTE**. Praia do refúgio para veranistas. 12 de julho de 1998. Versão impressa.

DERRUBADA casa construída em área ambiental. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=724657>. Acessado em 14 de abril de 2012.

EDER, A. **Tassaloterapia em casa**. São Paulo: Pensamento, 1998.

**FEDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION**. Disponível em: [pt.fifa.com](http://pt.fifa.com). Acessado em: 01 de março de 2012, 2012.

FERREIRA, A.L.A; SILVA, A.C. Para além do muro alto: “turismo imobiliário” e novas configurações sócio-espaciais na Região Metropolitana de Natal – RN/ Brasil. In: VALENÇA, M.M; BONATES, M.F (Orgs). **Globalização e modernidade: O Rio Grande do Norte em foco**. Natal: EDUFRN, 2008, p.457-468.

**FIPE/ZAP**. Disponível em [www.fipezap.com.br](http://www.fipezap.com.br). Acessado em 11 de março de 2012.

FLORES, M. (org). **Mundo greco-romano: o sagrado e o profano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FRATUCCI, A. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **Geographia**, ano II, nº 4, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

FREITAS, L.C. T. O simbolismo astrológico e a psique humana. São Paulo: Pensamento, 1995.

FONSECA, M.A; COSTA, A.A. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. **Mercator**, ano 03, v. 06, 2004.

FORTALEZA sofre com o racionamento d'água. Diário do Nordeste. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=393141,2006>. Acessado em 08 de março de 2012.

FREITAS, J.G. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 2007, p.105-115.

FRESCA, T.M. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista da Anpege**. V 7,n 8,p.31-52, 2011.

GARCIA, R. M.P.de. Produção do espaço pelo lazer e turismo. **Revista AGB – Seção Três Lagoas**. v.1,n.5 Três Lagoas: 2007.

GOMEZ, M.M. El turismo metropolitano: una aproximacion conceptual. **Estudios turísticos**, nº 126, p. 7-2, 1995.

GONDIM, L.M.P. Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: a produção imaginária de Fortaleza como “cidade global”. . In: **Reforma do Estado e outros estudos** – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer,2004.

GONDIM, L.M.P. **O Dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, Plano do Governo das Mudanças, Fortaleza,1987.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Plano Plurianual – 1991 – 1994, Fortaleza, 1990.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Plano de Desenvolvimento Sustentavel do Ceará – 1995 -1998, Fortaleza, 1995.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Plano Plurianual de Metas 1999-2003. Fortaleza,1998.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Plano Plurianual 2003-2006. Fortaleza,2003.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Plano Plurianual 2004-2007. Fortaleza,2004.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Plano Plurianual 2007-2010. Fortaleza,2007.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**.Plano Plurianual 2011-2014. Fortaleza,2011.

**GUIA DE ROTEIROS DE CHARME**. Abril , 2008.

GUSTIN, M.B.S; DIAS, M.T.F. **Repensando a pesquisa jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 2 ed.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Loyola,2011

HARVEY.D. **Espaços de esperança**. Loyola,2005.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **I Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX, nº 17, 2007.

HIERNAUX- NICOLÁS, D. Elementos para um análisis sociogeográfico del turismo. In: RODRIGUES,A.(org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001. 3 ed.

HIERNAUX-NICOLAS, D. El giro cultural y las nuevas interpretaciones geográficas del turismo. **GEOUSP**. nº 23, p.177-187, 2008

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Sinopse do Censo Demográfico 2010, 2011.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Banco dos dados e resultados do Censo Demográfico 2010,2011.

KOHLER, A.F. Problemas e limites econômicos, sociais e culturais ao desenvolvimento turístico sustentável. **Revista de Cultura e Turismo** , ano 2 nº 01 , 2008. Disponível em : [www.uesc.br/revistas/culturaeturismo](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo)

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Alpeph, 2000.

KAGAN, D. **Guerra do Peloponeso: as novas perspectivas sobre o mais trágico confronto da Grécia Antiga**. Rio de Janeiro, Record, 2006.

**JORNAL O POVO**. Tropicaliente (?). 6 março de 1994, p.44-45. Versão impressa.

\_\_\_\_\_. Fortaleza e o turismo. 4 de abril de 1995, p.145. Versão impressa.

JUCÁ, G.N.T. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume, 2003.

LEFEVBRE, H. **La producion de l'espace**. Paris: Antrhopos, 1986.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.

LIMA, M.C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. Tese em Geografia – Universidade de São Paulo, 2002

LIMONAD, E. Urbanização dispersa: mais uma forma de expressão urbana? **Formação**: vol 1, n 14, 2007.

\_\_\_\_\_. No todo acaba em Los Angeles: um nuevo paradigma: entre à la urbanizacion concentrada y dispersa? **Scripta Nova**, v. XII, n 734, Barcelona, 2008.

LINHARES, P. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral nordeste – sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LIVRO DE JÓ. In: **Bíblia Thompson**, Rio de Janeiro, 2010.

LUCHIARI, M.D.P. Urbanização turística: um novo nexu entre o lugar e o mundo. In: SERRANO [et al] (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus,2000.

MACHADO, L.M (et al). In: MACHADO, L.M(org). **Pesquisa em educação**: passo a passo.Marília – SP,Edições M3T, 2007.

**MARÉ** destrói 100 metros do ‘Bag Wall” em Praia do Icaraí em Caucaia. **Diario do Nordeste**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/regiao metropolitana/tag/icarai/>. Acessado em 26 de maio de 2012.

MARQUES, W. **Gerenciamento Financeiro**. Curitiba,2009.

MASSEY.D. **Pelo espaço**: uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2008.

MASSEY.D. La conceptualización del espacio y la cuestion de la política em un mundo globalizado. In: SILVA,J.da [et al] (Orgs.) **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume,2006.

MELLO, L. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Edusp, 1994.

**MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**. Sudene: uma alternativa para o Nordeste,2005.

**MINISTÉRIO DO TURISMO**. Organização turística,2008.

**MINISTÉRIO DO TURISMO**, Dados de turistas do Brasil,2012.

MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans lê monde: esquisse degéographie politique théorique. In: **L’Espace Géographique**. Paris: Doin Éditeurs, n°.3, juillet-septembre de 1976.

MIRANDA, C. [et al] (Orgs.) **Planejando o desenvolvimento sustentável**: a experiência recente do Nordeste do Brasil. Brasília: IICA, 1993.

MORAES, A.C.R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume,2005.

MPF vai investigar Beach Park por uso de fósseis pré-históricos. **Jornal de São Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,mpf-vai-investigar-beach-park-por-uso-de-fosseis-pre-historicos-,374102,0.htm> (20 de maio de 2009). Acessado em 14 de junho de 2012.

MULLINS, P. “Tourism urbanization”. **International journal of urban regional research**. Volume 15 n 3, 1991,p.326-342

NESPOLI, G; PORTUGUEZ, In: A.P. TORRES, P.F.T [et al] (Org.) **Contribuições Geográficas**. Ubá: Geographica,2009.

NOBREGA, W. **Turismo**: planejamento e políticas públicas na Amazônia: Rio de Janeiro, E-papers, 2007.



NOGUEIRA, C.E.V. **Tempo, progresso, memória** : um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2006, 126p.

NOGUEIRA, C.L.M. **EXPANSÃO METROPOLITANA E DINÂMICA IMOBILIÁRIA**: o município de Eusébio no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza, 2011. Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC. Fortaleza, 2011

OLIVEIRA, C.D.M. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In: SILVA, J.da [et al] (Orgs.) **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, F. **Elegia para re(li) gião**. Sudene, 1993.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. Relatório das cidades do mundo, 2009.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia e turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PAIVA, R.A. **A metrópole híbrida**: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PARENTE, J.C. **A Fé e a Razão na Política**. Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses. Fortaleza, Edições UFC/Edições UVA, 2000, 246 p.

PEARCE, D.G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

PEREIRA, A.Q. **Veraneio marítimo na metrópole: Fortaleza em Aquiraz**. (Dissertação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PEREIRA, A.Q. Praia do presídio: santuário da vilegiatura. **Ateliê Geográfico**. v 3, n 8, 2009.

PIMENTEL, M.R. A sociedade urbana e a espacialidade turística. **Turismo & Sociedade**. v 2, n 2, 2009, p.128-143.

PINHO, M. E. **A atuação do capital imobiliário em um distrito pequeno cearense**. Monografia em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, 1981 (DEMA) – Universidade Federal do Ceará: 2004.

PONTES, A.M.F. **A cidade dos clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

REJOWSKI, M.(org) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, G.L, BARROS,, F..L. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade na contemporaneidade. **Revista UNB**, 1994. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie171empdf.pdf>.

ROCHA JÚNIOR, A.M. **O mar e a expansão urbana de Fortaleza**. 1984. 69 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura e Instrumentação Crítica) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 1984.

RODRIGUES, B. A. Turismo e territorialidades plurais— lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006.

SÁ, A.J.de. **Geografia do Direito: as normas como formas sócio-espaciais**. Recife: Ed.Universitária, 2009.

SAMPAIO, C.F. **O turismo e a territorialização dos Resorts: a praia do Porto das Dunas como enclave em Aquiraz** (Dissertação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009, 9.ed.

\_\_\_\_\_. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2000.

**SECRETARIA DE ESPORTE DO CEARÁ**. Copa do Mundo em Fortaleza, disponível em: [www.esporte.ce.gov.br](http://www.esporte.ce.gov.br), 2009. Acessado em 08 de abril de 2012

**SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ**. Indicadores Turísticos do Turismo no Ceará: 1995-2009. Fortaleza, 2009.

**SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ**. Indicadores turísticos 2009. Fortaleza, 2012.

SERRANO, C. Poéticas e políticas das viagens. In: SERRANO [et al] (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

SILVA, J.B.da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J.da [et al] (Orgs.) **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

SILVA, A.F.C; FONSECA, A.L.A. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. **Cadernos metrópole**, v.18, p.109-133, 2008.

SILVA, A.F.C. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário turístico. In: DANTAS, E.W.C; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SILVEIRA, B.R. **O MORAR PERMANENTE NA PRAIA: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai** 2011. Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC. Fortaleza, 2011.

STEINBERGER, M.B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**, São Paulo: Fapesp [et al], 310p, 2004.

SOUZA, M.S. Análise da estrutura urbana de Fortaleza. In: DANTAS, E.W.C [et al] (Orgs.) **De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: EDUFC, 2009.

TAVARES, M.C. **Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TELLES, G.A. **Dinâmicas Metropolitanas Contemporâneas: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza.** 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

TELES, R.M.S. **Fundamentos Geográficos do Turismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos: uma visão crítica.** Rio de Janeiro, Brasília: ENAP, 1998.

TRIGO, L.G.G. **Viagem na Memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil.**São Paulo : Editora SENC São Paulo, 2004.

TRIGO, L.G.G. **Cronologia do Turismo no Brasil .** São Paulo. CTI/TERRA, 1991.

TRIGO,L.G.G.[et al] **Turismo: como aprender, como ensinar.** São Paulo: SENAC,2002.

URRY, J. **Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** 3ed. São Paulo: SESC, 2005.

VAINER, Carlos, "Pátria empresa e mercadoria", In: ARANTES [et al]. **A Cidade do Pensamento Único,** Petrópolis: Vozes, 2000.